

Sexta-feira, 13 de Março de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampalo

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — Iniciou-se o debate da interpelação ao Governo, provocado pelo Grupo Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), sobre política geral acerca das graves consequências da seca que vem assolando o País e as medidas adoptadas e a adoptar para debater os seus efeitos.

Após o Sr. Deputado Lopes Cardoso (UEDS) ter aberto o debate, usaram da palavra a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, do Sr. Ministro da Indústria e Energia e do Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas, os Srs. Deputados Lopes Cardoso (UEDS), João Cravinho (PS), Luís Coimbra (PPM), Magalhães Mota (ASDI), Mário Lopes (PSD), Amadeu dos Santos (PSD), Veiga de Oliveira (PCP), Sousa Marques (PCP), Luís Nunes de Almeida (PS), Álvaro de Figueiredo (PSD), João Porto (CDS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Amândio de Azevedo (PSD), Zita Seabra (PCP), Amélia de Azevedo (PSD), António Mota (PCP), José Vitorino (PSD), Alexandre Reigoto (CDS), Mário Tomé (UDP), Rogério de Brito (PCP), Heriberto Goulart (MDP/CDE), António Vitorino (UEDS), João Gonçalves (PSD), Sacramento Marques (PS), Arménio Matias (PSD), Soares Cruz (CDS) e Carlos Brito (PCP).

Finalmente, após ter anunciado a entrada na Mesa de duas propostas de lei e de dois projectos de lei, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 50 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

António Augusto Lacerda de Queirós.

António Vilar Ribeiro.

Armando Lopes Correia Costa.

Bernardino da Costa Pereira.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José F. Fleming d'Oliveira.

Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.

João Aurélio Dias Mendes.

João Evangelista Rocha de Almeida.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes.

Joaquim Manuel Cabrita Neto.

Joaquim Pinto.

José Adriano Gago Vitorino.

José Augusto Santos da Silva Marques.

Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.

Leônio Santa Rita Pires.

Luis António Martins.

Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.

Manuel António Araújo dos Santos.

Manuel António Lopes Ribeiro.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel Filipe Correia de Jesus.

Manuel Maria Moreira.

Manuel Maria Portugal da Fonseca.

Manuel Ribeiro Arruda.

Manuel Vaz Freixo.

Maria da Glória Rodrigues Duarte.

Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.

Mário Dias Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Duarte Arnaut.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Magalhães da Silva.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Luís Ferreira Araújo.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Mendes de Carvalho.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Augusto Gama.
 José Carlos Barbosa Macedo.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Mário Gaioso Henrques.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Carlos Alfredo Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.

Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Fernando V. Cabral Pinto.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho Lima.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Amadeu Domingos R. de Sá Menezes.
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 114
 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
Eram 15 horas e 5 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sendo a ordem do dia de hoje a interpelação ao Governo por iniciativa da União da Esquerda para a Democracia Socialista, parece imprescindível a presença do Governo. Por essa razão, peço aos serviços de apoio parlamentar o favor de informarem imediatamente a Mesa se se encontram ou não nesta Assembleia os representantes do Governo.

Pausa.

Como o Governo não se encontra ainda presente, aproveitamos estes minutos para prestar à Câmara a seguinte informação e solicitar depois a colaboração de todos os partidos para o que passo a expor: no próximo dia 21 de Março é celebrado o Dia Mundial da Floresta. Os organismos que em Portugal comemoram esse dia manifestaram o empenho de que na Assembleia se tomasse uma posição sobre esse acontecimento.

Posto o assunto à conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, foi estabelecido, por consenso de todos os partidos, que uma comissão, constituída também por um representante de cada um dos partidos, elaboraria, a título excepcional, o texto de uma moção, que seria votada no próximo dia 20. E digo a título excepcional porque, sendo o dia 20 o dia da apresentação das propostas de lei sobre o Orçamento Geral do Estado e o Plano, não haverá período de antes da ordem do dia. Em todo o caso, enten-

ceu-se possível votar nesse mesmo dia uma moção, que seria apresentada pelo Presidente e elaborada por consenso de todos os partidos.

Estabeleceu-se também que durante o intervalo de hoje todos os partidos indicariam na Mesa o Sr. Deputado que, em representação do respectivo partido, colaboraria na elaboração dessa moção. Pedia assim aos grupos parlamentares que no intervalo regimental da sessão de hoje indicassem na Mesa o Sr. Deputado que os representa nessa elaboração.

Srs. Deputados, visto não estar ainda ninguém presente na bancada do Governo, e não se concebe uma sessão do Plenário declarada aberta sem trabalho efectivo, suspendo a sessão por cinco minutos, pedindo a VV. Ex."s, Srs. Deputados, o favor de não abandonarem os lugares.

Está suspensa a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esta reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Entretanto, tomaram o lugar na bancada do Governo os Srs. Ministros de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta), da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha), da Indústria e Energia (Baião Horta) e da Habitação e Obras Públicas (Luis Barbosa) e o Sr. Secretário de Estado da Energia (Carvalho Carreira)

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vai para quase um mês, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou solenemente, perante as câmaras da televisão e os microfones da rádio, o rol das providências previstas pelo Governo para fazer face a uma estiagem que assumia proporções inquietantes.

Anúncio vago, limitado, no essencial, à enumeração de propósitos genéricos.

Que assim tenha sido, comprehende-se, pela natureza da comunicação.

O que se comprehende menos é que, decorrido praticamente um mês, continuamos à espera de ver desenvolvidas, detalhadas e minimamente quantificadas as medidas que, na altura, o Sr. Primeiro-Ministro se limitou a esboçar.

Na verdade, excepção feita às resoluções do Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro, relativas ambas a problemas ligados à produção e consumo de energia eléctrica), às normas de intervenção no mercado de bovinos de quatro distritos e no mercado de ovinos e caprinos de nove distritos dos dezoito que integram o continente, publicitadas há muito poucos dias pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários e à resolução do Conselho de Ministros, datada de há exactamente dois dias, condicionando o trânsito das palhas, nenhum plano, articulando as diferentes acções veio a público.

Assim, as decisões anunciadas no domínio da agricultura não foram até ao momento — pelo menos

que seja do nosso conhecimento — objecto de qualquer sistematização; como tão-pouco terão sido objecto de concretização os instrumentos susceptíveis de levarem à prática os propósitos proclamados pelo Governo.

E aqui é importante sublinhar que, se tanto ou mais importantes que esses propósitos são os mecanismos a que o Governo pretende recorrer para a sua efectivação, o desconhecimento em que nos encontramos — e connosco esta Assembleia —, não só da natureza desses mecanismos, mas também do seu grau de implementação, não permite que desde logo se ajuíze, com um mínimo de rigor, qual a eficácia previsível da acção governamental.

É verdade que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, ouvido pela comissão especializada desta Assembleia, teve oportunidade de precisar alguns dos aspectos aflorados pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua comunicação e de anunciar, na mesma altura, a publicação pelo MAP de documento sistematizando e clarificando as medidas adoptadas.

Mas é verdade também que até agora tal não aconteceu. Por isso talvez a interpelação promovida pela UEDS permita — para não dizermos obrigue — ao Governo explicitar e concretizar o seu plano de acção. Se é que para além de disposições avulsas um plano de acção existe.

Caso assim aconteça, já não terá sido pouco o mérito da interpelação.

Ahás, importa dizer que não está, nem nunca esteve nos propósitos da UEDS, ao promover esta interpelação, a mera exploração partidária de situações conjunturais, cujas causas se lhe não podem imputar.

No entanto, perante a gravidade da situação, perante o que ela significa como revelador da crise estrutural da nossa economia e, em particular, da nossa agricultura, ninguém, decerto, contestará o interesse em trazer a debate nesta Assembleia a política governamental face à seca, quer nos seus aspectos conjunturais, quer no seu enquadramento nas grandes orientações que deveriam nortear e nas grandes medidas que deviam dar corpo a uma política de desenvolvimento e de reestruturação dos dois sectores mais directamente afectados: o sector energético e o sector agrícola.

E aqui vale a pena lembrar que se ao Governo e à maioria não cabem, como é evidente, responsabilidades nos aspectos conjunturais da crise, já a maioria não pode enjantar as responsabilidades que são suas e que decorrem do apoio que directa ou indirectamente tem dado, desde sempre, a políticas que, longe de favorecerem a correcção dos males estruturais de que padecem aqueles sectores, antes os têm sucessivamente agravado.

A crise aguda resultante da estiagem requer, indubitavelmente, decisões que atenuem os seus aspectos mais graves; e seria demagogia recusar ou criticar qualquer terapêutica conjuntural pelo simples facto de que essa terapêutica não dará resposta aos males crónicos.

Mas seria também estultícia e uma outra forma de demagogia afasta de debate a análise desses males sob pretexto de que o que importa agora é acorrer aos problemas criados pela conjuntura.

É, pois, nesta dupla perspectiva que nos propomos conduzir a interpelação e solicitar do Governo a concretização e clarificação das decisões já divulgadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Da situação criada pela estiagem no sector energético e das providências que a ele se referem ocupar-se-ão outros deputados da Frente Republicana e Socialista. Pela minha parte, limitar-me-ei a trazer aqui algumas — poucas — reflexões a esse propósito.

E começaria por dizer que a presente situação de crise, para além dos méritos ou deméritos das providências apontadas pelo Governo, terá servido para demonstrar, uma vez mais, a urgência de um plano energético nacional, que continua por discutir e aprovar. Enquanto assim suceder, permaneceremos à mercê do improviso, imposto pelas circunstâncias.

Face à necessidade de condicionar a utilização de energia eléctrica, mencionou o Sr. Primeiro-Ministro uma série de decisões susceptíveis — no entender do Governo — de diminuirem os consumos e de sensibilizar as populações para a poupança. Ao conjunto dessas medidas referir-se-ão, como disse, outros deputados da Frente Republicana e Socialista.

Não obstante, e antes de passar à análise das questões relativas ao sector agrícola, gostaria de abordar uma única das diversas medidas apontadas pelo Sr. Primeiro-Ministro no domínio do consumo e da poupança de energia eléctrica. E fá-lo-ei por se tratar daquela que, se porventura viesse a ser aplicada, maior impacte teria na opinião pública. Não pela sua eficácia como instrumento estimulador da poupança — em nosso entender nula —, mas pelo carácter extremamente injusto de que se reveste e por assumir muito mais os contornos de um agravamento sub-reptício de tarifas do que uma medida incentivadora à economia no consumo.

Refiro-me à penalização dos consumos que, em dado período deste ano, excedam 90 % dos consumos em período idêntico do ano transacto.

A este propósito uma questão se coloca desde logo: a de saber se uma tal medida é minimamente exequível.

Conhecendo-se que o controle dos consumos se não faz de modo regular, que às contagens reais se sucedem, de forma desordenada, as estimativas do consumo — o que, diga-se de passagem, leva com frequência ao pagamento antecipado de energia, o mesmo é dizer, ao financiamento forçado da EDP pelo consumidor —, pergunta-se como será possível a comparação periódica em que assenta todo o processo?

Mas admitamoç que o Governo tem razão e que a medida é exequível. A ser assim, pode compreender-se, porventura, que um consumidor seja penalizado pelo simples facto de ter estado ausente no último ano, por motivos profissionais, por exemplo, da sua residência habitual, ou veja agravada a sua tarifa porque pretende — ou é forçado — alterar este ano o período de férias em que se ausentará da sua residência habitual? A aplicação da medida significaria para estes consumidores um pagamento acrescido em 100 % de toda a energia consumida em período correspondente àquele em que no último ano, por uma ou outra razão, teria sido afastado da sua residência. Mas o carácter injusto e absurdo da medida não se limita aos dois aspectos aflorados.

Dando-se um tratamento igual aos pequenos e muito pequenos consumidores, aqueles que, pelos seus fracos recursos económicos, são já obrigados, independentemente da vontade do Governo, a limitar os consumos a níveis praticamente incompreensíveis, e aos grandes consumidores, que, dada a elasticidade dos seus gastos, podem reduzi-los sem pôr em causa necessidades essenciais, está-se uma vez mais — e nisso não se pode acusar o Governo de incoerência — a penalizar os desfavorecidos e a beneficiar os já habitualmente privilegiados.

Mas, admitida ainda a aplicabilidade de uma tal medida — no que, repita-se, não acreditamos —, pergunta-se: se o objectivo é realmente estimular a poupança de energia por que razão se não procura implementar mecanismos de sentido exactamente inverso? Por que razão é que em vez de penalizar os que não economizam, neles se incluindo aqueles que já nada têm para economizar, se não desagravam as tarifas daqueles que façam um esforço para poupar?

Aqui fica a pergunta e com ela a sugestão. No sector agrícola, a escassa precipitação, aliada a uma distribuição pouco favorável, gerou uma situação de crise grave, com consequências directas no volume da produção e no nível de rendimentos dos agricultores.

Nestas circunstâncias, quaisquer medidas tendentes a atenuar os efeitos da seca deveriam prosseguir dois grandes objectivos: assegurar que os rendimentos dos agricultores, em particular, dos pequenos agricultores, não sofressem reduções drásticas; limitar os efeitos da seca sobre o volume da produção, minimizando-se os seus reflexos numa balança comercial de produtos agrícolas e alimentares altamente deficitária.

Numa tal perspectiva, a melhor maneira de avaliar a acção do Governo será ainda saber-se até que ponto ela permitirá que nos aproximemos daqueles objectivos.

As decisões governamentais podem, por comodidade de análise, ordenar-se em quatro grandes grupos: as que visam a poupança e utilização das reservas hídricas disponíveis para as culturas de regadio; as que se referem à intervenção no mercado de alimentos para a pecuária; as que dizem respeito à manutenção das disponibilidades em alimentos forrageiros e, finalmente, as que se referem à intervenção no mercado da carne.

Qualquer das medidas que se inserem em cada um destes grupos não são em si mesmas e consideradas em abstracto criticáveis, mesmo se muitas delas se revelam à partida de eficácia duvidosa.

E aqui importa dizer que, para que seja possível avaliar do seu impacte real, quer no nível da produção, quer no nível de rendimentos, necessário seria conhecer os instrumentos a que o MAP se propõe recorrer para as levar à prática. Nesse aspecto, as notícias de que vamos dispondo são preocupantes quanto à capacidade do Ministério para dar resposta aos problemas que se levantam e para corresponder ao que seriam, a avaliar pelas declarações oficiais, os propósitos do Governo.

Em face do nível das reservas hídricas, a redução das áreas regadas parece inevitável e independente da vontade do Governo. Importante, por isso, seria que essa redução fosse feita de forma coordenada e planificada. Nesta perspectiva, o fomento de culturas

que substituam as culturas tradicionais, com o duplo objectivo de diminuir os consumos unitários em água e favorecer a produção de alimentos para o gado, surge, na verdade e em teoria, como o primeiro dos caminhos a explorar.

No entanto, entre a teoria e a prática vai por vezes um mundo. Neste caso, o mundo da proverbial ineficácia dos serviços do Ministério da Agricultura e Pescas.

Ineficácia de que não é responsável a generalidade dos seus funcionários, a quem não pertence a culpa de se ter vindo a agravar, com inusitada rapidez, a burocracia tradicional do Ministério, a pretexto de reestruturações, que, na prática, se têm traduzido apenas no alargamento sucessivo dos quadros, sem reflexos na sua funcionalidade e de descentralização, que mais não têm feito do que desarticular os serviços.

Por isso, e para além das dificuldades que se colocam à escolha de culturas alternativas, nomeadamente para o arroz, cuja área será necessariamente a mais afectada, cabe perguntar:

Tem o MAP estudo e preparado um plano de culturas alternativas? Está o MAP em condições de garantir o aprovisionamento em factores de produção (nomeadamente sementes) necessárias à implementação desse plano? Está o MAP em condições de assegurar a assistência técnica indispensável à adaptação a essas culturas por parte de agricultores que delas não têm conhecimento nem prática? Que medidas prevê o MAP para estimular a substituição das culturas horto-industriais por culturas forrageiras, quando essa substituição não corresponda ao interesse directo do produtor, como é o caso da parcela importante de horto-industriais produzidas em regime de seara? Que apoios prevê o MAP aos seareiros que vejam comprometida a sua actividade por carência de água? Procedeu o MAP ao levantamento das áreas mínimas necessárias à satisfação de compromissos contratuais de exportação de tomate, para que uma eventual substituição desta cultura por culturas menos exigentes em água, ou por culturas forrageiras, se possa fazer sem comprometer a nossa posição nos mercados externos?

Ainda no domínio da poupança de água, que esquemas de rega susceptíveis de conduzirem a economias significativas e de ser implementados em tempo útil, para merecerem lugar de destaque num plano de emergência, tem o MAP em vista quando propõe o seu financiamento bonificado?

Tratar-se-á de fomentar o recurso à rega por asperção, lá onde a rega por gravidade é tradição? Neste caso procedeu já o MAP a uma estimativa e a uma análise do reflexo que uma tal substituição terá no acréscimo do consumo de energia? E que capacidade tem o MAP ou o sistema bancário para apreciar, em tempo útil, os pedidos de financiamento que nessa matéria lhe sejam porventura feitos? Está o MAP em condições de prestar a necessária assistência técnica àqueles que pretendem recorrer a estes sistemas de rega?

São questões de cuja resposta depende o significado das medidas anunciadas.

Assegurar um nível mínimo nas disponibilidades forrageiras é, e comprehende-se, um dos objectivos do Governo, preocupado com as repercussões que a sua escassez terá na manutenção do efectivo pecuário.

Mas, aqui, pergunta-se: que resultados concretos espera o Governo quando se propõe financiar com bonificação a construção de silos e aquisição de equipamentos para ensilagem?

Uma tal linha de actuação suscita dúvidas, quando encarada no arsenal das medidas de emergência. Uma primeira, bem simples e imediata: perante a escassez de forragens, alargar a capacidade de ensilagem para ensilar o quê?

Trata-se, dir-nos-ão talvez, de medida a executar em paralelo com um plano de fomento de culturas forrageiras. Se assim é, como pretende o MAP coordenar estas duas linhas de acção? E qual é a capacidade real de resposta dos pequenos e muito pequenos produtores (a maioria) aos possíveis incentivos para a construção de silos? Como pensa o MAP obviar aos obstáculos estruturais que nas zonas de minifúndio, onde a pecuária pesa de forma decisiva no rendimento dos pequenos agricultores, se opõem a essa rápida e eficaz construção?

Tal como muitas outras, esta medida, não sendo em si mesma criticável, carece de significado como medida de emergência.

No que respeita às medidas de intervenção nos circuitos comerciais o panorama não é mais animador.

A bonificação dos financiamentos para a aquisição de alimentos forrageiros aparece como sendo aquela cujos efeitos mais claramente se poderão fazer sentir, o que não significa que tais efeitos tenham carácter positivo e alcancem os objectivos aparentemente pretendidos.

Em primeiro lugar (todos o sabemos), os mecanismos de financiamento difficilmente atingem os pequenos agricultores, exactamente aqueles que mais carecidos de apoio se encontram.

Importaria, pois, conhecer os mecanismos previstos pelo MAP para aplicação desta medida. Como pensa o MAP controlar a atribuição dos bónus? Fazer chegar ao agricultor, em tempo útil, os financiamentos? Garantir que estes não serão desviados para a aquisição de rações destinadas à avicultura ou à suinicultura sem terra? Assegurar uma correcta aplicação do financiamento diferenciado em função da dimensão dos produtores?

Mais uma vez, só de posse destes dados se poderá conhecer até que ponto é previsível que o financiamento proposto funcione de acordo com os objectivos procurados.

As reservas aqui colocadas aplicam-se, *mutatis mutandis*, aos restantes esquemas de intervenção nos mercados. Mas, para além delas, outras surgem que vale a pena referir.

Em 17 de Fevereiro, anunciou o Sr. Primeiro-Ministro a requisição dos *stocks* de palha, o condicionamento do seu trânsito, a recolha de subprodutos com interesse forrageiro e a intervenção directa no mercado, bonificando-se o preço de venda ao agricultor.

Só decorrido quase um mês a decisão de condicionar o trânsito de palha entre o Norte e o Sul foi, em recentíssima resolução do Conselho de Ministros, concretizada. Fácil é de prever que o seu anúncio, de tal modo desfasado da sua concretização, terá, na prática, funcionado como um proveitoso alerta para os especuladores.

Decorridos quase um mês, pergunta-se:

Foi feito o levantamento dos stocks de palha existentes? Atingem os stocks utilizáveis valores que justifiquem a sua requisição? Foram já requisitados? Que mecanismos de distribuição se prevêem? Que esquemas estão montados para a recolha de subprodutos com interesse forrageiro? Que critérios presidirão à sua distribuição? Como, quando e em que bases o Ministério se propõe intervir no mercado bonificando os preços?

Aguardamos que o Governo nos traga uma resposta que permita clarificar a situação.

Aguardamos uma resposta, se bem que as informações que nos tem sido possível recolher permitam afirmar que, para além da decisão de condicionar o trânsito de palha e silagens formalizadas há dois dias a única alteração sensível verificada no mercado foi o vertiginoso aumento dos preços.

A palha atinge valores da ordem dos 200\$ o/fardo, enquanto os agricultores que pretendem conhecer as possibilidades de aquisição ao abrigo das medidas governamentais são enviados de Ceca (é caso para dizer) para Meca, sem obterem resposta.

A propósito, creio que vale a pena trazer à Assembleia o testemunho de um pequeno agricultor, pelo comportamento exemplar. Possuindo 18 cabeças de gado bovino e 3 cabeças de gado cavalar e dispondo, em tudo por tudo, de 20 fardos de palha, decidiu-se há dois dias contactar, na sequência da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, a Celulose do Guadiana, para inquirir da possibilidade de fornecimento de palha para o seu gado. Da fábrica enviaram-no para a Direcção Regional do MAP em Évora; desta, e por se tratar de um pequeno agricultor ribatejano, remeteram-no para a Direcção Regional de Santarém; ai devolveram-no ao veterinário concelhio; este informou-o de que nada sabia e que teria de aguardar as instruções do MAP.

Aqui fica a história. Sem comentários. Seriam superfluos.

Particularmente delicadas são as medidas de intervenção no mercado da carne anunciadas pelo Governo. Particularmente delicadas, porque a experiência demonstra que, como regra, as intervenções da Junta Nacional dos Produtos Pecuários se saldam pela atribuição de subsídios aos intermediários e raramente chegam aos pequenos agricultores.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — A implantação estratégica de bolsas de gado poderia ser um dos meios de reduzir a distância entre a Junta e o pequeno agricultor, obviando-se, às dificuldades encontradas por este no acesso real aos subsídios, atribuídos à produção, mas recebidos pelo intermediário.

Acontece que as tentativas feitas nesse sentido após o 25 de Abril se foram extinguindo por falta de apoio.

Pensa o Governo recorrer de imediato à implantação de bolsas de gado integradas nos esquemas de intervenção impostos pela seca? Pensa o Governo aproveitar os efeitos dessa implantação para sensibilizar os agricultores, tendo em vista a difusão futura do esquema? Em que outros mecanismos pensa o Governo apoiar a intervenção da Junta? Está esta em condições de proceder ao pagamento imediato ao

produtor? Como é de sobejó conhecido, o facto de esses pagamentos se processarem, como regra, com atrasos consideráveis constitui um dos trunfos de que se servem os intermediários.

Será que tudo se vai passar como habitualmente? Se assim for — e os recentes anúncios publicitados pela Junta permitem supor que assim será, ainda que neles se introduzam algumas alterações às normas correntes —, os resultados serão conhecidos.

Em situação classificada de emergência, impunha-se não aguardar a iniciativa do produtor, solicitando a sua presença nas delegações da JNPP — e, neste caso, e por sua vez, também nas delegações do MAP —, mas, bem ao contrário, mobilizar o pessoal da JNPP e do MAP e levar, agora também ao menos uma vez, os serviços até junto dos agricultores.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Levá-los a fim de lhes dar conhecimento — e estamos, uma vez mais, a pensar na massa imensa de pequenos agricultores que não têm acesso aos meios de comunicação social — das medidas programadas, efectuar o levantamento rápido das situações e proceder ao registo do gado a abater, com o pagamento imediato do respectivo subsídio.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Propõe-se finalmente o Governo apoiar, através do financiamento bonificado, os industriais que pretendam adquirir carne para armazenagem.

Aqui a pergunta que se deixa é a seguinte: que medidas complementares estão previstas no sentido de evitar que os financiamentos à armazenagem se não transformem em financiamentos à especulação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não queria, nem o tempo me permite, prolongar a minha intervenção; mas não gostaria de terminar sem uma referência, necessariamente sumária, às componentes estruturais da crise.

Na verdade, não fora a inexistência de uma política coerente de desenvolvimento agrícola, e outras seriam as condições em que os agricultores são obrigados a enfrentar a crise, outras seriam as possibilidades de intervenção do Governo.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Conhecidos e diagnosticados, de há muito, os obstáculos estruturais que condicionam o progresso do sector agrícola, tudo se passa, hoje, como se os responsáveis, deliberadamente, os ignorassem, não curando de os remover, antes contribuindo, com frequência, para os agravar.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — O próprio conceito de viabilidade técnico-económica das explorações agrícolas, tão do agrado dos tecnocratas de todos os matizes, parece esquecido.

A política de intervenção na zona da Reforma Agrária, ditada em exclusivo pela preocupação de destruir as novas unidades de produção agrícola, mais

não tem feito, a coberto de argumentos de eficácia e de modernização, do que repor as situações anteriores ao 25 de Abril.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Em paralelo, e numa manobra de diversão que se pretende hábil, vão-se retalhando as poucas terras nacionalizadas que restam, sem quaisquer planos, em condições indefinidas de uso e posse, e sem quaisquer preocupações quanto à viabilidade das pseudo-explorações que, em teoria, estariam a ser criadas.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — Muito bem!

O Orador: — Para quem duvidasse dos resultados de uma tal prática, a seca veio evidenciá-los, mais rapidamente talvez do que se suspeitaria. Que o digam os pequenos agricultores (ou os como tal considerados) que na Herdade da Comporta receberam, em involuntária participação na campanha eleitoral da AD, alguns hectares de arrozal. Disporão hoje de terra, mas como lhes escasseia a água e como as pseudo-explorações que lhes foram entregues assentam na monocultura, a sua situação não é, por certo, invejável. É apenas um exemplo.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Isso é demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: — Em vez de se ter procurado consolidar os esforços feitos no sentido de garantir a necessária segurança aos pequenos rendeiros, debelando-se os efeitos de um regime de arrendamento responsável pela instabilidade de milhares e milhares de pequenos agricultores, fez-se aprovar, por iniciativa do PSD, uma lei restabelecendo o regime anterior ao 25 de Abril, quando não agravando-o, a tal ponto que o pequeno rendeiro se encontra hoje, em face da seca, mais desarmado do ponto de vista jurídico do que se encontraria se vigorassem ainda as Ordenações Filipinas.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O Sr. José Vitorino (PSD): — Isso é demagogia!

O Orador: — A implementação de um p'ano de aproveitamentos hidroagrícola estruturado a partir da construção de pequenas barragens permanece como um objecto teórico, repetidamente discutido, nunca concretizado. Os grandes aproveitamentos, esses vão avançando ao ritmo da mala-posta.

Entre uma política de fomento forrageiro e uma política de apoio à produção de carne sem terra optou-se, na prática, por esta última, de resultados mais espectaculares e imediatos, mas com consequências na nossa balança comercial que não tardarão a fazer sentir-se. A factura paga ao exterior pela compra de cereais destinados ao fabrico de rações cifra-se hoje em muitos milhares de contos.

O fomento de novas culturas e, entre elas, a da beterraba, continua a ser objecto de estudos que se vão acumulando e de relatórios que vão amarelecendo nos arquivos, enquanto as importações de açúcar atingem

milhões de contos e os subsídios dados ao consumo correspondem na prática, a subsídios concedidos aos produtores estrangeiros.

A simplificação e a desburocratização dos esquemas de crédito continuam a aguardar melhores dias.

O apoio ao associativismo cooperativo e à reestruturação dos circuitos comerciais continuam a ser um objectivo longínquo; os serviços de extensão rural, uma meta distante; um esquema de seguros agrícolas capaz de dar resposta a situações como a que se atravessa, uma reivindicação continuamente avançada pelos agricultores mas nunca minimamente satisfeita.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Só demagogia. Sr. Deputado!

O Orador: — A lista que acabamos de traçar não é, longe disso, exaustiva; mas basta e sobra para que, recordando-a, nos não admiremos das proporções que a crise assume e das dificuldades que se levantam ao seu combate. Crise de que não cabem culpas ao Governo, dificuldades cuja quota-parte de responsabilidade o Governo e a maioria não podem recusar porque resultam em grande medida das políticas que têm vindo a apoiar ou a desenvolver.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Alonguei-me talvez já demasiadamente e dir-se-á que, mais do que críticas ao conjunto de medidas anunciadas pelo Governo, me terei limitado a desfiar uma lista de perguntas que só indirectamente as põem em causa.

Creio que, ao fazê-lo, não só respeitei exactamente o que deve ser uma interpelação, como procurei propiciar que nos sejam dadas as respostas de cujo conhecimento, como disse a abrir, dependerá o juízo a fazer sobre o sentido e significado real das medidas de intervenção decididas pelo Governo.

Os esclarecimentos que estamos no direito de esperar e a que, espero, o Governo se não furtará permitir-nos-ão ajuizar da distância que irá ou não das intenções proclamadas à realidade com que os agricultores terão de se defrontar.

Quanto aos problemas estruturais, não esperamos, infelizmente, que o Governo lhes possa trazer remédio.

Eles são da natureza mesma do modelo de sociedade defendido pela maioria parlamentar. É normal e coerente, dissemos já, que o Governo defenda os privilégios e os privilegiados: constituem a sua base natural de apoio.

Mas é normal também que aqueles que vivem do fruto do seu trabalho tirem a lição dos factos e duvidem, um cada vez maior número, de que este Governo e esta maioria parlamentar possam merecer a sua confiança.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI, do MDP/CDE e de alguns deputados do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Baião Horta):
— Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sistema nacional abastecedor de energia eléctrica tem vindo a atravessar um período de bastante dificuldade como consequência do péssimo ano hidrológico em curso e que tem obrigado a recorrer à importação de importantes quantitativos de energia eléctrica.

O planeamento dos nossos centros produtores tem como meta a cobertura das necessidades em ano crítico, isto é um tipo de ano hidrológico convencional que tem uma probabilidade de 95 % de ser excedido.

Por outras palavras, em cada cem anos é provável que haja cinco anos em que a nossa produção não satisfaça os consumos. Numa situação dessas, ou se praticam cortes de energia ou se importa energia.

Um planeamento visando a cobertura da totalidade dos consumos em qualquer ano conduziria a investimentos de tal modo elevados que as tarifas resultantes seriam social e economicamente incompatíveis.

Assim, em anos hidrologicamente favoráveis exportamos energia, em anos desfavoráveis importamos.

Estas trocas fazem-se naturalmente e através de mecanismos estabelecidos internacionalmente e que no nosso caso se processam no quadro do acordo da União Franco-Iberica para a produção e transporte de electricidade, abrangendo, portanto, Portugal, Espanha e França.

Em ano hidrológico médio, o nosso sistema produtor tem uma componente hidroeléctrica de cerca de 60 %, nomeadamente foi de 76 % em 1977, de 78 % em 1978, de 73 % em 1979 e de 56 % em 1980.

O ano hidrológico em curso tem-se verificado extremamente seco com caudais afluentes ao sistema produtor com uma probabilidade de ocorrência de somente duas vezes em cada cem anos, isto é, caudais inferiores aos do ano crítico. Nomeadamente, e relativamente a meses homólogos de ano médio, as afluências desde Novembro de 1980 representaram:

74 % em Novembro;
40 % em Dezembro;
31 % em Janeiro;
33 % em Fevereiro.

Assim, por exemplo, na região de Lisboa regista-se este ano o valor de precipitação mais baixo desde há 126 anos e no Porto o 3.º valor mais baixo dos últimos 93 anos!

Tendo tal situação hidrológica muito desfavorável começado a desenrolar-se a partir de Novembro de 1980 com bastante clareza, desde logo se começou a adoptar uma política de gestão da energia armazenada nas albufeiras de forma que não se baixasse significativamente a sua percentagem de enchimento e procurando estabilizá-la nesta fase à volta dos 50 % e recorrendo, dentro dos acordos já referidos, à importação de França, dado que a Espanha, vivendo situação relativamente semelhante à nossa, embora menos grave, está em situação também importadora.

Assim, foi possível chegar a 31 de Dezembro de 1980 com uma taxa de armazenamento nas albufeiras de cerca de 55 % (contra 84 % em 1977, 87 % em 1978 e 63 % em 1979), mas com a utilização de

um sistema produtor caracterizado aproximadamente por:

50 % de produção térmica;
25 % de produção a partir de fio de água;
25 % de importação.

variando a produção a partir das albufeiras normalmente entre 0 e 6 %, conforme as alturas.

A potência média de importação para acorrer a tal situação tem sido da ordem dos 400 MW em permanência, representando encargos mensais de aproximadamente:

230 000 contos em Novembro 1980;
960 000 contos em Dezembro 1980;
1 050 000 contos em Janeiro 1981;
942 000 contos em Fevereiro 1981.

Face à confirmação gradual das previsões de ano hidrológico extremamente seco e à redução das probabilidades de recuperação da situação, o governo decidiu oportunamente que se tornava necessário adoptar medidas de poupança de energia eléctrica que a gravidade da situação e a sua evolução previsional impunha.

Consciente de que tais medidas só dão realmente resultados quando partilhados activamente por toda a população, o Governo decidiu fazê-lo de forma gradual e ponderada, começando pelos consumos supérfluos e explicando claramente ao País a situação com realismo mas sem alarmismo, procurando sensibilizar e mobilizar o povo português para o objectivo comum.

Assim, em 7 de Fevereiro passado o Governo decidiu um primeiro conjunto de medidas, das quais se mencionam, nomeadamente:

A redução da tensão de abastecimento;
O fecho da emissão da Televisão às 23 horas;
A redução das iluminações pública, comercial, etc.

Na mesma altura e como medida preventiva destinada a minorar prejuízos em caso de restrições ao consumo, aprovou um plano de emergência, prevento cortes de energia devidamente escalonados e a efectivar somente em caso de necessidade absoluta.

Numa 2.ª fase, decidiu o Governo marcar claramente o objectivo nacional de uma poupança de 10 % nos consumos domésticos e comerciais, agravando para o dobro a tarifa nos consumos excedentários.

Cabe neste momento responder directamente ao Sr. Deputado Lopes Cardoso sobre as dúvidas que colocou relativas à exequibilidade desta medida.

Lendo com atenção a resolução do Conselho de Ministros que a determina, descortina-se a forma como se irão tratar os casos das pessoas ausentes jutificadamente e de tal facto façam prova e reclamem desse mesmo facto. Os n.ºs 2 e 3 da resolução prevêm que os novos consumidores, e outros casos, sejam abrangidos por uma medida que, pensamos, estatisticamente terá o mesmo valor e que pode ser aplicada nessas situações.

Relativamente à preocupação sobre os consumidores de menores recursos, é evidente que o Governo se preocupou com esse facto, e no n.º 8.º da resolução diz-se textualmente que: «Não serão abrangidos pelas

presentes medidas os consumidores domésticos com habitação até três divisões e potência contratada até 1,1 KWA que não tenham consumido mais de 240 KWh durante o ano de 1980.»

Estas medidas assim como a análise da situação energética em geral e decorrente da seca, além de publicamente anunciadas e de serem acompanhadas por intensa campanha publicitária, procurando sensibilizar toda a população para a importância de poupar energia eléctrica, foram objecto de diversas reuniões de trabalho com as estruturas representativas dos empresários, dos trabalhadores e, expressamente a meu pedido, com a Comissão Parlamentar da Indústria e Energia.

O Governo actuou assim decidida e oportunamente consciente da dificuldade de implementação real de algumas das medidas decididas, empenhou-se em conseguir o seu cumprimento e em mobilizar o povo português à volta da sua acção.

A constatação do cumprimento real de medidas que governos anteriores tentaram impor sem êxitos — o fecho da Televisão às 23 horas e a iluminação de monumentos são dois exemplos típicos —, e que agora o Governo com a sua actuação conseguiu concretizar, originou uma adesão notável da população em geral e dos órgãos de comunicação social que neste momento é justo realçar.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Igualmente as sessões de trabalho já referidas com empresários e trabalhadores conscientizaram todos sobre a necessidade imperiosa de poupança de energia com vista a esgotar todas as possibilidades para evitar que se tenha de recorrer ao plano de emergência.

O corte de 1 kWh à indústria corresponde a perda de cerca de 40\$ a 50\$ de produto nacional, o que dá bem a medida dos efeitos sobre a nossa economia se vier a ser necessário recorrer a tal medida. Todos os esforços para evitá-la essa situação são, portanto, um imperativo nacional.

As medidas decretadas começam a dar os seus resultados, podendo afirmar-se que o ritmo de crescimento do consumo de energia eléctrica reduziu-se, quase para metade do previsto anteriormente, ...

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Muito bem!

O Orador: — ... o que, tendo sido conseguido sem afectação da actividade económica, é já um resultado significativo embora, como é óbvio necessitando de confirmação futura.

Foi assim possível beneficiar dos escassos dias de chuva das últimas semanas para subir a taxa de enchimento das albufeiras de 47% — valor mínimo atingido em 25 de Fevereiro de 1981 — para os 51% que neste momento se verificam e poder aproveitar todas as oportunidades para reforçar a situação actual até ao Verão.

A situação parece actualmente com tendência para se estabilizar a este nível, sendo constante a atenção do Governo sobre a evolução e a previsão das situações, afectando não só Portugal como também Espanha e França. É preciso que se tenha consciência de que uma importação sistemática tão significativa diminui naturalmente o grau de viabilidade do nosso sis-

tema abastecedor e nos coloca numa posição bastante vulnerável a qualquer acidente. Para tal eventualidade existe o plano de emergência já referido.

O Governo tem plena consciência de que a situação de seca que hoje vivemos tem carácter acidental, mas que se sobrepõe a uma situação estrutural de crise energética internacional, não se limitando esta ao problema da energia eléctrica mas sim e em profundidade a todas as características do nosso sistema produtor e consumidor de energia sob todas as suas formas.

Nesta base, todas as acções de poupança de energia, seja qual for a sua natureza, são fundamentais, e ao ser forçado, por razões meteorológicas accidentais, a concentrar-se sobre o problema da energia eléctrica — ela própria representando somente cerca de 15% do consumo global de energia primária do País —, o Governo fá-lo já de acordo e em coerência com uma perspectiva global cujas linhas de orientação fundamentais estão explicitadas nas Grandes Opções do Plano a Médio Prazo que esta Assembleia terá ocasião de apreciar dentro de dias.

Neste contexto, um dos aspectos que mais atenção tem merecido do Governo é a recuperação de alguns atrasos no investimento em centros produtores de energia eléctrica após o 25 de Abril de 1974.

Assim, somente no ano de 1980, primeiro em que a Aliança Democrática, é Governo o aumento do esforço de investimento da EDP relativamente a 1979 foi de cerca de 40%, isto é, tanto quanto o crescimento do investimento durante todo o período de 1975 a 1979, e isto sem diminuir, antes reforçando constantemente a participação da indústria nacional neste esforço de investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Procurei ser claro na descrição da situação actual de fornecimento de energia eléctrica ao País e na explicação da adequação e oportunidade das medidas que o Governo resolveu adoptar e cujos resultados começam a revelar-se.

O Governo, consciente das responsabilidades que o povo português lhe confiou, manteve sempre um controle adequado da situação motivada pela seca, através de uma actuação ponderada e oportunamente concretizada nas suas diversas fases.

Observa agora serenamente a evolução da situação meteorológica ...

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Essa é boa!

O Orador: — ... e prosseguirá na mesma linha de actuação que tem recebido o inequívoco apoio do povo português, bem expresso nos resultados já alcançados.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, não sei se regimentalmente é possível, mas gostaria de fazer agora um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro. Caso o não possa, fá-lo-ei daqui a pouco.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Agora é o tempo do Governo, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Então, Sr. Presidente, daqui a um bocado solicitarei um esclarecimento ao Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se estiver de acordo, darei agora a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas e só depois faria então o Sr. Deputado o pedido de esclarecimento.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, para uma intervenção.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha): — Não tentarei ocupar o tempo desta intervenção de abertura com uma maçadora tipificação da situação meteorológica que, infelizmente para o País, provocou a reunião de hoje.

Não é surpresa nem novidade a ocorrência de situações como esta no nosso passado mesmo recente, e as características principais do clima de Portugal conferem uma característica aleatória muito vincada não só no nível global das precipitações mas, como muito bem focou o Sr. Deputado Lopes Cardoso, fundamentalmente na sua distribuição no tempo.

Esta situação, que é fundamentalmente responsável pela condição de difícil programação da nossa agricultura, provoca também, para quem tenha a necessidade cu a obrigação de prever mecanismos correctores da economia neste sector, a probabilidade de reversão da situação, situação essa que na agricultura pode inverter-se com grande rapidez e facilidade mediante a ocorrência de novas chuvas ou de diferentes regimes de temperatura.

Foi essa a situação que o Governo encontrou desde a sua tomada de posse e que o levou a actuar neste campo de uma forma faseada, na medida em que, para lá da necessidade que encontra e que constitui sua obrigação de promover correcções sectoriais que tentem resolver ou mitigar o problema dos agricultores, ele tem fundamentalmente de gerir recursos que infelizmente, como todos sabemos, não são extremamente abundantes.

Esta óptica de gestão parcimoniosa dos recursos motivou fundamentalmente os graus de actuação que a acção do Governo bem demonstrou. Com efeito, a situação de termos tido um fim de ano, Outono e princípio de Inverno, extremamente secos não constituía, em si próprio e para fins exclusivamente agrícolas, um grave risco. Efectivamente, ainda se nos recordarmos, por exemplo, do ano de 1975-1976, essa situação ocorreu e foi felizmente bastante compensada com a ocorrência de chuvas aceitáveis em Janeiro e Fevereiro.

A situação, portanto, apenas começou a ser preocupante na segunda metade de Janeiro, quando se verificou que o mês de Janeiro foi praticamente seco em todo o território e que se lhe acumularam os efeitos da queda de geada abundante por alturas do fim do ano. Esta situação foi nessa altura motivo de desencadeamento de acções da parte do Governo que eu pessoalmente anunciei ao País através da Televisão e que constituíam o que nós chamámos «o grau 1 de actuação de uma situação meteorológica desfavorável para a agricultura». Consistia esse primeiro grau de actuação fundamentalmente na constituição de mecanismos de suporte das produções perdidas por causa da geada e na constituição de moratórias financeiras

relativamente aos encargos assumidos pelos lavradores no que diz respeito às sementeiras que a meteorologia não tinha deixado nascer. Esta situação foi portanto,posta em execução no fim do mês de Janeiro e até agora está em perfeito estado de funcionamento.

A situação na altura motivava dois tipos de alternativa de evolução: ou durante o mês de Fevereiro e até à altura em que nos encontramos agora a situação da precipitação teria uma inversão e conseguiríamos, ainda que com poucas precipitações, obter uma reversão total do problema agrícola — ou quase total —, havendo ainda a esperança de poder com essa precipitação possível virmos a ter um ano agrícola quase normal, ou teríamos, pelo contrário — e como infelizmente veio a acontecer — um mês de Fevereiro em que a secura persistiu.

Este estado de coisas provocou na segunda metade do mês de Fevereiro o desencadeamento das acções, ou seja, a preparação das acções que constituem o que nós chamamos «o grau 2 de intervenção na seca» e que neste momento está em fase de arranque e implementação. Esta situação — este grau 2 — prevê a constituição de mecanismo de suporte dos rendimentos dos agricultores durante o período que poderemos considerar entre a primeira metade do mês de Março e o fim do mês de Maio. E a quantificação e tipificação das medidas que estão consideradas têm por objectivo esse mesmo período.

É evidente que, e como bem disse o Sr. Deputado interpelante, uma situação de crise como esta demonstra à saciedade problemas estruturais da agricultura portuguesa. E seria profundamente insensato da nossa parte admitir que se poderiam gerir problemas desta natureza actuando a curto prazo em fenómenos de tipo estrutural.

O Governo — e presumo que qualquer Governo que tivesse esta contingência — teria de privilegiar fundamentalmente as acções de conjuntura. Ora foi isso que ele tentou fazer.

Qual é, nesta óptica, a atitude de um governo, atitude de um estado perante uma situação como a que se tipifica neste momento para a agricultura? Eu penso que poderei dizer — e nesse aspecto com alguma divergência em relação ao Sr. Deputado Lopes Cardoso — que as principais medidas conjunturais possíveis de actuação em circunstâncias desta ordem se podem classificar fundamentalmente em duas ordens de acções: as acções que têm como objectivo ocorrer aos prejuízos na produção vegetal e as acções que têm como objectivo corrigir os inconvenientes na produção animal.

Relativamente à produção vegetal, o que está em causa, fundamentalmente, é uma quebra de produção nitidamente conjuntural e que tem, evidentemente, efeitos negativos na economia geral do País, efeitos negativos na economia privada dos agricultores e que será certamente sentida no equilíbrio da nossa balança comercial. Em relação a esta quebra de produção, o essencial é, garantindo um mínimo de rendimento aos agricultores, instituir um sistema mediante o qual esse mesmo agricultor não fique privado de obter os financiamentos necessários ao rearanque da sua exploração agrícola na nova campanha, para o que lhe deverão ser criadas condições de moratória e de financiamento suficientes para a aquisição dos factores de produção de que ele necessita para arrancar.

Fundamentalmente, esta filosofia — e presumo que teremos ocasião durante a interpelação de a discutir — pretende, ultrapassando as condições paternalistas e passivas que durante muito tempo imperaram em Portugal, fazer reflectir nos exercícios futuros as consequências negativas de um exercício condicionado por uma meteorologia infeliz.

Penso, no entanto, que é nos efeitos sobre a produção animal que a acção do Governo — a acção de qualquer governo — mais se deve fazer sentir. E fundamentalmente porquê? Porque, contrariamente ao que acontece na quebra de produção vegetal, onde o que está em causa é um problema de conjuntura, no problema pecuário da produção animal o que está em causa e em risco é um problema estrutural.

De facto, o rebanho nacional, os efectivos pecuários, são fundamentalmente capitais de exploração. Ora, são esses capitais de exploração que estão em risco quando condições meteorológicas adversas lhes permitem admitir o risco de que eles tenham de ser eliminados.

O capital pecuário constitui, por mais atrasado que o sector se encontre em algumas zonas, um trabalho de selecção de muitos anos, que se reflecte não só no seu património genético, na sua qualidade, como até nas suas condições de sanidade e de resistência a epizootias. É de uma extrema gravidade colocar o rebanho nacional em condições de desaparecimento por falta de alimentos em certas alturas da sua vida. Portanto quanto a mim é bem mais grave o risco que se atravessa e que se faz sentir no campo pecuário do que o risco que se faz sentir no campo agrícola, sem prejuízo, naturalmente, do muito respeito que me merecem as quebras de produção desse sector.

Nessa altura, e fundamentalmente em relação a esse efectivo pecuário, penso que as acções fundamentais devem ser estruturadas no sentido de preservar o mais possível a existência tão abundante quanto possível desse rebanho nacional. Mas, para aquela parte que não possa ser conservada, quer pelas suas condições de habitação, quer por acontecer em zonas onde o abastecimento de alimentos seja mais difícil, pois que esse abate maciço seja feito em condições que não sejam especulativas e que, portanto, garantam preços aceitáveis para o produtor e, naturalmente, possam garantir o mínimo de tesouraria ao pecuarista, ao criador, de forma que ele possa subsistir durante um ano, o que certamente não será fácil.

A medida essencial será, portanto, gerir os recursos alimentares nacionais, prever o recurso sistemático a alimentos alternativos — em particular a alimentos grosseiros — e, adicionalmente, considerar o aparecimento de emergência de rações de sustentação.

É um facto que a condição meteorológica das últimas semanas chegou a permitir alguma inflexão neste quadro meteorológico e naturalmente em relação à possível previsão do que irá ser o futuro para lá das medidas que terei ocasião de referir sumariamente.

Tivemos, portanto, alguma precipitação na semana anterior, situação que produziu melhorias sensíveis na situação agrícola de uma parte importante do País, mas que, infelizmente, não atingiu a parte central e sul do Alentejo, onde ainda aí residem as nossas principais preocupações, tendo o aumento de tem-

peratura dos últimos dias provocado situações que temo serem de difícil recuperação.

Queria, portanto, aproveitar esta ocasião para vos dar uma imagem, nesta abertura do debate, do grau de complementariedade e comprehensividade das medidas consideradas pelo Governo e que vou classificar nas duas secções que há pouco referi: as medidas tendentes à defesa do efectivo pecuário e as medidas tendentes à gestão dos recursos hídricos e apoio às quebras de produção vegetal, dos factores de produção não remunerados pela produção normal.

Quero acentuar, no seguimento do que disse o Sr. Ministro da Indústria e Energia, que a consideração destas medidas de suporte foi oportunamente discutida em sessão com a Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas desta Assembleia, tendo recebido nessa discussão a oportunidade de críticas e de complementariedade que a todo o tempo naturalmente o Governo receberá e agradecerá.

Nesta primeira série de medidas tendentes ao suporte do efectivo pecuário aparece como primeira medida, pelo seu significado financeiro, a intervenção ...

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, falta um minuto para terminar o tempo que é atribuído ao Governo.

O Orador: — Sr. Presidente, eu sugiro, se me permite, que este tempo me seja descontado no tempo que é atribuído ao Governo no debate que se segue.

O Sr. Presidente: — Como ninguém se opõe a esse pedido, está concedido.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta intervenção destina-se, assim, a retirar do mercado os efectivos pecuários com menor capacidade de sobrevivência, tem o atrativo adicional e excepcional de complementar esse preço de intervenção — que naturalmente será um preço marginal por ser um preço de intervenção — com um subsídio incentivador de aceitação por parte dos lavradores do recurso a este financiamento. Adicionalmente, o Governo suportará também, através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, os encargos do transporte destes animais até aos matadouros da Junta. Esta situação, que pretende ser apresentada como uma medida objectiva e pragmática, uma vez que, como é do conhecimento de VV. Ex."*, grande parte da movimentação do gado neste momento em relação às feiras regionais já se faz por meio automóvel, por camionetas, permite ultrapassar a dificuldade operacional de constituir em tempo útil os centros de recolha que o Sr. Deputado Lopes Cardoso referiu. Adicionalmente, é também importante referir que estão previstas as intervenções dos representantes dos criadores durante todas as operações de abate, de classificação e pesagem, de forma a eliminar uma suspeita eventual relativamente ao tratamento, por parte da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, no seu efectivo.

Adicionalmente e complementarmente a esta medida, o Governo prevê ainda uma linha de financiamento ao armazenamento de carcaças em armazéns

frigoríficos, que, com o juro bonificado e com âmbito nacional, possa facilitar este mesmo escoamento.

O consumo de alimentos alternativos tem várias vertentes, várias valências. Eu enunciaria seguidamente não só o fomento ao consumo de ramas e folhagem mediante um subsídio proporcional ao efectivo pecuário de quem o solicite e que se destine ao pagamento de podadores, fundamentalmente para trabalharem nos olivais e montados de azinheiras e sobreiros, de forma a produzir um alimento grosso de base, como uma linha de crédito para aquisição de rações e grãos forrageiros com um crédito extremamente bonificado e um prazo de amortização de quatro anos com um ano de carência e ainda por cima com um juro bonificado e selectivo relativamente aos muito pequenos produtores e aos produtores médios ou grandes.

Está garantido o acesso a milhos, aveias e cevadas dos stocks da EPAC, que habitualmente fornecem apenas fábricas de rações, aos agricultores que se apresentem credenciados pelas Direcções Regionais de Agricultura. Como há pouco foi também referido, está condicionada a movimentação de palhas entre o Sul e o Norte do País, na medida em que os stocks de palha no Sul são, de facto, escassamente suficientes para o efectivo dessa área.

O Ministério do Comércio e Turismo vai naturalmente suspender qualquer importação de produtos de carne para o País, na medida em que, infelizmente, o mercado nacional será exageradamente abastecido este ano. Ao mesmo tempo, as Direcções Regionais de Agricultura estão equipadas com elementos de divulgação de normas técnicas de nutrição animal, de normas técnicas de preservação da sanidade com regras de utilização de agentes antiparasitários de combate a epizootias. Neste momento posso anunciar que com os fundos do orçamento do Ministério da Agricultura e Pescas se vai lançar uma campanha de desparasitação gratuita e generalizada.

Entretanto nas medidas que têm a ver com a produção vegetal, anunciaria algumas delas que têm a ver ao mesmo tempo com a preservação do efectivo pecuário, na medida em que elas se dispõem a criar alternativamente produções alternativas de alimentos para o gado. Neste aspecto, nós iremos fomentar a produção de silagem de milho em áreas de regadio, fundamentalmente onde culturas tradicionais não sejam possíveis, vamos fomentar a produção de fenos em regadio com contratos — o Ministério da Agricultura e Pescas faz contratos e garante a compra dessa produção a um preço também subsidiado — e subsidiar também a aquisição de palhas, de forma a poder fazer a sua distribuição tão criteriosa quanto possível.

Entretanto especificamente nas medidas de suporte da produção vegetal, referi há pouco que elas se iniciaram no nosso grau 1 de actuação com as medidas preventivas e correctoras dos efeitos das geadas, que fundamentalmente tiveram a ver com as castanhas do Nordeste e com olivais e com citrinos, com as moratórias das culturas de Outono e de Inverno também incluídas nesse grau 1 e nas quais naturalmente se contemplam a produção dos primores e as pastagens semeadas com a limitação de produções com altas exigências em água, em particular nas regiões dos perímetros regados, onde existem neste momento

deficiências de abastecimento das barragens que os servem e onde se criaram regras de prioridade que constam fundamentalmente em dar prioridade absoluta ao abastecimento de águas das populações vizinhas, das culturas horto-frutícolas já instaladas, gerindo a água restante através de instruções muito rigorosas, neste momento já distribuídas às associações de regantes.

Vão ser compensados pelos factores de produção consumidos os agricultores que nessas áreas sejam impedidos de fazer a sua laboração normal e serão reembolsados das despesas que fizeram em relação ao tratamento dos terrenos para essas mesmas culturas. Vai-se também financiar, em condições extremamente favoráveis, com juros muito baixos — que chegam a 6,5 %, e com prazo de amortização de oito anos —, os investimentos destinados à melhoria das estruturas hidráulicas e às armazenagens e conservação de forragens. Teremos depois ocasião, na parte do debate, presumo, de dar explicações sobre esta matéria levantadas pelo Sr. Eg.º Lopes Cardoso.

Alternativamente, e para constituir uma alternativa de abastecimento de mercados nas grandes cidades, estão previstas, em particular na Companhia das Lezírias, a produção intensiva de horto-frutícolas, de forma a evitar uma falta de abastecimento nos mercados da capital. Estão também previstas, em ligação com as entidades interessadas na produção de tomate — e fundamentalmente em relação aos nossos compromissos de exportação — a cultura de tomate nas áreas onde isso seja possível, dadas as condições existentes. Essas acções são complementadas com medidas dos outros Ministérios, particularmente o Ministério da Indústria e Energia, o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Comércio e Turismo, por razões óbvias.

Anunciarei também que ainda há poucos dias foi estendido o seguro de colheitas a uma nova série de culturas, de forma a abranger neste momento 80 % da produção agrícola nacional, que está, portanto, já capaz de ser segura por este seguro.

Todas estas medidas dizem exclusivamente respeito a agricultores. Assim, estão tomadas as cautelas suficientes para elas não serem extensivas a intermediários ou comerciantes, estão incluídas nelas protecções aos pequenos produtores e serão acompanhadas e controladas pelas Direcções Regionais de Agricultura. Elas envolvem, nesta fase, um compromisso financeiro na ordem dos 2 milhões de contos, o que justifica bem o interesse que o resto da sociedade, o resto da economia, levou a este conjunto de acções.

Temos a noção de que este conjunto não será um conjunto ideal, é um conjunto coerente e consistente e que constitui em si próprio um facto político, uma vez que ele corresponde a uma obrigação do Estado e do Governo em suprir condições deficientes numa parte importante da agricultura portuguesa. No entanto, gostaria de assinalar que o Governo não lhe pretende atribuir a essa perspectiva política, qualquer prioridade. Foi com prazer que ouvi a afirmação do Sr. Deputado Lopes Cardoso de que o partido interpelante não tinha também a intenção de utilizar esta infelicidade nacional para provocar, ele próprio, factos políticos. Ele quer, sim, trazer contributos válidos para esta actuação que o Governo aceitará, certa-

mente, que seja complementada. Portanto, faço votos para que o debate o demonstre de uma forma clara.

Aplausos do PSD do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Informo o Governo de que, além do tempo previsto para as respostas à apresentação da interpelação, gastou mais dez minutos. Dispõe, portanto, a partir deste momento, de cinquenta minutos no total.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso pediu há pouco a palavra para solicitar esclarecimentos, não é verdade?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, efectivamente pedi há pouco a palavra para solicitar um esclarecimento ao Sr. Ministro da Indústria e Energia e, se me for concedida a palavra, para neste momento formular também vários pedidos de esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Estamos já no debate e agora VV. Ex.^{as} administraram o vosso tempo conforme entenderem.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Em relação ao Sr. Ministro da Indústria e Energia, a questão que eu queria pôr era a seguinte: se bem entendi, o Sr. Ministro referiu que a resolução tomada em relação à penalização de consumos que excedam determinado nível é uma medida a aplicar numa segunda fase de intervenção do Governo. Gostava de ser esclarecido se assim é ou não. Trata-se uma questão de somenos importância, que não corresponde exactamente àquilo que consta da intervenção do Primeiro-Ministro, mas trata-se apenas de uma questão de esclarecimento. Para além disso, o Sr. Ministro da Indústria e Energia referiu uma resolução concretizando as condições de aplicação dessa medida. Perguntaria, pois, ao Sr. Ministro se porventura essa resolução foi já tornada pública, se foi publicada no *Diário da República*. Faço esta pergunta porque, de facto, nem eu tenho conhecimento dela nem, penso, a maioria dos portugueses e, se calhar, nem a maioria dos deputados aqui presentes têm conhecimento do seu conteúdo. Como é óbvio, creio que teria sido extremamente importante que o Sr. Primeiro-Ministro, ao anunciar a medida como a anunciou, tivesse tido a cautela de lhe acrescentar os reparos introduzidos agora pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia.

Não vou dizer que estes complementos foram feitos na sequência do nosso pedido de interpelação, mas vou dizer, isso sim, que pelo menos o pedido de interpelação teve já a vantagem de ter trazido a público o conhecimento de matérias que são indispensáveis para ajuizar das medidas do Governo, que não tinham sido ainda tornadas públicas e que não constam sequer de resoluções já oficializadas. Aliás, devo dizer que, a este propósito, espero que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas tenha ocasião ao longo do debate de dar os esclarecimentos que realmente lhe solicitei. O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, com o brilhantismo que lhe é justo reconhecer, limitou-se, na prática, a reproduzir a lista de propósitos já anteriormente anunciados, quer por ele, quer pelo Sr. Primeiro-Ministro, sem de facto dar resposta às questões que aqui foram levantadas, quando

muito concretamente coloquei o problema de saber, muito para além desses propósitos, quais são os mecanismos que o Ministério da Agricultura e Pescas vai implementar, de que o Ministério dispõe, que o Ministério está a accionar para que esses propósitos se constituam como uma realidade.

Por exemplo, não basta garantir e afirmar — e já foi um complemento em relação ao que tinha vindo a público — que o Ministério tomou todas as preocupações para que mais uma vez se não assista a desvio de subsídios governamentais para intermediários e industriais em prejuízo dos agricultores.

O que é importante saber-se, o que é importante discutir-se, é quais são essas precauções, para que possamos avaliar do significado que elas possam ter.

Uma outra questão: o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas referiu que até finais de Fevereiro se não podia avaliar correctamente as consequências efectivas da estiagem sobre as culturas de sequeiro, nomeadamente as culturas de Outono/Inverno. Se porventura na 2.ª quinzena de Fevereiro as condições meteorológicas tivessem sido outras, a situação hoje poderia ser diferente. Aliás, algo de semelhante — como o Sr. Ministro teve ocasião de referir — se verificou em 1975-1976. Mas o que eu creio é que em Fevereiro, ou mesmo antes disso, se podia prever já a situação que se vive, que se vai viver no que diz respeito às disponibilidades de água para rega.

Penso que os caudais afluentes, por muito que chovesse no final de Fevereiro, não seriam de molde a alterar significativamente o nível das nossas reservas hídricas destinadas à rega. Portanto, poder-se-ia, mais atempadamente, ter tomado medidas para obviar a esses inconvenientes.

Haveria mais questões, mas ponho-lhe apenas mais uma, no sentido de ajustar aquilo que do meu ponto de vista, e do ponto de vista da UEDS, espero do Governo: é que me parece insuficiente como resposta à questão levantada quanto ao planeamento, relativamente ao levantamento das condições necessárias ao desenvolvimento da cultura do tomate e da sua eventual substituição para garantir níveis mínimos de resposta aos nossos compromissos de exportação. Dizer-se que será cultivado o tomate onde ele pode ser cultivado parece-me que é pouco, e se o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas não me leva a mal recordar terminaria com uma passagem de um filme muito antigo com o actor italiano Totó, a quem um amigo perguntava, com ar extremamente sério quantos homens deveria levar para uma expedição em África, tendo Totó respondido com o mesmo ar sério: «Acho que deves levar os suficientes.»

O Sr. Presidente: — A'gum dos Sr. Ministros deseja usar da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento que lhes foram colocados?

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo espera que haja outras questões de outros sectores da Assembleia e reserva-se para oportunamente dar uma resposta global, e não individual.

O Sr. João Cravinho (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Parece-me pelo menos curioso que, havendo uma medida que nem se sabe se está publicada, nem onde, levantada pela interpelação do meu camarada Lopes Cardoso, o Governo se reserve o direito de responder mais tarde.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo, naturalmente, responderá a essa pergunta, aliás podê-lo-á fazer já, mas só não o faz agora por uma questão de gestão do tempo.

Certamente que o Sr. Deputado João Cravinho reconhece ao Governo capacidade para gerir o seu próprio tempo!?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Queria apenas perguntar ao Governo se essa matéria está em segredo de justiça.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Penso que todos devemos agradecer à UEDS esta iniciativa, na medida em que ela fez com que o Governo viesse aqui a esta Assembleia provar que as medidas que tomou para minimizar as consequências da seca são de facto as mais adequadas. Talvez até seja esta a razão porque este debate tem estado até agora a decorrer em ambiente morno e com certa acalmia, em termos parlamentares.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Sr. Deputado vai aquecer-lo, com certeza!

O Orador: — Julgo que há que reconhecer isso, embora pense que a oposição gostaria de imputar ao Governo os erros que têm sido feitos em matéria de política energética, muito concretamente, em matéria de política energética nacional.

Não vou aqui frisar que não é da responsabilidade do Governo a não existência de um sistema de pequenas e médias barragens espalhadas por todo o País que possam adequar, em reservas de água, aquilo que hoje é desperdiçado ou, em muitos casos, apenas utilizado para a produção de energia eléctrica.

Penso que também ninguém da oposição terá coragem de criticar o Governo pelos erros técnicos cometidos nos inícios dos anos 70 na instalação e construção dos grupos da Central Térmica do Carregado, que não será ao Governo, entrado em efectividade de funções em 1980, que se irá imputar os atrasos registados com a construção da Central Térmica de Setúbal.

Uma coisa, no entanto, será importante registrar — e isto já não se refere em particular à interpelação da UEDS: é que se conseguiu, em Portugal, reduzir para metade, segundo palavras do Sr. Ministro da Indústria e Energia, o consumo de electricidade. Isto é extremamente importante, porque não acredito que em termos de consumo eléctrico, de bem-estar e de qualidade de vida dos Portugueses, caso essas reduções se efectuassem em períodos hidrológicos normais, isso teria algum efeito negativo.

Isto, de facto, só prova que, apesar de termos necessidades de um crescimento dos centros de produção e de um aumento do consumo de electricidade que se não nega — e há ainda cerca de um milhão de portugueses que não têm electricidade em casa —, a verdade é que muita da electricidade que hoje se produz, infelizmente com 30 % a 40 %, de recurso a centros térmicos.

Foi pena que muitas dessas medidas no campo da electricidade não fossem mantidas por muitos e bons anos e mesmo — repito — em situações hidrológicas normais, o que evitaria em grande escala parte das importações de petróleo para abastecimento das nossas centrais.

Julgo que o Sr. Deputado Lopes Cardoso não conseguiu na sua intervenção inicial uma única crítica que fosse à política seguida pelo Governo, concretamente ao programa focado previsto para, em caso de emergência, entrar em acção. E penso que será extremamente útil reafirmarmos aqui que o VII Governo conseguiu implementar medidas para que a televisão fechasse às 23 horas, o que tem um impacte extremamente significativo no nossos centros térmicos de produção eléctrica, pois esse fecho implica uma redução de potência fornecida à rede de cerca de 400 MgW.

Esta é uma medida extremamente importante que os outros governos não tomaram em 1975-1976.

Finalmente, eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Lopes Cardoso se concorda comigo em que, mesmo em situações normais, durante a semana não precisamos de ter os edifícios públicos todos iluminados, as repartições públicas totalmente iluminadas, desde o 1.º ao 7.º andares, durante toda a noite. É ou não verdade que podemos dispensar perfeitamente, em grande parte da semana — não digo ao fim-de-semana e nem sequer falo na iluminação dos monumentos públicos —, muita da publicidade gratuita que é feita nos telhados das casas de Lisboa e de outras localidades de grande actividade comercial?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado Luís Coimbra não se importa, não lhe responderei já. Não é estar com isto a imitar o Governo, mas já agora há várias considerações a fazer e acho preferível fazê-las em conjunto, até porque se não isto a certa altura começa a transformar-se mais num diálogo do que num debate.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Entretanto a Mesa aguarda que qualquer Sr. Deputado peça a palavra para uma intervenção.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parece-me que estamos a cair numa situação que não dignificará esta Câmara.

Sucede que o Partido Socialista tem intervenções a fazer nos domínios da energia, da agricultura e das ilações a extrair da presente situação e das medidas que o Governo tomou ou não tomou. Simplesmente, dado que o Governo tem uma medida em trânsito — sabe-se lá por onde... —, cuja forma e conteúdo são ignorados, nós não temos conhecimento daquilo a que o Governo se obrigou ou se vai obrigar legalmente e não podemos, como é óbvio, estar aqui a criticar o Governo em plena consciência sem estarmos na plena posse das informações. Isto é um caso de sonegação de informação.

Precisamos de conhecer essas medidas para podermos dizer o que for de justiça.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Não se permite, Sr. Presidente, que esta situação continue.

Vozes do PS, da ASDI e da UEDS: — Muito bem!

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — O Governo que saia da clandestinidade para que possamos interrogá-lo!

Pausa.

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos convencidos de que o problema da seca talvez não seja tão grave porque me parece que o Governo mete água ...

Risos.

Estamos a interpelá-lo, gostaríamos de conhecer quais são as medidas concretas que tem para tomar, gostaríamos que essas medidas não fossem clandestinas, que pudessem ser tornadas públicas para que as pudéssemos conhecer, criticar ou até aplaudir, se for caso disso.

Vozes da ASDI: — Muito bem!

O Orador: — Mas não é possível criticar, ou sequer dialogar, em relação a medidas que se desconhecem, que são reservadas em segredo, e que creio que neste momento — e aqui peço desculpa ao Sr. Deputado João Cravinho de o emendar — não significam a não dignificação da Assembleia da República, que está a cumprir a sua missão interpelando o Governo, mas antes não significam o Governo, que não responde a uma interpelação.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo estranha estas duas intervenções, já que, tendo disposto dos trinta minutos da sua intervenção, não só esgotou esse tempo, como ainda foi mais longe e falou durante mais doze minutos, a que não era obrigado. E está-se a dizer que o Governo não explicitou as suas medidas ...

Mas, afinal, é o Governo que não explicita as suas medidas ou é a oposição que não quer falar ou não tem nada para dizer?

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, julgo que é necessário pôr as coisas nos seus devidos lugares.

O que está em causa muito concretamente é que o Sr. Ministro da Indústria e Energia, para responder a algumas questões levantadas na minha interpelação evocou uma resolução do Conselho de Ministros que nenhum de nós conhece, que não se sabe se foi publicada e que, obviamente, tratando-se de uma resolução sobre medidas concretas para enfrentar a situação que neste momento se debate, é fundamental conhecer-se para que possamos intervir e o debate prosseguir.

Não está aqui em causa o saber se o Governo falou muito ou pouco. O Governo falou mais doze minutos porque entendeu dever fazê-lo e porque a Assembleia assim lho consentiu.

O que de facto o Governo não esclareceu foi um argumento que apresentou para responder a questões que lhe foram levantadas, argumento cuja realidade concreta ignoramos.

Vozes da UEDS, do PS e da ASDI: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro Basílio Horta.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, se efectivamente o conhecimento do texto desta resolução é condicionante das inscrições da oposição, mais uma vez o Governo tem muito gosto em lê-lo. A resolução só não está publicada porque a Imprensa Nacional ainda a não publicou, mas efectivamente trata-se de uma resolução tomada em Conselho de Ministros e que tem as demoras naturais de publicação.

Mas, repito, se, para além daquilo que o Ministro da Indústria já disse, a leitura da resolução é condicionante do debate, faremos a sua leitura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para fazer uma observação.

De facto, o Sr. Ministro da Agricultura acabou há pouco de falar e apresentou o seu programa de acção no que diz respeito à seca.

Por outro lado, na sua intervenção o Sr. Deputado Lopes Cardoso traz ao debate factos que não estão relacionados com a seca, mas que dizem respeito à Reforma Agrária e à distribuição de terras e, inclusivamente, à Lei do Arrendamento Rural, que foi aprovada pelo meu partido.

Em meu entender as linhas de crédito estão definidas, as medidas do Governo estão traçadas, os mecanismos estão accionados, e por isso não entendo por que razão é que o Sr. Deputado Lopes Cardoso não faz mais perguntas ao Governo.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, suponho que reconhecerá o bom fundamento do pedido que faço a seguir.

Se o Governo de facto dispõe de uma resolução que não comunicou ainda a esta Câmara, nós solicitamos-lhe que a fotocopie e faça distribuir pelas diversas bancadas. De outro modo não podemos estar a pronunciar-nos.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de dizer que se o Sr. Deputado João Cravinho tivesse começado por dizer o que acabou de sugerir tinha-se pougado todo este tempo no debate.

É evidente que o Governo concorda em fotocopiar a resolução e em distribuí-la por todos os grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, Sr. Ministro, peço-lhe que forneça um exemplar aos Serviços de Apoio Parlamentar para que procedam à sua distribuição enquanto V. Ex.^a procede à sua leitura.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, se V. Ex.^a assim o entende, poder-se-ia dispensar a leitura, porque essa vai contar no tempo do Governo. Aliás, distribuído o texto não será necessário lê-lo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amadeu dos Santos.

O Sr. Amadeu dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para dizer que mais uma vez fico estupefacto perante as palavras da oposição. É que de facto na Comissão de Indústria foi entregue ontem um *dossier* completíssimo — do qual fazia também parte a portaria do Ministério das Finanças e do Plano — a todos os partidos com assento parlamentar.

Portanto, parece-me que, a haver falta, ela virá dos membros dessa Comissão, que talvez não tenham feito circular esse *dossier* por todos os seus colegas de bancada. Assim, creio que neste momento não é o Governo que está em falta, porque — repito — nesse *dossier* encontrava-se também uma cópia do despacho agora referido.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Despacho? ...

Mas que grande confusão!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, apesar do que acabou de dizer, o que é facto é que o documento não chegou às mãos de todos os colegas.

Todavia, estamos a perder tempo com um texto que o Governo já mostrou o propósito de fazer circular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se estiverem todos de acordo, e para evitar tirar tempo seja a quem for, tempo precioso para a discussão, e como o texto da resolução é muito curto, pedimos à Mesa que o leia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa lia, sim, só que não está na posse dele ... Mas se lho facultarem faz a sua leitura com muito gosto.

Sr. Ministro Basílio Horta, V. Ex.^a tem o texto da resolução?

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Não, Sr. Presidente. Emprestei-a para ser fotocopiada!

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Mas quem é que roubou a resolução?

Risos.

O Sr. Presidente: — Ah, está a fotocopiar.

Nesse caso, suspenso a sessão, por cinco minutos, para que proceda à sua distribuição.

Eram 16 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Distribuído que está o texto, reabro a sessão.

Eram 17 horas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista pede que se antecipe o intervalo regimental, de modo a ganharmos tempo.

São 17 horas e se fizéssemos o intervalo às 17 horas e 30 minutos seríamos obrigados a pedir agora meia hora nos termos regimentais, visto que o documento que foi distribuído levanta problemas graves.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Algum dos Srs. Deputados tem alguma objecção a que assim se proceda?

Pausa.

Não havendo, está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 2 minutos.

Após o intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-lhes o favor de tomarem os vossos lugares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

Pausa.

O Sr. Deputado Sousa Marques não quer intervir?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, nós pensamos que seria extremamente útil a presença de mais deputados nesta Assembleia para debater os últimos acontecimentos desta interpelação.

No entanto, se V. Ex.^a insiste, estou na disposição de iniciar a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — A sessão está reaberta, mas na realidade estão presentes poucos deputados. Portanto, peço aos colegas das diversas bancadas que chamem os que porventura andem pelos corredores.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Oh, Sr. Presidente, há ao menos quórum para o funcionamento da Assembleia ou não?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se V. Ex.^a me põe esse problema podemos fazer a contagem. Parece-me é que chegaremos à conclusão de que temos de encerrar a sessão por falta de quórum, embora seja suficiente a presença de 88 Srs. Deputados.

Pausa.

Efectivamente, Srs. Deputados, não há quórum, mas a Mesa espera mais alguns minutos até que estejam presentes 88 Deputados.

Pausa.

Srs. Deputados, existe quórum, pelo que concedo a palavra ao Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: A situação a que se assiste neste momento na Assembleia levá-nos a produzir esta intervenção.

Devemos desde já dizer, para nós, a situação é grave e manifestamos a nossa preocupação pela forma como está a decorrer esta interpelação. Sairam reforçadas as nossas fundamentadas dúvidas acerca de seriedade com que o Governo encara não só a situação nacional, mas também a interpelação que se iniciou há bem pouco tempo.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Boa piada!

O Orador: — Nesse sentido, gostava de perguntar aos Srs. Membros do Governo se é sua intenção durante esta interpelação apresentar mais papéis como este.

É que perante o anúncio de uma resolução pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, que depois se transforma numa portaria não datada nem assinada e que em dez minutos se volta a transformar numa portaria assinada por alguns Membros do Governo e com data de 27 de Fevereiro, fica-nos de facto a dúvida — e por isso pomos aqui a questão claramente — de se é ou não intenção do Governo apre-

sentar outros documentos deste género durante esta interpelação.

Trata-se naturalmente de uma manipulação da opinião pública, de uma manipulação dos órgãos de comunicação social que aqui estão, de uma manipulação dos deputados que não pertencem à Comissão de Indústria e que foram forçados a ouvir, de um deputado da AD e membro daquela Comissão, que este documento era do conhecimento da Comissão, que fazia parte do seu dossier, quando isso é totalmente falso.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós temos graves dúvidas e tudo leva a concluir que as medidas agora anunciadas e apresentadas pelo Governo são inconstitucionais, são ilegítimas, são extremamente violentas e gravosas.

Podíamos apresentar alguns exemplos para o Governo, o que é que se passaria com uma família a que entretanto nasceu mais um filho, a um agregado familiar que entretanto tivesse comprado mais um aparelho electrodoméstico, a que tivesse aparecido um doente, onde tivesse ocorrido uma mudança de residência, e dezenas e dezenas de casos que podiam ser enunciados e que não estão contemplados por estas medidas?

Estas medidas, convém salientar, não estão em vigor, não estão publicadas. É bom que fique claro — e o próprio texto da portaria, ou da resolução ou lá do que é o afirma expressamente nos n.^o 3 e 5 —, estas medidas entrarão eventualmente em vigor depois da publicação do documento. E por que é que eu digo «eventualmente»? É porque nós temos também fundamentadas dúvidas acerca desta questão. Intitará o Governo pôr estas medidas em prática ou trata-se apenas de mais um acto de intimidação, de manipulação a fim de obter dividendos psicológicos dos consumidores, do nosso povo e dos trabalhadores?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados nós não reconhecemos qualquer direito a este Governo para, aproveitando a sua capacidade legislativa, manipular a opinião pública e os Portugueses, manipular um órgão de soberania nesta matéria.

O Governo — já o dissemos e temos fundamentadas razões para o fazer — não tem manifestado uma atitude séria em relação a estas matérias e iremos denunciá-lo nos escassos trinta e seis minutos de que dispomos nesta interpelação.

O Governo, em vez de tentar debelar a situação criada, vem justificar os fracassos da sua política, vem tentar criar um clima de exceção e de alarmismo na opinião pública que justifique a aplicação de medidas mais e mais gravosas no campo das medidas económicas deste Governo e que não têm nada a ver com a seca que existe.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro da Indústria e Energia, na sua intervenção, falou na redução do ritmo do crescimento do consumo de energia e logo vem um deputado da AD — o Sr. Deputado Luís Coimbra, do PPM — bater palmas de contente porque o

consumo de energia se reduziu para metade. E o Sr. Deputado Luís Coimbra disse isto sem se rir — embora agora se esteja a rir porque agora finalmente percebeu e está-se a rir de si próprio, está-se a rir da enormidade que produziu nesta Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, o Sr. Ministro da Indústria e Energia tem razão ao dizer que o ritmo de crescimento do consumo de energia eléctrica se reduziu para quase metade em relação aos meses de Janeiro e Fevereiro do ano passado, mas esqueceu-se de dizer que nos meses de Janeiro e Fevereiro do ano passado esse ritmo de crescimento foi superior em 50% à média anual de 1980.

É desta forma que o Governo tenta manipular esta Assembleia e eventualmente os deputados que naturalmente não estão metidos em matérias tão especializadas como estas do ritmo de crescimento do consumo de energia eléctrica.

Perante tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, terminamos manifestando as nossas preocupações e recordando ao Governo que lhe colocámos algumas perguntas.

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS, do MDP/CDE e do Sr. Deputado César Oliveira (UEDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Nunes de Almeida.

O Sr. Luís Nunes de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficou bem demonstrado que havia toda a razão por parte da oposição em exigir a consulta do documento que o Governo tão ciosamente guardava e calava, porque era o silêncio dos culpados que resulta da leitura do documento que temos agora na nossa frente.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Que juiz! ...

O Orador: — Olhe, o Sr. Deputado é réu.

Risos.

Eu disse documento, mas de facto são documentos porque o Governo acabou de distribuir com algum afôbo, o projecto de portaria — não sei se é portaria se projecto de portaria, mas deve ser projecto porque não estava assinado — e algum tempo depois do intervalo distribuiu um segundo texto.

E qual é a diferença essencial entre o primeiro e o segundo texto? O que é que justificou esta mudança?

É que enquanto que no primeiro documento se dizia «[...] entre leituras de contadores os consumos serão facturados com uma taxa de energia agravada de 100%», no segundo documento suprime-se a expressão taxa de energia e diz-se apenas que «[...] entre leituras de contadores os consumos serão facturados com agravamento de 100%».

Ou seja: o segundo documento diz exactamente o mesmo que o primeiro, mas o Governo, sabedor de que estava a criar um imposto de consumo por mera portaria, decide alterar a redacção desta para afinal de contas ter o gato escondido com o rabo de fora.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — O rabo escondido com o gato de fora!...

Risos.

O Orador: — O que esta portaria faz, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, é criar um verdadeiro e próprio imposto sobre o consumo de energia, penalizar o consumo de energia em determinadas circunstâncias, que nem sequer são justificáveis.

Procede-se à criação de um imposto de consumo, não autorizado por lei, à criação de um imposto de consumo que é manifestamente inconstitucional, que viola o artigo 106.º da Constituição, que viola princípios básicos num Estado de direito.

Mas, para além disso, esta *soit disant* portaria, que viola a Constituição, viola da mesma forma a Lei n.º 2/79. É inconstitucional e ilegal.

Não satisfeito com isso, o Governo pretende fazer tributar os consumos de energia de forma completamente arbitrária. Não se comprehende muito bem o que é que no n.º 2 deste documento se pretende quando se diz que relativamente aos novos consumidores «[...] excepcionalmente nos casos em que não seja possível praticar o disposto na alínea a), o agravamento de 100% será aplicado à parte que exceder o consumo correspondente a quarenta horas [...]».

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se os casos «excepcionais» que aqui se referem forem aqueles em que, de acordo com os princípios de justiça e de igualdade tributária, seria necessário não aplicar directamente o agravamento previsto no n.º 1, estes casos «excepcionais» não seriam a excepção mas sim, afinal de contas, a regra!

O que eu gostava, Sr. Presidente e Srs. Deputados, era que o Governo nos conseguisse explicar como é que consegue justificar a constitucionalidade de uma eventual portaria a publicar nestes termos, como é que justifica a sua compatibilidade com a Lei n.º 2/79.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Figueiredo.

O Sr. Álvaro Figueiredo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A propósito da intervenção do Sr. Deputado Lopes Cardoso, eu gostaria de lhe colocar algumas questões.

Sr. Deputado Lopes Cardoso, verifiquei que na intervenção que produziu V. Ex.ª não fez nenhuma crítica de fundo às medidas tomadas, mas tão-só se limitou a pôr reservas e a criticar a sua aplicação, que julga nalguns casos atrasadas, noutros desfasadas e noutros ainda mostrando o seu próprio desconhecimento da sua aplicação.

Pois bem, vamos dar de barato que efectivamente há alguns problemas com a sua aplicação, mas ao mesmo tempo reconhecer também a sua existência e a vontade política de as levar para a frente na sua total aplicação.

Em 1975/76, sendo V. Ex.ª Ministro da Agricultura e face a uma seca de efeitos perniciosos para a agricultura dessa época, o seu ministério não tomou qualquer tipo de medidas, isto é, nem boas, nem más, nem assim assim.

Risos.

Pergunto-lhe, pois, porque é que na altura não tomou qualquer tipo de medidas. Por falta de vontade política? Por falta de possibilidades estruturais? Por reconhecimento da possibilidade da falta de resposta dos próprios serviços? Por incapacidade?

A segunda pergunta que lhe quero colocar é esta: porque é que, tendo V. Ex.^a procedido da forma que referi, aparece agora a criticar o Governo no que respeita à aplicação das medidas que foram realmente tomadas, muito embora se lhes possam reconhecer, aqui e além, alguns problemas de aplicação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Deputado, não sei se V. Ex.^a terá estado presente, naturalmente não esteve e lá terá as suas razões, se calhar perfeitamente justificáveis, com atenção àquilo que eu disse.

Efectivamente, Sr. Deputado, eu não critiquei nem deixei criticar as medidas preconizadas pelo Governo, nem sequer a sua aplicação. O que eu solicitei ao Governo — resposta que continuo a aguardar — foi que me explicasse quais os mecanismos em que irá assentar essa aplicação, porque só no conhecimento desses mecanismos se pode avaliar o real significado dessas medidas.

Aliás, é esse o sentido estrito de uma interpelação. Nós estamos aqui para interpellar o Governo, isto é, para o questionar, para lhe pôr perguntas, para que ele explique a sua política. Foi isso que o Governo ainda não fez, é isso que o Governo têm ainda oportunidade de fazer, é isso que nós podemos esperar — sejam quais forem as dúvidas que tenhamos — que o Governo ainda faça.

Quanto ao que se passou em 1975/1976, remeto-o, porque provável e comprehensivelmente os argumentos do Sr. Ministro da Agricultura, Ministro de um Governo apoiado pelo Sr. Deputado, terão muito mais peso que os meus argumentos, para aquilo que ele disse.

Parece-me que revela um grande desconhecimento da realidade comparar a situação presente com a situação de 1975/76. Aliás, se se recorda, por exemplo, esse foi um ano, para a produção de cereais e para a produção de Outono/Inverno, excepcional, justamente porque independentemente da fraca precipitação pluviométrica ela fez-se com uma repartição que foi favorável à agricultura. Portanto, não foi excepcional por milagre do Ministério da Agricultura e Pescas de então, não foi ele que nessa altura fez chover no momento devido, tal como não é o Ministério da Agricultura e Pescas da AD que tem impedido que chova.

Foi essa a realidade e as situações não são, nem de longe nem de perto, comparáveis.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu estava à espera que o Governo respondesse à acusação de

inconstitucionalidade, a que não responde porque nada tem a responder.

A medida é de facto inconstitucional. Logo, se eventualmente o Governo se atrever — e tenho a certeza que não se atreverá — a lançar esse agravamento, os consumidores têm todo o direito de não o pagar, têm todo o direito de recorrer aos tribunais e veremos então se o Governo reconhece ou não, no caso, a competência dos tribunais.

Vozes do PS, da ASDI e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — O assunto que aqui me traz directamente é a questão energética. Tratarei hoje de uma parte da questão. Amanhã falarei da questão do plano de emergência e das medidas profundas que as lacunas desse plano de emergência suscitam.

Por agora, face às dificuldades que o País atravessa, cumpre à Assembleia da República apreciar a gravidade da situação e a maior ou menor adequação das medidas publicadas pelo Governo para as enfrentar. Em primeiro lugar, cumpre saber se se trata de uma situação invulgar, quer pelo inusitado da sua ocorrência quer pela sua extensão. Em segundo lugar, é fundamental ajuizar se as medidas publicadas são as necessárias e suficientes a curto, médio e longo prazo. Em terceiro lugar, haverá que prevenir o abuso da seca como bode expiatório para deficiências muito melhor explicáveis por desatinos vários da política governamental.

O Partido Socialista não permitirá que a seca venha a ser utilizada para encobrir as tentativas de abrandamento do nível de vida da população. Esse objectivo do Governo não passará, sem denúncia. É esta seca inusitada? Sr. Presidente e Srs. Deputados, o País já viveu situações piores, embora não sejam de menos-prezar as dificuldades actuais. O conceito de seca é relativo mas implica sempre a noção de crise à luz de um dado padrão de disponibilidades normais de água. Consoante o tipo de utilizações, assim variará a intensidade e a configuração da crise.

Por isso, não admira que vários métodos tenham sido propostos e utilizados para delimitar quantitativamente o conceito de seca. Comecemos por ver o aspecto meteorológico de que tanto os Srs. Ministros hoje têm usado e abusado.

No Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica aplicou-se recentemente um método cuja premissa básica é a de que «as diferentes actividades económicas de uma dada região estão planeadas de modo a tirar o máximo proveito dos meses com maior precipitação média».

Aplicando o método às observações da precipitação mensal com pelo menos quarenta anos de observações, verifica-se que são frequentes as situações de seca medidas deste modo. Assim, a título de exemplo, a estação de Lisboa, desde 1854 até ao passado, registou 54 secas. Nos últimos quarenta anos, consoante as estações, o número de secas oscilou entre os 12 e os 15. Por outro lado, as secas têm duração relativamente prolongada, visto que o valor médio das durações oscila entre os 15 e os 27 meses, mais frequentemente entre os 15 e os 17 meses.

Um outro estudo efectuado também no Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, combinando o método de Gibbs e Maher com a área afectada,

mostra que de 1940 a 1969 houve nada menos que 7 anos de seca generalizada, isto é, afectando mais de 50% do continente; trata-se dos anos de 1944, 1945, 1949, 1950, 1953, 1954, 1964 e 1967. Um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, efectuado para um curso avançado da NATO sobre secas, aplicando ainda um outro método, chegou à conclusão de que as secas, quando ocorrem no nosso país, afectam vastas áreas do território com a mesma intensidade, sendo muito alta a probabilidade de uma mesma seca afectar mais de 75% de qualquer das quatro áreas climáticas em que o País foi dividido.

De um ponto de vista hidrológico, que é aquele que mais nos interessa neste momento, há que situar a presente crise em comparação com fenómenos similares ocorridos nos últimos anos. O ano mais seco foi o de 1944/1945, segundo-se-lhe os de 1948/1949, 1952/1953, 1956/1957, 1964/1965 e 1975/1976, tendo sido este último o pior, por razões que adiante se explicam, entre as quais os aumentos de consumos desde o fim da guerra. O presente ano de 1980/1981 vai extremamente seco, em especial devido à escassa precipitação em Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica «a quantidade de precipitação caída desde 1 de Setembro de 1980 até 28 de Fevereiro de 1981, em percentagem do valor normal neste período, variou de 31% no distrito de Bragança a 57% no Alto Minho».

Apesar disto, é possível que o ano hidrológico 1980/1981 não venha a ser tão severo como o de 1975/1976. Em primeiro lugar, as reservas nas albufeiras hidro-agrícolas seriam de 51% da capacidade para um armazenamento normal de 85% e nas albufeiras hidro-eléctricas de 50% para um valor normal de 69% (em termos genéricos). Já quanto aos fios de águas, os caudais, por exemplo, em Miranda do Douro andavam por cerca de 50% do normal e no Carrapatel por cerca de 60%.

Em segundo lugar, os anos de 1976/1977 e 1977/1978 foram húmidos e os de 1978/1979 e 1979/1980 foram anos médios. Deste modo, os aquíferos subálveos estão longe de estarem esgotados. Evidentemente que tudo dependerá da evolução meteorológica, mas, à partida, 1975/1976 apresentava-se em piores circunstâncias.

O ano hidrológico de 1975/1976 foi o termo de cinco anos secos consecutivos, o que determinou o esgotamento da água armazenada e dos aquíferos subálveos. Em consequência, em 1975/1976 os escoamentos registados foram, em média, de apenas 15% dos valores normais.

Temos todos de reconhecer, começando pelo Governo, que, até agora, a situação do ponto de vista energético, não se apresenta tão desfavorável. Isto não impede, porém, que existam situações locais desde já graves para a agro-pecuária. Pode haver também um risco para o abastecimento energético futuro.

Estamos agora em condições para responder à primeira questão que pusemos: a seca em Portugal é uma catástrofe frequente e extensa, com largo impacte em todo o País, embora de período de retorno não facilmente tipificável. Desta conclusão decorre que qualquer governo consciente das suas responsabilidades deverá enquadrar a sua resposta a esta situa-

ção, de modo não só a debelar as carências mais imediatas como também, e sobretudo, no sentido de ocorrer sistemática e racionalmente à definição e execução de um plano «anti-seca» sério e bem estudado.

O que está em causa é essencialmente, Srs. Membros do Governo, por um lado, a existência ou inexiste ncia de um plano racional de gestão dos recursos hídricos caracterizados por enorme variabilidade de condições naturais de origem, a partir de uma situação inicial bastante precária no que toca às infra-estruturas e aos meios de política necessários ao seu domínio, e, por outro, a promulgação de medidas de emergência, também sérias e fundamentadas, enquanto as providências de médio e longo prazo não surtirem efeito, ou na medida em que os riscos inerentes não devam ser prevenidos de outro modo.

Assim, a pergunta chave é saber se o Governo procurou fundamentalmente improvisar e alardear um movimento que em si próprio se esgota, ou se, pelo contrário, resolveu as urgências dentro do bom senso, sem esquecer que a primeira das urgências é, sem dúvida a de assegurar condições duradouras de luta anticanástrofe e de racional gestão dos nossos recursos hídricos.

Perante este teste temos de concluir que o Governo claudicou. Tanto pior para todos nós.

Perante este primeiro chumbo, vejamos agora o teor de algumas das medidas tomadas.

No campo energético, o Governo parece disposto a misturar algumas medidas ditadas pelo bom senso com outras que ou são prejudiciais, ou são puramente demagógicas, ou são até inconstitucionais, como de resto se viu.

Assim, têm justificação as medidas de redução de consumos quanto a iluminação pública, actuação dos serviços públicos e fecho da Radiotelevisão às 23 horas, a que o Partido Socialista dá o seu apoio inequívoco. São medidas normais nas circunstâncias actuais. Em contrapartida, é puramente demagógico anunciar a redução de 5% na tensão de serviço da rede. Ignoraria o Governo que reduções dessa ordem de grandeza, ou mesmo maiores, eram já correntemente praticadas em várias áreas antes da Resolução n.º 3/81? Como interpretar o anúncio agora feito? Quererá o Governo dizer que, além da redução que já vinha sendo praticada, deverá haver agora nova redução de 5%? Já pensou nas consequências dessa medida? O que pensa o Governo ganhar com isso? Peço desculpa de o dizer, mas faço-o porque a situação se verifica, trata-se de uma medida ridícula. Mais grave ainda, e da mais leviana demagogia, é o anúncio de pagamento duplo dos consumos acima de 90% dos períodos correspondentes do ano transacto.

Os suportes informáticos da EDP só memorizam os últimos doze meses. Ora, na maior parte do País as leituras de contadores estão programadas para se fazerem de dois em dois meses e são frequentemente mais espaçadas (por ausência dos moradores). Não são feitas, além disso, em dias do mês rigorosamente iguais.

Quer isto dizer que, em cada mês, só para um máximo teórico de 50% dos consumidores haverá leituras efectivas que permitam o estabelecimento da «multa».

Ao nível do consumidor individual, as flutuações do consumo podem não ter que ver com a redução pretendida pelo Governo. Ainda por cima, sendo as «multas» aplicadas em função de contagens estimadas, a quantas reclamações dariam sempre origem, mesmo que os consumidores não estivessem informados da sua inconstitucionalidade?

Por outro lado, levantam-se problemas no âmbito do conceito ético de solidariedade social em que o Governo tem os Portugueses. Com efeito, segundo os dados do último inquérito às receitas e despesas das famílias, as captações de consumo de electricidade variavam entre 2353 Kwh — na zona norte urbana — e cerca de 28 Kwh. Mesmo que atendamos agora ao limite dos 240 Kwh pergunta-se: é justo pôr no mesmo pé captações de 2350 Kwh e de 120 Kwh?

Uns poderiam ir até 2100 Kwh *per capita* sem que houvesse «multa» e outros teriam que ficar pela escassa centena de kilowatt-hora. Que poupança é que o Governo visa obter com esta medida iníqua e inconstitucional?

Ora, é evidente que, do ponto de vista da crise energética, o significado da medida é mais do que reduzido. Mas também é evidente que do ângulo das necessidades da política energética essa mesma medida tem o significado de medir o grau de inoperância da AD.

Poupanças três ou quatro vezes mais significativas seriam facilmente obtidas se o Governo se empenhasse a fundo num programa de conservação de energia a sério.

E é isso que o Governo deve fazer, em vez de recorrer ao espalhafato de medidas que apenas contribuem para aumentar a confusão e a inconveniência dos milhões de cidadãos que nada podem poupar, pela simples razão de que nada ou pouco consomem.

É mais que tempo de olhar para o problema energético nacional com a consciência de que se trata de um problema estrutural cujo encaminhamento exigirá método, tenacidade, seriedade e participação — sublinho, participação — na definição de um plano energético nacional e na execução das mais diversas medidas de política que nele se deverá inscrever.

O anúncio de boas intenções feito hoje, aqui, pelo Sr. Ministro não chegará para se ter uma política energética.

A propósito, Sr. Ministro da Indústria e Energia, quantos planos de economia de energia foram apresentados e aprovados pela Direcção-Geral da Energia ac abrigo da Resolução n.º 212/79, por parte de consumidores de mais de 10⁹ Kcal? Que economias de energia é que daí resultaram? Ficamos à espera da resposta, Sr. Ministro.

E também a propósito, Sr. Ministro da Indústria e Energia quais foram as economias de energia visadas pelas intervenções públicas no ano de 1980? E no ano de 1981? Existem números? Quais?

E ainda a propósito, Sr. Ministro das Finanças e do Plano e Sr. Ministro da Indústria e Energia, qual foi o orçamento dos programas de apoio à conservação de energia em 1980? E em 1981 que se prevê?

Devemos agora desmistificar o problema das importações. É preocupante a insistência com que se fala no preço das importações de energia eléctrica. Há aí grossa mistificação. Haverá a tentativa de criar

por esse meio um bode expiatório que mascare dificuldades de balança de pagamentos mal acauteladas na errada política económica da AD? Concretamente, pretende a AD usar o argumento das importações de energia para mascarar o défice externo? E irá fazê-lo directamente, usando a contabilização em divisas das importações? Ou prepara-se para o fazer indirectamente, designadamente através das consequências de eventuais cortes?

A verdade — e V. Ex.*, Sr. Ministro da Indústria, deve rebater, se não for — é que as importações nos custam cerca de 3\$80/Kwh, o que excede um pouco mais de 15% o valor do fuelóleo que seria utilizado em centrais portuguesas caso a capacidade do sistema produtor tivesse atingido os níveis programados. Portanto, se não tivesse havido as importações de energia e se o aparelho produtor estivesse à altura do programado, teríamos feito, com certeza, as importações de fuelóleo, o que não seria certamente mais económico em termos de divisas.

Isto é, os critérios de planeamento implicam que os consumos devam ser integralmente satisfeitos em condições de seca não mais graves do que as deste ano. E deviam sê-lo até com custos ainda superiores aos que conjunturalmente as importações permitem.

É uma circunstância favorável que, apesar de tudo, joga a favor do Governo AD.

A principal razão para os preços relativamente favoráveis das importações é o lento crescimento do consumo de energia eléctrica em França. Pelo mesmo motivo, há fundamentada esperança de que a importação possa prosseguir em nível elevado, tirando-se, assim, partido das novas interligações estabelecidas no final de 1976 e em 1979. Mas a importação não é um substituto seguro das centrais portuguesas, porque não podem ser contratados fornecimentos senão a muito curto prazo e com precária garantia.

É essa a razão que nos leva a perguntar se o Governo está consciente do risco que corremos no futuro se não for melhorada a sua política de infra-estruturas e de controle dos investimentos públicos.

Devido a atrasos no ritmo de entrada em serviço dos novos equipamentos termoeléctricos, a energia garantida pelo subsistema termoeléctrico em ano crítico tem ficado aquém do programado (menos de 80% em 1980, por exemplo). Para o futuro, poderão ocorrer situações de gravidade se se conjugar a verificação de anos muito secos e atrasos do III e IV Grupo de Setúbal e, sobretudo, dos grupos de Sines.

Por exemplo, se em 1983 o IV Grupo de Setúbal não se encontrar ao serviço, o défice em energia total garantida em regime crítico, relativamente ao consumo, passará de menos 3,8% para menos 11,5%. E em 1985, se o I Grupo de Sines não estiver ao serviço, o mesmo défice passará de menos 2,7% para menos 11%. Que garantias pode dar o Governo de tomar as medidas que dele dependem para que o I Grupo de Sines entre efectivamente ao serviço em Outubro de 1984? O Senhor Ministro falou deste assunto, em geral. Mas compromete-se com as garantias que acabo de pedir? Ficamos à espera de resposta, Sr. Ministro.

Um outro aspecto importante e ainda não esclarecido é o das consequências financeiras da seca para o sector energético. O assunto praticamente, não tem

sido falado, em todo o caso, elas podem ser graves para o sector energético e em particular para a EDP.

Para a electricidade, a redução de produção hidroeléctrica em relação à média pode implicar um excesso de encargos de 16 a 18 milhões de contos, tendo presentes as cotações internacionais do fuelóleo e os preços das importações.

O Fundo de Abastecimento poderá suportar um quarto dos referidos 16 a 18 milhões de contos.

A economia do sector da electricidade terá, pois, de suportar 12 ou mais milhões de contos.

Do ponto de vista contabilístico isto traduz-se por um crédito da EDP sobre o Fundo de Apoio Térmico (FAT). Mas em regra este Fundo é apenas uma maneira de escriturar provisões para anos secos, sob o controle directo do Governo.

Em 1976, em condições análogas, cerca de 20 % do défice do Fundo de Apoio Térmico (FAT) foi subsidiado pelo OGE. O que se prevê no OGE para 1981, Sr. Ministro da Indústria e Energia?

Mesmo admitindo estas achegas do FAT e do OGE a esse nível ainda fica um buraco de 10 milhões de contos, a que se juntam dificuldades de cobrança da EDP.

O Governo chamou a si a resolução destas dificuldades em Junho de 1980, mas nada fez.

Em relação ao que seria normal, a EDP deve, pois, ter que contratar financiamentos adicionais de vários milhões de contos, pelo menos na ordem dos 16 milhões de contos.

Como pensa o Governo que a EDP possa obter os financiamentos adicionais? Junto da banca portuguesa ou nos mercados externos? Será isso viável? Será certamente! Mas não à margem da política monetária e energética do Governo. Estarão estas políticas compatibilizadas?

E por hoje, Sr. Ministro, deixo-lhe várias questões. Desejaria ter respostas para todas, como é próprio de uma interpelação. A seguir, teremos outras questões.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e de alguns deputados do PCP.

O Sr. João Porto (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. João Porto (CDS): — Para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos a intervenção do Sr. Deputado João Cravinho. Ela referiu-se aos aspectos energéticos, abrangendo e misturando um pouco, quanto a mim, questões de conjuntura com questões de estrutura. Creio que os problemas de conjuntura têm que ser encarados pelo Governo sem fazermos mais história sobre os seus antecedentes. Os planos de emergência precisam de ser atacados na própria emergência e nas condições em que os problemas surgem. No entanto, há um problema de estrutura que se pode centrar fundamentalmente em dois campos: o da produção da energia eléctrica e o dos consumos.

No que diz respeito à produção, eu gostava de perguntar se o Sr. Deputado reconhece ou não que a responsabilidade da situação que vivemos neste momento cabe ao conjunto de governos que antecederam o actual e o anterior, já que, como é sabido de toda a gente, uma central de produção energética, em particular eléctrica, demora vários anos a ser instruída. O Sr. Deputado reconhece ou não que o primeiro governo da AD introduziu uma mudança quantitativa e também qualitativa na forma como este problema estava a ser encarado, já que os investimentos, que tinham vindo a ser feitos durante os últimos anos, eram francamente insuficientes em face da evolução previsível dos consumos para os próximos tempos?

O Sr. Deputado não reconhece que foi efectivamente o primeiro governo da AD que introduziu essa modificação substancial, incrementando de uma forma que já foi aqui evidenciada pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia os investimentos no sector eléctrico? O Sr. Deputado não reconhece que efectivamente a situação que estamos a viver é uma situação cuja responsabilidade tem que ser atribuída aos governos que nos governaram nos últimos seis anos ou mais? Se assim for, nós gostaríamos de ouvir esse seu reconhecimento. Gostaríamos também que se pronunciasse sobre o acerto ou desacerto deste incremento, que já o Governo anterior e este em continuação têm vindo a promover no campo da produção da energia eléctrica.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado João Cravinho. Fiquei apenas com uma dúvida, que gostava me esclarecesse.

É se, directa ou indirectamente, esteve a sugerir a esta Câmara ou ao Governo que o nosso parque de produção termoeléctrica deveria ser dimensionado de algum modo, tendo em vista uma seca que ocorre, como aqui foi dito, duas vezes em cem anos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Em relação ao Sr. Deputado João Porto, direi que os problemas são de facto estruturais. A resposta que se lhes dá é que pode ser debilmente conjuntural. Era isso a que eu me estava a referir.

Quanto às responsabilidades dos governos anteriores, o governo AD pode bendizer o facto de em 1976 e em 1979 ter entrado em funcionamento o reforço das ligações internacionais. Caso contrário, eu gosta-

ria de saber como é que seria a actual situação. Isso deve-se, num dos casos, pelo menos, ao Partido Socialista. Ora, gostaria que o Sr. Deputado tivesse isso em atenção e fizesse jus a quem, realmente, contribuiu também para resolver a actual crise, embora já não esteja no governo há três anos.

Gostaria ainda de dizer, Sr. Deputado, que o que me ocupa neste momento — e, ao que parece, o Governo não responde — não é com aquilo que ele não poderia ter feito quando não foi governo, é com aquilo que neste momento ele não faz para se dirigir ao fundo da questão.

E por que é que ele não vai ao fundo da questão? Amanhã teremos ocasião de ver isso em pormenor. Podemos adiantar as seguintes respostas: porque improvisa na medida em que isso é necessário e improvisa na medida em que isso é desnecessário e porque alardeia um movimento que nada tem de útil e falha por omissão medidas que seriam absolutamente fundamentais.

Daqui a quatro anos, daqui a três anos, se houver uma seca em 1983 este Governo então verá como muitas das omissões que tem actualmente lhe cairão em cima.

A minha crítica é feita pelo facto de o Governo ter uma visão curta, uma visão pouco estrutural deste problema, e por não lançar imediatamente medidas que visariam preparar o futuro. Amanhã veremos isso.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Coimbra, nada vejo do que tenha dito que possa levá-lo a pensar assim. E se me atribui essa intenção, está a fazer um julgamento por intenção que não tem o menor fundamento e nem sequer devo prosseguir a minha justificação. Talvez o Sr. Deputado queira referir-se, não ao termoeléctrico, mas ao nuclear, que o seu Governo está a querer promover. Gostaria de ouvir a sua opinião.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ora aí está!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas dizer ao Sr. Deputado João Cravinho que os interesses do nuclear não são deste Governo. Que se saiba não há nenhuma medida nesse sentido. O que me parece é que, implicitamente, nas vozes interpellantes da oposição, e atendendo a esse seguidismo que se pretende aqui seguir, com ou sem medidas de contenção dos consumos de electricidade — aquele seguidismo mecanicista e tecnicista de quem acredita na evolução dos consumos de electricidade até ao infinito —, eu é que posso perguntar à oposição se não estarão a induzir aí — e aí sim, porque as pressões também vêm de sectores de esquerda — a existência de uma central nuclear em Portugal.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Participe a sério no debate! Nós não estamos aqui a brincar!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou ser muito breve. É para ofere-

cer ao Sr. Deputado Luís Coimbra uma entrevista do Sr. Ministro Alvaro Barreto, Ministro da Indústria e Energia do actual Governo. O Sr. Deputado deve ignorar, porque deve estar a leste de tudo o que diz respeito a estas questões. Já agora, é melhor que assim continue.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E já agora, quanto ao problema do modelo de desenvolvimento com consumo crescente de energia, como o Sr. Deputado está longe, longe de tudo o que os partidos socialistas vão advogando recentemente, de tudo quanto o Partido Socialista advoga. Mas amanhã terei o prazer de o esclarecer sobre isso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Amanhã vai ser um mistério!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Habilmente, aliás, como seria de esperar, o Sr. Deputado fugiu à questão que eu pus. Invocar que os governos em que o Partido Socialista participou tiveram uma intervenção positiva é uma verdade que será extensiva a todos os governos. Nessa altura, talvez eu tenha que entender a sua intervenção como um louvor ao regime anterior, que efectivamente produziu várias centrais produtoras de energia, que agora também nos estão a valer.

Simplesmente, o Sr. Deputado não negou — e eu queria tomar isso como afirmação tácita — que realmente há um acréscimo muito significativo no esforço de investimento feito nesta matéria pelo governo anterior e que esse acréscimo representa uma mudança também qualitativa na forma como por parte do Governo são encarados os problemas estruturais. Insisto nisso porque me parece que este ponto é fundamental.

É evidente que com a minha questão eu não queria estar a dar respostas em nome do Governo. Contudo, penso que os problemas que o Sr. Deputado João Cravinho voltou a frisar na resposta que me pretendeu dar vão ter, com certeza, a reacção necessária e natural que o Governo há-de promover.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Mota, a Mesa tem que pôr à Assembleia um problema que se reveste de urgência.

Trata-se do seguinte: nas eleições a que se procedeu oportunamente nesta Câmara para o Conselho de Alfabetização continham as listas a indicação de Isaura da Anunciação de Barros Alves Pacheco Seabra de Sá, indicada pelo PPM, e que creio, por informação que me chega, teria sido indicada para um dos cargos de vice-presidente. Em todo o caso, as listas distribuídas no acto da votação não mencionavam expressamente essa circunstância.

A publicação feita posteriormente do resultado da eleição também não a continha. Há, por isso, necessidade de se proceder à respectiva rectificação.

Se a Câmara entende que, efectivamente, a intenção era a da eleição desta senhora para um dos cargos de vice-presidente e realmente confirma a existência anterior desse consenso e se supre agora a falta de menção na lista, expresso, de que o nome era proposto para esse cargo, será publicada a respectiva rectificação.

Há alguma oposição?

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há aí uma pequena diferença.

Houve o consenso em que o Sr. Deputado Barrilano Ruas seria o vice-presidente. Num Conselho Nacional de Alfabetização contam muito mais as pessoas do que os partidos. É um conselho consultivo, dinamizador, é um conselho que não é deliberativo. Foi realmente uma falha, na altura da eleição, não ter sido apontado o nome do vice-presidente. Foi também uma falha não nos ter sido comunicado antes o facto de que não seria o Sr. Deputado Barrilano Ruas, mas uma outra senhora, que nós não conhecemos e sobre a qual o MDP/CDE não pode ter opinião.

Fica, portanto, ao critério dos outros partidos.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós não levantamos nenhum obstáculo a que seja corrigido esse manifesto lapso. Aproveitava para fazer um comentário. Evidentemente que quando se faz um certo acordo no sentido de que os partidos têm o direito de indicar candidatos eles indicam quem entenderem, sem terem que dar satisfações aos outros partidos.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura mantém a sua objecção?

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — É evidente que os meus critérios são diferentes dos do Sr. Deputado Amândio de Azevedo. Penso que não só por motivos ideológicos; é qualquer coisa mais. Nós dariamo com todo o gosto a vice-presidência ao Sr. Dr. Henrique Barrilano Ruas. Com muita dificuldade a damos a uma pessoa que não conhecemos e que julgamos não estar absolutamente nada ligada aos problemas que é essencial se conheçam para se ser vice-presidente do Conselho Nacional de Alfabetização e de Educação Básica de Adultos (CNAEBA).

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Se não concordava, votava contra. Não tem que fazer mais nada.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Eu queria perguntar à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura quem é a Sr.^a Deputada ou o seu partido para estarem aqui a fazer juízos de valor sobre pessoas que, por consenso, são indicadas por um partido da maioria.

Risos do PS, do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado me permite, eu preferia não responder.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e de alguns deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa suscitou este problema na suposição de que ele não levantaria dificuldades. É evidente que não iremos permitir se exalte um problema destes, em termos de gastar o tempo útil para a interpelação que está em debate.

Uma vez que não houve possibilidade de resolução por consenso, o problema será analisado na próxima conferência dos grupos parlamentares. Continuaremos por agora o debate.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não percebo que lapso é que se está a referir. A própria lei que a Assembleia votou, a alteração à lei que criava o CNAEBA, se bem me lembro, refere expressamente quem são os vice-presidentes do CNAEBA — um dos motivos pelos quais o meu partido na altura se absteve. Mas não vejo agora qual a razão para se estar a referir a uma questão que consta da própria lei de alterações, que na altura a própria Assembleia da República votou, onde vem expresso quem são os partidos que têm a vice-presidência, um dos quais é o PPM, uma vez que se trata de um dos cinco maiores partidos da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o problema foi posto por uma questão de escrupulo, na medida em que na lista do voto não ia a indicação expressa.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Mas eu não vejo que tenha que vir. Creio que isso não implica nenhum juízo de valor em relação à pessoa que é indicada. A própria lei que foi alterada por esta Assembleia da República explica quem devem ser os vice-presidentes. Portanto, creio que não vale a pena remeter o assunto para uma reunião posterior dos líderes parlamentares. A questão é perfeitamente clara e o problema não me parece sequer existir.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, face a esta intervenção da Sr.^a Deputada Zita Seabra, mantém a objecção do seu par-

tido, ou reconhece que efectivamente não há problema, ou que era um falso problema o que me foi suscitado e que eu pus ao Plenário?

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Penso que, sob o ponto de vista formal, é um falso problema. Estou de acordo sob o ponto de vista formal, mas o meu partido regozija-se por ter tido esta oportunidade de vincar a nossa posição.

A Sr.^a Amélia de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Amélia de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço desculpa pelo atraso verificado no andamento dos trabalhos, a que os Srs. Membros do Governo são absolutamente alheios.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Nós também!

A Oradora: — Mas, uma vez que este problema se pôs, eu não queria deixar de manifestar a minha opinião, uma vez que sou presidente desse mesmo conselho Nacional de Alfabetização.

Com efeito, e nos termos que aqui foram referidos pela Sr.^a Deputada Zita Seabra, houve uma alteração da lei. Essa mesma lei determinava que seriam eleitos em Plenário da Assembleia da República o presidente e os quatro vice-presidentes dos maiores grupos parlamentares.

De acordo com essa mesma alteração legislativa, mandou-se proceder à leitura do boletim de voto. Todavia, houve um lapso, e nesse mesmo boletim não vinha junto do representante do PPM a indicação de que se tratava de um vice-presidente. Esse lapso, na altura, foi notado pelo Sr. Dr. Barrilero Ruas, mas não se levantou o problema aqui no Plenário. Na altura da votação eu própria preenchi o boletim sem me aperceber de que faltava essa indicação.

Portanto, trata-se de um simples lapso, e o que se trata agora é de o corrigir.

Não há nenhuma questão de fundo, nem substancial. Trata-se tão-só de corrigir um lapso que na altura não foi devidamente anotado pelos serviços da Assembleia da República.

Trata-se apenas da correcção de um erro e abstenho-me de entrar nas considerações que aqui foram produzidas acerca do voto que teria de ser dado ao Sr. Deputado Barrilero Ruas ou a outra qualquer pessoa em representação do PPM. É evidente que qualquer deputado ao emitir o seu voto tem o direito de fazer um juízo. Mas esse mesmo juízo vai ser expresso por um voto a favor ou contra, ou por abstenção. Penso que é essa a maneira de nós exprimirmos o nosso sentido de voto.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não havia qualquer lapso por parte de quem votava, porquanto isto tinha sido deliberado e debatido na conferência dos líderes parlamentares. As pessoas que votavam, exactamente a S.^a Deputada Helena Cidade Moura, sabiam os termos em que tinha sido feito esse acordo.

Ninguém estava, pois, na ignorância de que essa pessoa iria ser indicada para o cargo de vice-presidente. Trata-se de um simples erro e de uma simples correcção.

O Sr. Presidente: — Parece-me, Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, que a sua intervenção, sem prejuízo da utilidade que trouxe ao problema, estava superada. Suponho que interpreto perfeitamente a sua intervenção e que retirou a sua objecção, ainda que por razões meramente formais.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Está, portanto, corrigido o lapso. Será publicado nos termos que expus e que resultaram das sucessivas intervenções sobre este ponto. Retomamos imediatamente a interpelação.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, gostava de fazer um reparo ao Governo. Estamos a discutir um problema desta gravidade e notamos a ausência do Sr. Ministro do Trabalho.

Este é um problema que vai afectar milhares de empresas, milhares de trabalhadores, e o Sr. Ministro do Trabalho prima pela ausência.

Uma vez mais o Governo não respondeu às graves acusações que lhe fizemos em relação à apresentação da misteriosa portaria que acabou de rolar neste debate.

Possuiremos, definindo as nossas posições nesta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo português tem vindo a assistir a uma campanha sistemática do governo «AD» e das forças que o apoiam, tentando lançar para cima da seca todos os males que grassam neste país. O problema da seca tem sido aproveitado pelo Governo para criar um ambiente que lhe facilite levar por diante a sua política de agravamento da vida dos trabalhadores e do nosso povo.

É à conta da seca que pagamos todos os aumentos dos bens de primeira necessidade, da electricidade, da água e tantos outros.

Aquando das eleições de Outubro e Dezembro a «AD» prometeu tudo aos Portugueses: casas, aumentos de salários, diminuição do desemprego. Até bacalhau não faltaria, e a pataco. E está ali o Sr. Ministro Basílio Horta que sabe muito bem que isto é verdade! Ia ser um paraíso com a «AD» a governar.

Nessa altura o governo de Sá Carneiro, em vez de tomar medidas a tempo e horas, ocupava-se exclusivamente com a sua política eleccioneira e demagógica.

Agora dirá este Governo: abençoada seca, que me livraste da grande aflição em que me encontrava.

Risos.

Este Governo vai importando energia enquanto for possível. Porque os seus desejos seriam de voltarmos à época do candeeiro a petróleo e da lamparina de azeite, este cada vez mais caro e falsificado.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Que engraçado!

O Orador: — Finalmente o Governo lançou uma série de medidas para atenuar a chamada crise da seca.

Mas o que se nota é a falta de vontade política ou a incapacidade para este Governo denunciar as verdadeiras causas desta situação e pôr em prática medidas concretas que não afectem a população.

O que o Governo pretende é, à custa de calamidades — e agora também de infelicidades, segundo o Sr. Ministro Cardoso e Cunha —, continuar a aplicação da sua política de desastre nacional, com os efeitos gravosos que são conhecidos. Pretende criar um clima de alarme e de exceção que até justifique os anunciamos e propagandeados cortes.

Os cortes anunciamos iriam afectar fortemente os trabalhadores e agravar a sua já difícil situação.

Irão também aumentar o desemprego, reduzir as horas de trabalho e agravar a situação dos trabalhadores contratados a prazo.

A propósito da necessidade de aumentar os salários reais, muito falou este Governo da necessidade de aumentar a produtividade. Mas agora como vai ser? Com estes cortes de energia os trabalhadores não podem produzir, e muito menos aumentar a produtividade.

Não será uma forma de justificar a sua política anticoperária? Não será uma forma de impor o tecto salarial e reduzir os salários reais?

Os trabalhadores não podem e não devem ser prejudicados nos seus direitos salariais, nos seus direitos ao trabalho e na sua contratação. Nem têm culpa de uma política que não tem em conta os grandes problemas nacionais.

Que vai fazer o Governo quando começarem a falir pequenas e médias empresas? E com as exportações? Como vai responder o Governo a esta situação?

Está-se a compreender que a seca pode servir para ir acabando com algumas empresas, pelo menos as pequenas, facilitando assim o caminho às grandes na sua corrida via CEE.

Estamos a pensar nas empresas têxteis do País. Como vão satisfazer os seus compromissos com o estrangeiro?

Nas metalúrgicas com laboração contínua, na indústria do plástico e em muitos outros sectores a situação é a mesma: muita matéria-prima estragada e milhares e milhares de contos perdidos.

Como vai o Governo resolver estes e outros problemas que não são aqui apontados? Com estes problemas não é difícil adivinhar as fortes e justificadas preocupações dos trabalhadores quanto ao seu futuro.

É bom perguntar também se o Governo criou algum fundo social de emergência para atenuar estes graves problemas.

E previu o Governo outras medidas que não fossem sobrecarregar os trabalhadores, pondo em risco os seus salários e emprego?

Estas são algumas perguntas que formulamos ao Governo e gostaríamos de ver respondidas com clareza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os trabalhadores nunca aceitarão que a

pretexto desta seca sejam postos em causa os seus direitos fundamentais, como a remuneração integral, direito ao trabalho e descanso semanal.

O meu grupo parlamentar, ao levantar estas questões, fá-lo consciente de que a política do governo «AD»/Pinto Balsemão nunca será em defesa dos trabalhadores, mas sempre contra os seus interesses.

Temos a certeza de que os trabalhadores não aceitarão tal política e saberão repudiar todas as manobras que os prejudiquem.

Nós denunciamos a política deste Governo, que invoca calamidades naturais e esconde as verdadeiras responsabilidades que lhe cabem.

O que podemos dizer é que, se há calamidades, pelo menos existem duas: uma natural e outra não menos grave: a política deste Governo, que continuamos a repudiar.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Que grande seca!

O Sr. José Vitorino (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Vitorino (PSD): — Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente Srs. Deputados: Nós já estávamos à espera desta verborragia habitual, mas ela está a ultrapassar todos os limites. É absolutamente inqualificável que, a propósito de um problema tão grave como a seca, que infelizmente está a grassar no País, venha aqui o Partido Comunista fazer uma intervenção em que nada critica, em que nada refere e em que nada propõe, limitando-se pura e simplesmente a criticar o Governo e a dizer que não gosta do governo da Aliança Democrática.

Eu sei que o PCP não gosta do governo da Aliança Democrática. Nós sabemos que o senhor não gosta do governo da Aliança Democrática, mas a maioria dos portugueses gosta do governo da Aliança Democrática, porque repudia os comunistas e repudia precisamente o tipo de intervenção que o Sr. Deputado aqui acabou de fazer em nome do seu grupo parlamentar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — O Sr. Deputado António Mota disse a certa altura da sua intervenção, que o azeite era cada vez mais caro e falsificado.

Posso concluir dessa sua afirmação que o Sr. Deputado e o seu partido entendem que o preço actual do azeite é rentável ao produtor?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não é o produtor, são os intermediários.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Eu queria dizer, Sr. Deputado José Vitorino, que verborreia é a praxe do seu grupo parlamentar quando levanta aqui qualquer questão. Portanto, eu devolvo-lhe o termo verborreia.

Perguntou o Sr. Deputado se o PCP tem algumas propostas. Eu devo dizer ao Sr. Deputado que o debate ainda está praticamente no seu início e que outros camaradas meus irão intervir e certamente terão propostas a fazer. Portanto, o Sr. Deputado esteja calmo e tranquilo.

Quanto ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto, naturalmente que nós também consideramos que o preço pago ao produtor é baixo. O que nós referimos é que o preço do azeite sobe, não devido ao produtor, mas aos intermediários.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Senhor sabe isso muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Já em 15 de Janeiro a UDP se pronunciou nesta Assembleia sobre a grave situação que a prolongada seca vinha criando no nosso país, particularmente aos pequenos e médios agricultores e às UCPs e cooperativas.

Apontámos então algumas medidas que nos parecem adequadas, ao mesmo tempo que denunciámos o carácter demagógico e antipopular das medidas então preconizadas pelo Governo. Hoje, passados quase dois meses, a denúncia da UDP tem sido confirmada, pois não tem o Governo tomado medidas sérias para enfrentar a situação. E isto acontece exactamente porque, como sempre a UDP disse, a salvaguarda dos interesses e necessidades da esmagadora maioria do povo português está completamente arredada das preocupações do governo AD.

Como diz o nosso povo «um mal nunca vem só» Eis que o Governo procura aproveitar esta situação para encobrir a sua incapacidade para resolver um só que seja dos problemas do povo e para impor novas medidas ruinosas que tornam cada dia mais insuportável a vida dos trabalhadores portugueses. Por isso a UDP afirma que, pior que a seca é a política deste governo, uma autêntica catástrofe para o povo português.

O governo AD procura fazer da seca um bode expiatório para justificar a política catastrófica que tem vindo a seguir e tem programada. O Sr. Ministro Cardoso e Cunha em declarações de 12 de Fevereiro é muito claro: «Não vamos entrar pela via das indemnizações.» «Temos de adoptar um sistema idêntico ao que foi utilizado com o sismo dos Açores», isto é,

beneficiando as linhas de crédito. O Sr. Ministro foi claríssimo. O povo está à mercê de qualquer calamidade natural. Tanto se lhe dá que esse povo pague impostos, contribua para a produção do País, seja natural deste terrão lusitano, que os seus parentes equilibrem as contas externas com as remessas da emigração, que cumpra o serviço militar ou até que, na sua boa-fé, eleja o Sr. Ministro. O capitalismo é assim. A desgraça vem por bem: clarifica a concorrência económica, ajuda a concentrar a propriedade e o capital, isto é, atinge sempre o mais pequeno que não tem posses para aguentar com os prejuízos e acaba por beneficiar o grande que pode aproveitar a ruína do pequeno.

Não é isso que diz a Constituição no seu artigo 102.º, a saber, que incumbe ao Estado a «socialização dos riscos resultantes dos acidentes climatéricos e fitopatológicos imprevisíveis ou incontroláveis». As associações dos capitalistas e latifundiários, em particular a CIP e a CAP, podem dar-se por satisfeitos com o seu governo. Afinal a seca até vem ajudar à concentração da propriedade e do capital e aos seus planos de desencadear novas arbitrariedades e repressão sobre os trabalhadores, como mostram sobretudo as medidas que a CIP propôs ao Ministério do Trabalho. Essas medidas vão até à alteração compulsiva dos horários de trabalho, à antecipação forçada das férias, a descontos nos salários, procurando assim criar condições para, inclusivamente, despedir trabalhadores.

A prolongada estiagem afectou até agora algumas das principais culturas básicas da nossa alimentação, havendo hoje milhares e milhares de pequenos produtores numa situação aflitiva. Que propõe o Governo? Indemnizações de 400 000 contos que, na melhor das hipóteses, mal darão para pagar os prejuízos sofridos pelos pequenos e médios agricultores do Nordeste transmontano. Além disso abre linhas de crédito a juros elevados e a que, na prática, só os mais abastados poderão recorrer.

Ao contrário das declarações oficiais, segundo as quais a situação é «preocupante, mas não alarmante», depois de se ter dito que era catastrófica, a UDP declara que os prejuízos sofridos na agricultura para os rendimentos das famílias camponesas e para a produção alimentar do País são alarmantes e preocupantes. Os prejuízos são enormes e perante isso a UDP considera um insulto aos pequenos e médios agricultores o MAP vir dizer que as medidas do Governo «vão permitir ao lavrador olhar com alguma esperança o futuro». Porque não vão! Se tivermos em conta que a geadas no Nordeste transmontano destruiu boa parte das espécies hortícolas e cereais e quase toda a produção de castanha; que os prejuízos em Viseu, Coimbra e Aveiro com a seca são de mais de 100 000 contos e no Ribatejo de cerca de 800 000 contos; que houve uma acentuada quebra na produção do leite, em particular no distrito de Aveiro; que no Alentejo as culturas de Outono/Inverno estão seriamente comprometidas; que no azeite se registou uma quebra de 30%, nos citrinos de 61%; que são previsíveis elevados prejuízos no vinho e batata, para já não falar na calamitosa situação em que se encontram os gados por falta de pastagens. Já agora perguntava ao Governo se as medidas que tomou de proibição de im-

portação de carne têm a ver com a preservação do nosso efectivo pecuário, ou se é de permitir que de uma forma espontânea, praticamente se leve ao abate de todo o gado com os prejuízos estruturais que isso implica; se a isto juntarmos que os adubos aumentaram 33%, os insecticidas entre 15% e 20%, os herbicidas mais de 10%, o enxofre cerca de 30%, as rações podem ir até um aumento de 40%, os aumentos do gasóleo e dos factores de produção em geral; se aggiuntarmos a febre aftosa e a impunidade com que actuam os contrabandistas de gado e os intermediários parasitas; por último, se tivermos em conta os aumentos já havidos e os previstos em produtos de primeira necessidade — tudo isto nos dá um quadro claro da situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o governo AD não está interessado em enfrentar esta situação e resolvê-la, mas sim em aproveitá-la para melhor fazer passar a sua política antipopular e antinacional ao serviço dos capitalistas e latifundiários. Além disso, o Governo não é capaz de a resolver, pois para isso exigia-se uma mobilização e empenhamento de todo o povo trabalhador, coisa que o Governo não consegue fazer, pois segue uma política ao serviço de uma minoria de privilegiados e ricaços.

Perante esta situação, a UDP apoia a tomada de medidas rápidas e eficazes, tal como vêm exigindo as associações dos pequenos e médios agricultores, em particular as seguintes: em primeiro lugar, a elaboração de um programa auxiliar de emergência para enfrentar os grandes prejuízos causados pelas geadas e a seca, programa que deve constar do seguinte: pagamento aos pequenos e médios agricultores e às UCPs e cooperativas das indemnizações pela totalidade dos prejuízos sofridos em todas as culturas; o congelamento dos preços dos factores de produção; a actualização do subsídio de gasóleo; a baixa em 20% no preço das rações; a abertura de linhas de crédito a juro muito baixo, de fácil acesso e sem as formalidades burocráticas habituais; intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários na transação do gado a preços compensatórios para os agricultores e para impedir a actuação dos intermediários. Em segundo lugar, a tomada de medidas e a aplicação de legislação fortemente repressiva para impedir os abusos dos intermediários parasitas e dos contrabandistas de gado.

Em terceiro lugar, ser o próprio Estado a importar os produtos necessários para suprir as carencias alimentares que resultam da seca e das geadas, não permitindo que à custa desta situação meia dúzia enriqueçam e façam chantagem com o povo.

Em quarto lugar, a rejeição das propostas da CIP e CNAP, particularmente no que respeita a quebras nos salários e alterações nos horários de trabalho.

A UDP alerta os trabalhadores em particular os pequenos e médios agricultores para que não alimentem ilusões de que o Governo vai aplicar estas ou outras medidas semelhantes. Não vai porque, tal como a UDP sempre declarou, não é um governo para defender os trabalhadores, mas sim os interesses dos grandes lavradores e capitalistas e do imperialismo no nosso país.

Por isso, a UDP tem apontado aos trabalhadores e ao povo o caminho da luta firme contra este governo, como o único que permite isolá-lo e impedir

a aplicação da sua política reaccionária e, ainda, defender a Constituição, as condições de vida e a independência nacional.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Folgo imenso que o Sr. Deputado José Vitorino não esteja presente, pois há pouco ele teve um problema de azia devido às nossas palavras. Portanto, agora eu congratulo-me porque, provavelmente, se me ouvisse nesta intervenção ele teria um problema de cárie dentária que também era grave.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Embora ainda não devidamente quantificados, têm-se já por bastante elevados os prejuízos causados pela seca e geadas, sendo previsíveis quebras da produção agrícola e dos efectivos pecuários.

Mesmo admitindo que na Primavera a precipitação se aproxime dos valores normais para a época, os prejuízos já verificados vieram agudizar ainda mais a já profunda crise em que mergulha a nossa agricultura. Crise que importa ter presente para a total compreensão da situação e do impacte sócio-económico do acidente climatérico.

Aqui reside o fulcro da questão. A seca veio agravar a crise; mas a crise já existia, é profunda e tem-se agravado progressivamente.

Importa, pois, que se tenha em consideração esta realidade para que a adversidade climatérica se não transforme num álibi que cubra as responsabilidades de uma política agrícola desastrosa, seja ela anterior ou posterior a esta ocorrência.

É neste contexto que teremos de analisar as medidas do Governo para a agricultura. Tais medidas ficam-se, na prática, por um conjunto de moratórias e linhas de crédito bonificadas e por algumas intervenções no mercado, cuja aplicação e efeitos práticos suscitam sérias dúvidas.

Em termos de moratórias e créditos bonificados para as despesas realizadas com factores de produção e de mão-de-obra, tais medidas acabam por pôr em evidência a ausência de uma política agrícola democrática. É nesta perspectiva que se terá de entender a inexisteência, na prática, de um seguro agrícola de aplicação efectiva e com uma área eficaz de cobertura de riscos. Mesmo admitindo o aparecimento posterior já anunciado pelo Sr. Ministro da Agricultura e Pescas sobre uma alteração ao actual seguro, alargando o âmbito das culturas abrangidas pelo mesmo, restará uma dúvida que se coloca já também em relação à actual modalidade, que é a seguinte: alargaram-se as culturas, mas qual o âmbito de riscos que são realmente cobertos?

Se este seguro existisse, os agricultores teriam salvaguardada parte substancial do valor das colheitas perdidas e não teriam de arcar com todo o prejuízo — à excepção da castanha. Prejuízo pelos factores de produção perdidos, pelas produções perdidas e pelo dinheiro e juros de crédito para pagar dinheiro perdido num investimento perdido.

Quanto aos restantes créditos anunciados, considerámos-los correctos, mas temos sérias dúvidas de quem

serão os beneficiários, dada a desconfiança particularmente dos pequenos agricultores em relação às operações com a banca comercial, devido às exigências hipotecárias e à complexidade e burocracia que envolvem estas operações, não esquecendo as próprias resistências levantadas pela actual gestão da banca, objectivada para privilegiar as operações de maior rendibilidade, numa mera perspectiva capitalista.

No que respeita à intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, para lá de se apresentar limitada no tempo e no espaço, ela assenta em preços de intervenção aviltados, estabelecidos na base dos preços em acentuada queda e que mais não fazem do que avalizar a brutal especulação de que são vítimas os agricultores por parte dos intermediários.

Quanto à proibição da importação da carne, a medida conta com o nosso inteiro apoio. Assim seja cumprida.

No que respeita às medidas de intervenção para os alimentos forrageiros, nomeadamente através do condicionamento do trânsito e comercialização das palhas e fenos, não se coloca a questão de serem ou não medidas positivas. Isto porque a questão primeira é a de sabermos se o Governo dispõe de estruturas e meios para intervir com um mínimo de eficácia. Fica o benefício da dúvida. Na certeza de que — e importa retê-lo — a utilidade das medidas propostas, por poucas que sejam, dependem da sua execução, da oportunidade da execução e da qualidade e da quantidade dos seus beneficiários. A não ser assim, constituirão um jorro de demagogia e um insulto aos agricultores.

Uma outra questão que se terá de levantar quanto às medidas do Governo é que as mesmas não passam de medidas conjunturais que estão muito longe de constituírem uma base mínima de apoio às debilitadas estruturas económicas das pequenas explorações agrícolas, cujo indispensável relançamento e desenvolvimento carecem de uma política estrutural e democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Precisamente aqui se terá de confrontar a imagem preocupada do Governo face à situação dos agricultores e da produção agrícola com a sua política de fundo. É que a imagem teatral da preocupação esbarra contra uma política frontalmente oposta aos interesses dos pequenos e médios agricultores e da economia nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de crédito, a abolição do crédito agrícola de emergência e a canalização dos créditos — de curto, médio e longo prazo — para operações bancárias, envolvidas via IFADAP, num processo complexo, burocratizado, moroso e com exigências hipotecárias, traduz-se em medidas profundamente selectivas e desmobilizadoras para os agricultores, privilegiando exclusivamente os grandes proprietários.

Quanto à comercialização e preços, a projectada integração de Portugal na CEE e as consequentes necessidades de ajuntamento do sistema de preços nacionais, bem como a organização e orientação dos mercados agrícolas, na perspectiva da Política Agrícola Comum, são o pretexto para a execução de medidas que convergem para a asfixia das já débeis e grave-

mente atingidas estruturas económico-agrícolas das pequenas explorações, visando lançar na ruína milhares de agricultores.

O brutal e continuado agravamento dos factores de produção, que parece ignorar as enormes diferenças das estruturas produtivas e de consumo, os diferentes níveis de produtividade e graus de investimento e de auto-aprovisionamento, em relação aos países do Mercado Comum, bem como a progressiva abolição de subsídios à agricultura — continuando os grandes intermediários e armazénistas e as grandes indústrias a serem beneficiadas —, mais não fazem do que bloquear o investimento técnico-económico, travando o desenvolvimento agrícola e fazendo-nos pagar, com juros e dívidas, o agravamento das importações de bens alimentares.

Entretanto e relativamente aos preços dos produtos agrícolas e pecuários pagos ao produtor, regista-se um decréscimo global em relação aos preços da campanha anterior, enquanto no consumidor os preços não cessam de se agravar.

Para esta situação contribuem as crescentes dificuldades criadas às cooperativas, quer pela acumulação de dívidas do Estado, quer pela falta de apoio político, técnico e financeiro, quer ainda pelo progressivo esvaziamento dos organismos de intervenção e coordenação económica.

Remetendo, na área económica e pela força da sua política, as cooperativas para uma função cada vez mais restrita à mera concentração da produção, os governos AD vêm abrindo cada vez mais aos grupos económicos e aos grandes intermediários e armazénistas o domínio dos circuitos essenciais do mercado, incluindo os sectores da conservação, preparação, transformação e distribuição, vitais para a política de formação dos preços.

Assim se vai expropriando, progressiva e cada vez mais acentuadamente, o produto do trabalho dos pequenos e médios agricultores e cooperativas de produção agro-pecuária.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se nas regiões do minifúndio a política de desenvolvimento capitalista se faz à custa da ruína de largos milhares de pequenos agricultores pela via dos mecanismos já denunciados, na zona da Reforma Agrária haverá a acrescentar a política de reconstituição do latifúndio, que vem comprometendo, quando não destruindo, a estrutura produtiva com graves reflexos sociais e económicos.

Diz o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas que os nossos recursos não são abundantes. Perante tal afirmação somos obrigados a admitir: ou os recursos são imensos e o Sr. Ministro está enganado, ou os recursos realmente não são abundantes e o Governo é perdidário.

Com efeito, os milhares de toneladas de azeitona perdida, não pelo acidente climatérico mas por abandono dos olivais, na sua maior parte em herdades devolvidas aos latifundiários, como se justificará?

As centenas de milhares de hectares de terras devolvidas aos latifundiários e que se encontram abandonados ou subaproveitados, como se justificam?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As cento e muitas barragens, albufeiras e charcas desaproveitadas ou pura e simplesmente e criminosamente esvaziadas, como se justificam?

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

As consequências desta política são já evidentes e pouco abonatórias para um governo que se afirma preocupado com o desenvolvimento agrícola do País, traduzindo-se em milhares de hectares devolvidos aos latifundários e que na sua grande maioria — temos aqui documentação comprovativa, são resmas de documentos — voltam ao abandono puro e simples ou no mínimo a um acentuado subaproveitamento; no não aproveitamento e abandono de mais de 80 barragens e albufeiras e mais de 70 charcas; no desbaratamento dos efectivos pecuários, na descapitalização e na inviabilização de um correcto ordenamento cultural de largas áreas de sequeiro e dos perímetros regados, através de uma pretensa distribuição de terras a pequenos agricultores, que em grande parte o não são, conduzindo a um estatuto sem garantias de fixação à terra, a um parcelamento de dimensão economicamente inviável e que, no fundo, jogando com o futuro social e económico de um largo estrato iludido ou a isso obrigado, apenas visa a destruição das unidades colectivas, cooperativas e das unidades agro-industriais nacionalizadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Bem se poderá dizer que por detrás de uma máscara de pesar o Governo felicita-se e penhora a sua gratidão à natureza que veio contribuir e dar cobertura aos objectivos de destruição de milhares de pequenas explorações agrícolas.

Protestos do PSD.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Se a seca é uma seca, este governo é o vento suão.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

Vozes do PCP: — Tinha de ser!

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamentavelmente terei de fazer um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Rogério de Brito, mas queria também formular alguns pedidos de esclarecimento.

Tenho que fazer um protesto porque é lamentável que o Sr. Deputado Rogério de Brito faça aquilo que acabou de fazer, ou seja, brincar com a tragédia dos agricultores portugueses, com a tragédia de um povo, pois ainda neste momento há populações que estão sem água e que V. Ex.^a muito bem sabe e se quer esquecer.

O Sr. Deputado invocou a questão da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. Na realidade, a espinha

que vos está atravessada na garganta é precisamente a aprovação dessa lei. Essa lei tem sido cumprida tanto por este como pelo anterior governo, mas isso os Srs. Deputados não querem compreender.

V. Ex.^a vem com invocações distorcidas da verdade porque não teve a coragem de na reunião que teve com o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas na Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas, levantar esses problemas e dizer que as medidas que estavam a ser tomadas eram correctas e efectivamente queriam solucionar os problemas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito, se assim o desejar.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devo dizer que brincar com a tragédia dos agricultores é porventura aquilo que a AD está fazendo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, sendo certo que não concordamos com ela, podemos contudo afirmar — e repetimos, tal como já aqui o afirmei — que a política do MAP em tal matéria é uma caldeirada de inconstitucionalidades, de ilegalidade, de repressão e de desumanidade. Como tal, a lei não está a ser cumprida.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes do PSD: — É incrível!

O Orador: — Quanto ao facto de eu não ter apresentado estas questões ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas ou quanto a não ter criticado as medidas de combate à seca que o mesmo Sr. Ministro apresentou na reunião da Comissão de Agricultura e Pescas, devo dizer que durante a análise das medidas aduzidas pelo Sr. Ministro eu em diversas delas disse que eram positivas e pus apenas em causa a sua exequibilidade, o que é bem diferente.

Por outro lado, é evidente que até por uma questão de respeito para com o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, eu não ia levantar problemas relativos a uma matéria que não estava agendada na sua convocação para a reunião da Comissão de Agricultura e Pescas.

Tenho dito. Espero que lhe chegue, Sr. Deputado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Não chegou não! Não fico satisfeito!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de salientar aquilo que ficou claro no discurso do Sr. Deputado do Partido Comunista e que é a incoerência e a contradição.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Sr. Deputado não ouviu a intervenção! Não estava cá!

O Orador: — O Sr. Deputado Rogério de Brito disse que, por uma questão de respeito para com o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, não tinha referido outros problemas, não tinha feito outras perguntas, não tinha invocado a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. Mas, então, concluímos que tem respeito pelo Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, mas não tem respeito por esta Câmara nem pelo povo português, e, por isso, a propósito da seca, o Sr. Deputado traz aqui esses problemas todos para nos dar uma grande «seca».

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rogério de Brito, V. Ex.^a pode administrar como muito bem entender o tempo que pertence ao seu grupo parlamentar. Contudo, se desejar responder, faça favor.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que tenho muito respeito para com o respeito que o Sr. Deputado José Vitorino tem para com esta Assembleia. Contudo, não lhe admito que ele se manifeste com mais respeito do que eu. E, se falar a verdade e denunciar as realidades é uma falta de respeito, então o que está em causa não é o respeito, mas sim o tentar calar-se a voz da razão. Pelo menos, a razão que eu tenho o direito de entender que o é.

Em segundo lugar, gostaria de colocar muito claramente a seguinte questão: é extremamente triste — e isso, sim, denota falta de respeito — que o Sr. Deputado José Vitorino — e eu bem tinha razão em pôr a questão da cárie dentária —, que não assistiu à minha intervenção, viesse agora aqui botar palavra em defesa do Governo. Sinceramente que acredito que o Governo tem capacidade de poder contrapor à minha intervenção, e com certeza que dispensa a má figura que o Sr. Deputado fez.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rogério de Brito: A certa altura da sua intervenção, o Sr. Deputado referiu-se ao preço da carne. Será que, quando se referiu a esse preço, teve em conta os 3000\$ de subsídio do Governo dado por cada cabeça de gado bovino e os 300\$ por cada cabeça de gado caprino? Gostaria também de saber se, mesmo assim, não acha que esses preços são razoáveis, dado tratarem-se de preços de intervenção, e não de preços de incentivo.

Uma outra questão é a seguinte: se bem ouvi — e peço-lhe o favor de me rectificar se ouvi mal —, o Sr. Deputado também referiu que certas instituições bancárias estariam a exigir hipoteca de haveres, a fim de que pudesse ser concedido o crédito. Eu não tenho conhecimento algum de casos desses. Por isso, pergunto-lhe e pedia-lhe o favor de me esclarecer o seguinte: quais as instituições de crédito que abusam dessa hipoteca?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito, para responder, se assim o desejar.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, vou responder ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto, mas quero apenas dizer que, lamentavelmente, a partir daqui, já não poderei continuar a responder, sob o risco de esgotarmos o pouco tempo de que o nosso grupo parlamentar dispõe. De maneira que, se a partir daqui houver mais questões, eu terei de entender isso como uma rasteira, em que eu não posso cair, porque, senão, daqui a pouco, não temos tempo disponível para intervir.

Em relação ao subsídio de 3000\$ para o gado bovino, apenas direi que, num animal com 300 kg de carcaça, isto representa 10\$ em quilograma. Portanto, mesmo o próprio preço da intervenção continua a estar seriamente abaixo dos preços que foram praticados no mercado ao longo de 1980.

Em relação a as instituições bancárias exigirem hipotecas de haveres, isso é uma prática normal, por uma questão de deontologia profissional. E, porque eu participo em trabalhos de planificação, posso dizer-lhe que não é o primeiro caso em que efectivamente é condicionado o empréstimo às exigências de garantias hipotecárias.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado.

O Orador: — Peço-lhe o favor de não me continuar a colocar questões, porque realmente não é possível ...

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Mas é na continuação da pergunta que lhe formulei.

O Orador: — Então, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Gostaria de saber se, de facto, essa hipoteca é ou não referente ao subsídio de crédito.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peça a palavra e nós responder-lhe-emos utilizando o tempo do seu partido!

O Orador: — Não percebi muito bem a pergunta, mas creio ter sido a de saber se as exigências hipotecárias eram em relação aos subsídios.

É preciso ter presente que eu abordei a problemática do crédito, e não exclusivamente o problema desta medida de emergência. Como o Sr. Deputado teve certamente ocasião de ouvir, referi que considerávamos que estas linhas de crédito eram positivas e apenas pusemos em causa que na prática viessem realmente a ser os pequenos agricultores a beneficiar. E isso por razões óbvias, sendo uma delas a sua desconfiança em relação a uma banca comercial que, por norma, lhe exige garantias hipotecárias.

Julgo ter respondido às questões formuladas pelo Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não são de menosprezar as dificuldades e os problemas que a seca acarreta, mas esta calamidade natural, cuja probabilidade de ocorrência é elevada, vem apenas agravar as consequências da calamidade maior de existência de um governo da AD, esta bem menos natural e com uma probabilidade de ocorrência que, estatisticamente e em médio prazo, se comprovará ser diminuta.

Há males que vêm por bem, diz o povo. O mesmo pensarão talvez os governantes da AD a propósito da seca, em dissonância com o pensamento do povo, que terá de suportar os custos das duas calamidades.

A seca aí está para o Governo lançar sobre ela as dificuldades com que se debate a agricultura, a insuficiência da produção energética, a redução dos rendimentos da lavoura, o desequilíbrio das balanças externas e até as medidas restritivas de direitos dos trabalhadores.

Iludindo os problemas de fundo, é de prever que o Governo se escudará com a seca para justificar desaires da acção governativa em 1981.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No campo da energia, o sistema electroprodutor nacional, em termos de planeamento, tem sido dimensionado para satisfazer os consumos com base no regime hídrico de 1956-1957, com cerca de 5 % de probabilidade de ocorrência.

Se não fosse o atraso de entrada em serviço de alguns grandes empreendimentos energéticos, como o Grupo III de Setúbal, Aguiaria-Raiva e Pocinho, a ocorrência em 1980-1981 do regime mais seco que se conhece desde 1922 — ou seja o do ano de 1948-1949 — seria vencida recorrendo apenas a alguma importação de energia eléctrica.

No entanto, mesmo com o planeamento de 1975, hoje bastante atrasado, se previam algumas dificuldades de a produção nacional de energia eléctrica assegurar o consumo em 1981 e em 1982 se estes fossem anos secos.

Já em relatório da EDP de Outubro de 1976, ao prever-se que o grupo III de Setúbal só entraria em serviço em Setembro de 1981 (o que actualmente se prevê só venha a verificar-se em Agosto de 1982), se alertava para a gravidade da situação. Isto é, as dificuldades normais no sistema electroprodutor nacional de há muito justificavam um programa energético de emergência, com vista a desbloquear dificuldades no avanço dos empreendimentos projectados, a acelerar as decisões quanto às turbinas a gás, de curto período de construção, bem como acções para atenuar a indisponibilidade das centrais térmicas, que tem sido muito superior ao previsto, e a fomentar medidas adequadas de poupança de energia, especialmente no sector industrial.

Tais acções, previsivelmente necessárias, tomadas em devido tempo, teriam limitado as dificuldades adicionais da seca de 1980-1981.

No campo da agricultura não se pode responsabilizar a seca (ou não se pode responsabilizar apenas a seca) pelo que está acontecendo este ano.

Em 1978, se a produção agrícola nacional cresceu uns 4 %, verificou-se, no entanto, uma quebra da produção vegetal em relação a 1977 (ano em que o

produto agrícola baixara 10 %), com grandes quebras na produção de batata, vinho, azeite, algumas frutas, com uma produtividade média por hectare inferior à do decénio 1968-1977 na maioria das culturas.

Em 1979, o crescimento da produção agrícola, que foi de cerca de 5 %, acompanhou-se, ao mesmo tempo, com quebras significativas nas produções de tubérculos, frutas leguminosas e cereais.

Em 1978 e 1979, sem seca, os salários reais — para homens — na agricultura baixaram, respectivamente, uns 4 % e 2 %.

Em maus anos agrícolas são os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores que vêm as suas dificuldades agravadas, mas não consta que o bem-estar entre pela casa dentro em anos de condições climatéricas favoráveis.

O que está em causa aqui não é apenas a baixa pluviosidade. Uma estrutura fundiária inadequada, que o governo AD, longe de melhorar, vem agravando, nomeadamente com as suas acções destrutivas sobre a Reforma Agrária, e uma política agrícola desajustada das realidades e dos verdadeiros interesses da lavoura são os principais responsáveis da incapacidade da agricultura portuguesa para fazer face à anormalidade da seca e de se encontrar mesmo desprevista perante uma situação possível em qualquer ano.

Na realidade, sabe-se da irregularidade pluviométrica no nosso país, com anos de seca prolongada, que até se repetem mais ou menos ciclicamente.

Pergunta-se: tem o Governo, que se propagandearia da estabilidade governativa há muito mais de um ano, programas alternativos para enfrentar planificadamente as dificuldades em anos de carência hídrica, em especial para apresentar atempadamente soluções válidas aos agricultores?

Pelo conhecimento das medidas anunciadas, tanto no campo agrícola, como no da energia, é de concluir que se está mais perante um conjunto de medidas desgarradas, resultantes de muita improvisação e de bem pouca planificação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As medidas de poupança de energia são um pouco a repetição do que se fez em 1975-1976.

Não pensa o Governo que havia que aprofundar todo o leque possível de medidas de poupança, já que os cortes sistemáticos de energia são altamente prejudiciais à produção nacional, e que o défice energético tem causas que vão para além da seca e representa elevada dependência do exterior?

A grande medida que fica pendente sobre as nossas cabeças é o chamado «plano de emergência para a segurança do fornecimento de energia eléctrica», que, no fundo, se reduz à possibilidade, melhor dizendo, à forte probabilidade, de cortes sistemáticos de energia.

Põe-se em dúvida que tal medida, extremamente grave, especialmente se aplicada por um período longo de vários meses, esteja a ser encarada com suficiente responsabilidade. Exultaram provavelmente os defensores da energia nuclear em quaisquer condições, mas outro tanto não sucederá com a maioria da população e das empresas portuguesas.

Técnicos que apoiam o nosso grupo parlamentar, na base de que o ano hidrológico de 1980-1981 seria

igual ao de 1948-1949, fizeram uma simulação da exploração com os consumos previstos pela EDP para 1981, que correspondem a um acréscimo de 7% relativamente ao ano anterior.

Verifica-se que este ano de 1981 seria ultrapassável sem cortes, com uma importação permanente de 400 MW, desde que as reservas nas albufeiras em Agosto-Setembro-Outubro descessem até cerca de 400 GWh — 18% do total da capacidade de armazenagem. Pretendendo, no entanto, o Governo uma reserva de 50%, que constituiria uma reserva para responder a eventuais dificuldades adicionais, como, por exemplo, uma situação muito anormal na central do Carregado ou um corte muito prolongado na importação.

Esta última situação não é de prever, pois a França tem excesso de capacidade de produção, não se prevendo dificuldades nos próximos tempos.

É importante referir que aquela diferença de reservas (1000 GWh - 400 GWh = 600 GWh) deve corresponder a cerca de quatro ou cinco meses de cortes segundo o grau 1 (uma hora e meia por dia em cada uma das seis zonas em que o País foi dividido).

De qualquer modo, no estudo feito, as medidas já em vigor desde a redução de tensão — proibição da iluminação, redução de fornecimento aos grandes consumidores — conduziram a uma redução dos consumos de apenas 5%. Com elas, o ano de 1981 seria ultrapassável sem cortes se o regime fosse igual ao de 1948-1949.

Para 1982, com o regime hidrológico igual a 1949-1950, fez-se uma nova simulação e concluiu-se que, mantendo as albufeiras a níveis mais baixos do que os preconizados pelo Governo, era perfeitamente possível suportar tal situação.

A questão que concretamente se coloca ao Governo é, pois, a seguinte: não é exagerada e desnecessariamente elevado o nível que se pretende manter nas albufeiras, que, tudo indica, irá implicar cortes de energia prolongados, que, com riscos mínimos, se poderiam considerar apenas como acções acidentais, esporádicas?

O tempo quase simbólico de que o meu partido dispõe leva-me a colocar apenas umas poucas dúvidas sobre algumas das medidas que o Governo procura aplicar no campo da agricultura.

Assim, para fomento da produção de silagem de milho, através do subsídio de \$50/Kg são expressamente excluídos os agricultores, que já tradicionalmente produzem milho-forragem para ensinar.

Não é isto, precisamente, um castigo para os criadores, que estão precisamente na vanguarda da tecnologia?

O crédito especial para a aquisição de rações e ou grãos forrageiros, relativamente ao gado bovino, abrange apenas as vacadas de carne. O leite produzido no Norte e Centro do litoral sofreu um brusco agravamento do custo de produção, motivado pelo maior recurso a caros concentrados, de má qualidade.

Cabe perguntar: para quando o controle a sério da qualidade das rações? Se os criadores de vacas leiteiras poderão beneficiar do subsídio de silagem, naturalmente em prejuízo de outras culturas, terão seguramente quebras de réditos. Em consequência,

as modalidades deste crédito especial não deveriam igualmente ser extensivas aos criadores de vacas leiteiras?

Por último, quanto ao crédito especial à armazenagem de carcaças de bovinos, suínos e caprinos abatidos por imperativo da seca:

Porquê esta linha de créditos a beneficiar provavelmente todos os intermediários... menos os produtores?

Porquê a não intervenção directa e exclusiva da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, a preços de intervenção iguais aos preços reais, alugando instalações de risco, com pagamentos a pronto, para acompanhar a concorrência dos marchantes, mediante o estudo e a aplicação de um plano financeiro de emergência?

Será que o Governo não tem confiança na sua capacidade de coordenação e de estímulo de uma correcta intervenção da Junta Nacional de Produtos Pecuários, na sua capacidade de lhe dar credibilidade junto dos agricultores e de motivar os seus técnicos e trabalhadores para um trabalho abnegado de apoio aos produtores forçados a abater gado por motivo da seca?

Afinal, em toda a grave questão da seca, é uma questão similar que está em causa.

O alargamento da poupança de energia e a minimização das consequências da seca na agricultura não são concretizáveis por um governo que não dispõe do apoio da larga maioria dos trabalhadores nem da confiança generalizada da população.

Ultrapassar as dificuldades provocadas pela seca, se pressupunha correctas políticas económica, agrícola e energética antecedentes, passa ainda pela mobilização da vontade dos Portugueses num grande esforço nacional de participação em acções de fiscalização e de iniciativas criativas.

Para isso, o poder político teria de merecer a confiança popular. O governo AD não dispõe desta capacidade.

Tem de ficar-se pela improvisação, por medidas punitivas, por acções de curtos resultados práticos.

Os Portugueses sofrerão as consequências da seca e da governação precária, mas saberão seguramente retirar as conclusões adequadas.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e do Sr. Deputado António Vitorino, da UEDS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Amadeu dos Santos.

O Sr. Amadeu dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Heriberto Goulart: Gostaria de lhe solicitar dois pedidos de esclarecimento em relação a algumas frases que o Sr. Deputado aqui nos apresentou.

O primeiro diz respeito ao facto de o Sr. Deputado tentar acusar nítida ou veladamente este Governo em relação aos atrasos na entrada em funcionamento das centrais da Aguiara-Raiva e também de Setúbal, nomeadamente ao dizer que a EDP previa a entrada

da componente de Setúbal para 1981, e ela só está previsto entrar em Agosto de 1982.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Heriberto Goulart se por acaso se recorda, aquando dos tempos da revolucionarite que assolou este país, da greve que assolou a construção da Aguieira-Raiva, que atrasou mais de cinco anos a entrada em funcionamento desta central.

Gostaria também de saber se o Sr. Deputado se recorda da campanha que a chamada FEPU, na altura, fez em relação à instalação desta componente em Setúbal, que também veio trazer este atraso substancial.

Por outro lado, queria perguntar-lhe o que é que o Sr. Deputado me diz ao facto de agora nos ter declarado que este governo não tem o apoio popular, quando, na realidade, é a primeira vez que um governo se propõe apresentar medidas restritivas de poupança de energia e pela primeira vez essas medidas são conseguidas e obtidas. E mais, consegue-se ter o apoio e o aval desse povo português, uma vez que é esse próprio povo que tenta entrar em contacto com este governo, no sentido de denunciar formas que todos os dias ainda resultam em «estragar-se» energia.

Por outro lado, também foi dito que o que falta em Portugal é um plano energético de emergência. Ora, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se não será mais premente a política de obtenção de energia que se pretende para Portugal, e que nunca foi feita, mesmo no tempo dos governos ditos «marxistas».

E digo isto pelo seguinte: pensa o Sr. Deputado que só a forma hidráulica ou a forma termoeléctrica serão as únicas formas de se obter energia em Portugal? Não haverá outras formas alternativas? Este estudo nunca foi feito, e aí penso que devemos pedir essas explicações mais aos anteriores governos do que a este.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Peço-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas terei de responder muito brevemente face ao escasso tempo de que dispomos.

Em relação às greves, quero chamar-lhe a atenção para que os atrasos de anos que há nos empreendimentos que citei — e não os atribuí ao actual governo, evidentemente — vêm de 1975 e são incomparavelmente superiores aos poucos dias de greves existentes.

O Sr. Amadeu dos Santos (PSD): — Foram greves de três meses!

O Orador: — Ora, para um atraso que existe de três anos, parece-me que é de facto uma grande diferença.

Em relação à questão que levantou no sentido de se saber se não há outras formas de energia possíveis, posso dizer-lhe que há, e é numa perspectiva de longo prazo que temos que ver a elaboração de um plano energético nacional, no qual se integra a resolução dos problemas de energia. Agora o que temos para nós bem claro é que a opção pela energia nuclear tem de ser devidamente estudada e não decidida com base em pressões vindas do exterior,

situação que não parece ser muito clara em muitos meios da governação e da AD.

Em relação à questão da falta de apoio popular, chamar-lhe-ia a atenção para que uma redução de consumo global de 4% é conseguida apenas com a exigência que foi posta aos grandes produtores de que reduzissem os seus consumos em 20%. Ou seja, as medidas punitivas e violentas há pouco anunciadas são apenas para conseguir apenas a economia de 1%. Se este governo tivesse efectivo apoio popular, não era apenas 1% de economias que iria buscar nas restantes camadas da população.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas.

O Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas (Luís Barbosa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia na qualidade de membro do Governo e não queria deixar de saudar todos os Srs. Deputados, com quem convivi durante o último ano nesta Assembleia.

Faltou-me o tempo para fazer um discurso, mas julgo ser capaz de dar à Assembleia da República uma ideia objectiva da situação actual e das medidas tomadas e a tomar.

Ao assistir a este debate levantou-se-me a questão de alguns Srs. Deputados considerarem a seca como uma coisa de consequências gravíssimas para os Portugueses e, por outro lado, considerarem que o Governo faz um inusitado aproveitamento da seca com o objectivo de se defender noutras áreas da sua actuação.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E é verdade!

O Sr. José Vitorino (PSD): — Olhe que não!...

O Orador: — Bom, há que ver em que ficamos, Srs. Deputados: a seca é gravíssima, ou é apenas uma seca vulgar, das muitas que o Sr. Deputado João Cravinho aqui indicou, que o Governo está a aproveitar sabiamente.

Parece-me que o problema tem que ser reposto na sua base mais realista, para que se possam entender de uma forma pragmática os problemas que temos pela frente e a forma como os vamos resolver.

O problema da seca é um problema real, as soluções têm que ser muito concretas, o que está em causa é a actividade económica do País, é o problema da energia e o problema do abastecimento de água, e que ainda aqui não foi praticamente referido.

Para já há uma questão de fundo. Analisando os registos de precipitação atmosférica no Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra desde o ano hidrológico de 1865-1866, num período de cento e quinze anos consecutivos, conclui-se que a pluviosidade máxima ocorreu em 1935-1936, com 1801,3 mm, e a mínima em 1952-1953, com 482,5 mm. Em Lisboa a máxima foi de 1746,9 mm e a mínima de 292,9 mm, no mesmo período, e em Évora 1310,1 mm de máxima e 312,5 mm de mínima.

Em termos de valores médios, para uma precipitação média anual da ordem dos 960 mm, não se pode dizer que Portugal seja um país seco. A sua desequilibrada distribuição sazonal, com uma concen-

tração de cerca de 80% no semestre húmido (Outubro a Março), e a acentuada irregularidade interanual, em que os valores máximos anuais são três a cinco vezes superiores aos mínimos, constituem o cerne das dificuldades que o País sistematicamente enfrenta face aos sucessivos anos húmidos e secos.

Perante esta irregularidade, a capacidade de armazenamento de água do País é apenas de 7,8%, o que significa que o País não criou no passado as infra-estruturas adequadas. Esta é a grande realidade que temos pela frente, somos um País em que chove irregularmente e temos uma capacidade de armazenagem de apenas 7,8%. É uma deficiência que temos de encarar, não é responsabilidade deste governo, pois este governo tem a responsabilidade de neste momento começar a resolver esta grave carência de infra-estruturas e vai decerto resolvê-las.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — A resposta, portanto, às graves preocupações do Sr. Deputado João Cravinho é que o Governo está consciente das dificuldades que o País tem nesta matéria, tem os números que dão uma noção exacta do que é a dimensão do problema e vai criar as infra-estruturas que nunca foram criadas, embora não tenhamos ilusões de que elas vão ser completadas nos próximos quatro anos — vão ser lançadas, mas não completadas.

A situação será durante este ano hidrológico globalmente não muito mais grave do que foi em 1975-1976. A situação das principais albufeiras hidroagrícolas é nesta altura de 52,2% da sua capacidade, quando numa situação normal seria de 92,4%, e no que respeita aos aproveitamentos hidroeléctricos estamos com 51,8%, quando a situação normal seria de 74,4%.

A armazenagem está muito abaixo dos valores normais, mas é suficiente, desde que seja gerida com parcimónia, para evitar situações graves, nos diversos tipos de utilizações a que se destina. As previsões meteorológicas indicam que teremos chuva nos próximos meses, mas sempre abaixo dos valores normais.

Esta é a situação real, talvez menos dramática do que parecia à partida, mas, mesmo assim, preocupante, e o Governo não quis deixar de transmitir essas preocupações a todos os portugueses e também aos Srs. Deputados.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Da situação de seca surgem naturalmente três problemas: o da agricultura, já tratado pelo Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, o da energia, já tratado pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, e o de abastecimento de água, que a mim me compete, embora de uma forma indirecta, visto que, como VV. Ex.^{as} sabem, o problema do abastecimento de água é hoje da competência das autarquias. Mas o Governo não relegou esse problema para segundo plano e está atento e a apoiar neste momento as próprias autarquias para resolver os problemas mais graves e tentar que o abastecimento de água se faça com uma certa normalidade.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Que acções desenvolveu o Governo nesta matéria?

Em primeiro lugar, desenvolveu contactos com as autoridades espanholas nesta matéria, no sentido de procurar garantir que tanto os caudais do rio Tejo como do rio Douro, dois rios de importância fundamental no abastecimento de água do País, fossem assegurados. Parecem não surgir complicações, porque as barragens destes dois rios em território espanhol são destinados exclusivamente à produção de energia e, portanto, não se espera que haja uma redução dessa produção de energia. Assim, tudo parece levar a crer que a manutenção dos caudais se vai fazer de forma regular.

Estabeleceram-se ainda conversações com a EDP, no sentido de garantir às barragens da EDP no rio Tejo um ritmo de produção de energia regular e que não pudesse prejudicar o abastecimento de água, principalmente da cidade de Lisboa ou da «Grande Lisboa». Finalmente, procurou-se ainda assegurar que os níveis mínimos nos aproveitamentos hidroagrícolas não fossem ultrapassados, para que, se fosse necessário, se pudesse recorrer a essas barragens para fornecimento de água às populações.

Por outro lado, a Direcção-Geral de Saneamento Básico fez um levantamento ao nível de todos os conselhos, no sentido de detectar quais as principais dificuldades que existem em cada conselho no que respeita ao abastecimento de água. Naturalmente que os problemas dos grandes aglomerados de Lisboa e do Porto nos preocuparam e também os problemas do Algarve.

Quanto ao Porto, parecem não surgir problemas no que respeita ao abastecimento de água, mesmo durante o Verão. No que respeita à cidade de Lisboa e à EPAL, algumas medidas foram tomadas e pensamos que podemos atravessar o Verão sem dificuldades de maior. Mas, para isso, é necessário naturalmente incitar as populações a reduzirem o seu consumo de água.

Deve dizer-se que relativamente à EPAL há situações que não quero deixar aqui de vos referir, porque me parecem importantes. O número de roturas nas condutas nesta altura detectado é de 1700. Isto é, a EPAL, que tem a gestão de um sistema de distribuição de água, deixou-o chegar a uma situação em que se verifica aquele número de roturas. Estão nesta altura lançadas empreitadas para resolver este problema, que se reveste naturalmente de extraordinária acuidade.

Efectuou-se também uma redução da pressão nas condutas, que se mantém sob controle, para que não sejam afectados os habitantes que moram em prédios de zonas mais elevadas da cidade ou em andares mais elevados.

Garantiu-se ainda, com o Ministério da Indústria e Energia o controle da poluição das águas no Tejo, dado que um certo número de indústrias despejam para o Tejo vários efluentes. É um problema de fundo, que interessa resolver em condições estruturais, e não apenas em situações de emergência, como agora foram detectadas.

No que respeita ao Algarve, surgiram-nos preocupações adicionais, visto que durante os meses do Verão esta região tem uma população muito aumentada, pela entrada de turistas, e isso representa um

aspecto muito sensível da nossa actividade económica, que não poderíamos, de nenhuma forma, menosprezar. Deve dizer-se que os estudos desenvolvidos pelo PNUD, organismo ligado à ONU, levaram à conclusão de que existem caudais subterrâneos de grande importância não só no distrito de Setúbal, que vão ser aproveitados, como também no Algarve. Vão ser desenvolvidas empreitadas no sentido de tentar aproveitar esses caudais de uma forma equilibrada, de maneira que se evitem dificuldades durante os meses de Verão. Mas também todas as acções pontuais que possam ser desenvolvidas vão sê-lo a partir de uma comissão interministerial que foi nomeada para esse efeito.

No entanto, as soluções de fundo para o Algarve já existem no que respeita ao abastecimento de água. O lançamento das empreitadas das barragens do Funcho e do Beliche será uma realidade muito em breve e constitui, com a construção de outras que se lhe seguirão, a solução definitiva do problema do abastecimento de água do Algarve. Estão apenas pendentes estas duas barragens de pareceres do Conselho Superior de Obras Públicas, que deverão ser emitidos dentro do próximo mês.

Um problema que foi muito falado foi o de Castelo Branco. A situação desta cidade estará resolvida dentro de dois meses, com um pequeno investimento, e, portanto, esperamos também não ter aí graves dificuldades durante os meses de Verão.

Outros problemas existem, outros surgirão. Ora, o Governo está atento a todas as dificuldades que as populações possam sentir e lançará as medidas de emergência que possam efectivamente estar à disposição do Governo, quer a nível nacional, quer mesmo a nível internacional.

Queria dizer-vos, Srs. Deputados, que o Governo pensa levar a cabo uma campanha que sensibilize as populações para a poupança do consumo de água. Aliás, pode dizer-se que tal campanha já existe, mas vai ser intensificada.

Não queria deixar de referir-lhes que os consumos domésticos são extraordinariamente importantes e de entre esses consumos, uns têm mais relevância do que outros. As estatísticas de que dispõe o Laboratório Nacional de Engenharia Civil revelam que as poupanças devem fazer-se principalmente ao nível das deficientes instalações, no que respeita às canalizações, e, portanto, há que lançar uma enorme operação de reparação, quer a nível dos edifícios públicos, quer das próprias casas particulares.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria dizer que esta seca leva-nos a todos a tomar consciência de que a água é um bem escasso e, como tal, tem de ser tratada com enorme racionalidade, com uma noção exacta do valor que representa para as populações portuguesas.

Assim, peço-lhes que, neste sentido, ajudem as acções que o Governo vai empreender, dentro de um espírito que seja o de aproveitamento de um bem que, sendo escasso em condições normais, nesta altura o é ainda mais, para que não transformemos, ao fim e ao cabo, num problema político de segunda ordem um problema de ordem prática para este país, um problema de primeira grandeza.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino, para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Referiu V. Ex.^a que o Governo transmitia à Câmara a sua preocupação quanto à seca. Permitia-me fazer-lhe uma pequena correção: foi porque a UEDS suscitou uma interpelação que o Governo teve que vir à Assembleia dialogar com os partidos nela representados.

O pedido de esclarecimento que lhe gostaria de fazer dentro desta lógica é este: sendo para o Governo a questão da seca e as medidas a tomar tão importantes — medidas que, como V. Ex.^a no seu apelo final deixou claramente entendido, devem contar com a colaboração de todos os partidos representados nesta Assembleia —, por que é que o Governo, por exemplo, não tomou a iniciativa de antes de adoptar tais medidas consultar os partidos representados na Assembleia da República, para que, com antecedência, todos nós pudessemos ter uma voz activa a dizer nessa participação que agora, *a posteriori* e no decurso de uma interpelação suscitada por um partido da oposição V. Ex.^a vem trazer ao nosso conhecimento?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas, se desejar responder.

O Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe que o Governo não veio consultar a Assembleia previamente porque em soluções de emergência muitas vezes o Governo terá que tomar medidas sem consulta. Mas nunca pensámos que num problema como este precisássemos de pedir o apoio dos partidos da oposição.

Pensamos, à partida, que num problema como este contariámos incondicionalmente com o apoio dos partidos da oposição. Julgo que não nos enganámos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — É para um protesto, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, naturalmente que não se trata de pedir o apoio, porque em termos do interesse nacional todos os partidos aqui representados, que têm a sua legitimidade decorrente do voto, estarão dispostos a dar o seu contributo na medida das suas possibilidades.

A questão que lhe tinha levantado era outra e dizia respeito à discussão das medidas em termos de conteúdo, de grande linha de orientação a adoptar e de participação, o mais ampla possível, das forças representadas em relação a esse objectivo.

Seja como for, Sr. Ministro, sempre lhe direi que da nossa parte há a consciência da gravidade do problema e, se melhor exemplo quiseria, pois fomos nós que tomámos a iniciativa de trazer essa discussão aqui ao Parlamento.

O Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas: — Agradeço as suas palavras, Sr. Deputado, mas, em todo caso, quero dizer-lhe que me parece que para esta Assembleia será mais útil, do meu ponto de vista pessoal — naturalmente que a Assembléia é soberana nesse aspecto e longe de mim criticá-la —, gastarmos o nosso tempo a discutir as grandes orientações de fundo nesta matéria, perante as 55 secas do passado que o Sr. Deputado João Cravinho aqui referiu, do que discutirmos medidas de emergência que têm que ser tomadas e que me parece que serão relativamente pouco discutíveis, apesar de tudo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Coimbra pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Apenas para uma curta intervenção.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas se é para uma intervenção há outros Srs. Deputados inscritos ainda para pedidos de esclarecimento. Terá de aguardar a sua vez.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Queria pedir dois esclarecimentos muito breves.

O primeiro é se o Sr. Ministro se esqueceu de dizer que o ano hidrológico de 1975-1976 teria sido, porventura, mais severo do que aquilo que se pode esperar do ano de 1980-1981. Sabemos ambos exactamente a mesma coisa sobre este assunto e podemos confrontar números, mas talvez isso não seja importante por agora.

O segundo, refere-se às medidas de fundo. O Sr. Ministro até agora esqueceu-se de as enunciar. Uma vez que faz um apelo tão veemente para que seja isso que se discuta aqui, importava-se de trazer o seu contributo?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efecto?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, julgo que houve aqui um equívoco, pois eu queria pedir um esclarecimento em relação às palavras proferidas pelo Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. Presidente: — Bom num debate de uma sessão normal, não poderia, mas como para esta sessão há uma outra metodologia, penso que pode.

Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Era apenas um pedido de esclarecimento, que penso que esclareceria um pouco as dúvidas do Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É o que se chama um pedido de esclarecimento esclarecedor!...

O Orador: — De facto o Governo, a seu tempo, veio à Comissão de Transportes, Indústria e Energia apresentar as medidas sobre a seca. O Sr. Deputado podia lá ter estado, pois, como sabe, as comissões reúnem, normalmente, à quarta-feira, e foi com pré-aviso que

o Sr. Ministro da Indústria e o Sr. Secretário de Estado da Energia cá vieram. Como tal, o Sr. Deputado podia, assim estar tão bem informado como o Sr. Deputado João Cravinho está, que, inclusivamente, utilizou dados fornecidos pelo Governo para vir aqui hoje produzir grande parte da sua argumentação.

Quanto ao facto de o Governo vir aqui pedir ajuda à oposição para tomar medidas governamentais, é evidente que julgo que isso é um processo um pouco esquisito, já que o povo português votou para que o Governo governasse sem apoio da oposição.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Há aqui uma grande confusão da parte do Sr. Deputado Luís Coimbra.

Não se trata de ter posto a questão ao Governo de saber se ele deveria ou não ter vindo discutir este problema às comissões. O problema que foi levantado é que, de facto, comprehende mal, sobretudo depois da intervenção do Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas, que o Governo não tenha consultado os partidos da oposição, como tal, para ouvir a sua opinião sobre as medidas da seca, tal como o tem feito às vezes, apenas por respeito formal do estatuto da oposição — e não interessa agora discutir se entra nesse estatuto esta consulta, mas sim se ela teria sentido, e eu penso que teria —, como, por exemplo, quando se consulta a oposição sobre o OGE e as Grandes Opções do Plano, sem que esta tenha acesso sequer a esses documentos para poder sobre eles dar o mínimo de opinião.

Era isto o que se defendia, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves.

O Sr. João Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Nordeste Transmontano sempre esteve habituado, mas nunca conformado, em que o Terreiro do Paço estivesse voltado exclusivamente a sul e que os dinheiros públicos se escoassem, também, para outras regiões que não a de Trás-os-Montes.

Por esta razão estamos aqui para nos congratularmos com o governo da AD, pelo facto de ter assumido posições eficientes, rápidas e correctas no que respeita às geadas e seca que nos flagelaram.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Somos, como VV. Ex." sabem, uma região de minifúndio, onde a agricultura está completamente descapitalizada, e por consequência qualquer desequilíbrio em tão frágil economia pode trazer problemas graves.

Não pretendemos, nem nunca quisemos situações de privilégio, pois assumimos as nossas responsabilidades, mas também não aceitamos más situações de injustiça ou de marginalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Nordeste Transmontano está a ser este ano grandemente afectado pelas geadas e secas, o que veio criar à frágil economia nordestina problemas sérios.

Assim, a produção de castanha, que até há alguns anos atrás apenas servia para transformação em carne, hoje, conta já bastante no equilíbrio financeiro das pequenas e médias empresas agrícolas, especialmente na zona da terra fria transmontana, que abrange os concelhos de Bragança, Vinhais e Vimioso.

Com o objectivo de minimizar a situação, resolveu o Governo conceder um subsídio não reembolsável de 30 % sobre os prejuízos sofridos.

Entendemos, pois, ser esta uma medida certa para atenuar a crítica situação em que se encontram os agricultores daquela zona.

Mas, como por lá se diz, uma desgraça nunca vem só. Foi, na realidade, o que aconteceu.

A calamidade não se resumiu à castanha e entrou efectivamente noutras zonas e noutras culturas que vêm afectar mais seriamente a economia da região.

De momento, foi a azeitona outra das culturas altamente afectadas e que, atendendo aos seus custos de produção e ao preço do produto final, veio aumentar e agravar a crítica situação dos agricultores.

Neste campo, a diminuição da produção foi, em média, de 40 % em relação ao último decénio, o que se traduz em cerca de 2 milhões a 2,5 milhões de litros de azeite a menos.

Nesta área, também o Governo encarou prontamente o problema com a abertura de uma linha de crédito para o efeito, que entendemos ser a forma mais correcta para o tratamento de situações como a que no momento se nos apresenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que acabo de expor é a situação actual, que *a priori* nos causa apreensões, mas, para nós, a prazo mais alargado, os efeitos e os reflexos das geadas e da seca são o que mais nos preocupa. Dado que não se antevê alteração nas condições atmosféricas no que respeita a chuvas, ficamos desde já alarmados quanto aos resultados nas próximas colheitas.

A carência de reservas de água no solo irá com certeza ter os seus efeitos maléficos em mais duas culturas da parte sul do distrito e que são a amêndoa e o vinho.

Se essas alterações não se verificarem a curto prazo, entraremos então em crise na parte pecuária, que é, efectivamente, o que hoje se pode considerar como o equilíbrio económico da agricultura do Nordeste.

A falta de massa forrageira para a alimentação dos efectivos pecuários traz aos agricultores sérios problemas.

Tal como nós, também o governo AD entendeu ser de fundamental importância não destruir os efectivos pecuários e, desses, manter os mais jovens e aqueles com melhores características genéticas.

Por esta razão, lançou já as medidas consideradas necessárias para o efeito.

Estamos também de acordo com as linhas de crédito bonificado, tanto para rações de manutenção como na intervenção do Governo no abate de gado, aliviando, deste modo, o agricultor do excedente no efectivo pecuário, de certo modo originado pela não realização das feiras.

A gente do Nordeste tem a consciência de que estas medidas, não sendo aquelas que se impõem para iniciar uma nova época e arrancar com uma reconversão agrícola na região, são apenas medidas de

ocasião e provocadas por uma situação de emergência. Contudo, aceita-as e vê desta forma uma tentativa válida por parte do Governo para atenuar uma situação de crise.

Depois de alguns contactos com as populações, pudemos também chegar à conclusão de que foram bem aceites e que seriam completadas pelo alargamento do seguro agrícola a outras culturas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não querendo entrar em áreas que estão fora da nossa competência, entendemos, contudo, que uma das formas de incentivar as populações a sair do tradicionalismo, ainda tão arreigado na região do Nordeste, é, efectivamente, a criação de linhas de crédito bonificado, assim como o esclarecimento e mentalização dos agricultores, de modo a colocá-los mais próximo de uma Europa que nós ambicionamos, de modo a iniciar um trabalho que se exige para a integração na CEE, que nós tanto desejamos.

Por estas razões, entendemos que foram objectivas as posições do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas quando criticou a passividade e tranquilidade com que os seus representantes encravam a situação.

A gente do Nordeste Transmontano ficar-lhe-á grata pela ajuda que V. Ex.^a lhes prestou e também por se lembrar de uma região desde sempre esquecida. Estamos cetos de que V. Ex.^a tomará as medidas necessárias para que, por parte dos serviços oficiais, seja dada a maior publicidade a esta intervenção do Governo e aos agricultores do interior sejam prestados todos os esclarecimentos e toda uma ajuda que tão necessária é.

O Nordeste Transmontano irá também dar ao Governo todo o auxílio que lhe for possível, tentando ultrapassar esta crise, que não é só nossa, mas de todos os portugueses, continuando a trabalhar para criar riqueza e tornar mais próspero este Portugal, que é de todos nós.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto, para uma intervenção.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que pretende a UEDS com esta interpelação ao Governo?

Saber, com verdade e clareza, as medidas tomadas e a tomar pelo actual governo ou, ao invés, fazer ressuscitar a governação do seu líder, Sr. Deputado Lopes Cardoso, quando Ministro da Agricultura e Pescas?

Como sempre, os mais credenciados para emitir opinião são os agricultores, pois o assunto diz-lhes directamente respeito. Que melhores valores?

Srs. Governantes o preço actual do azeite é ruinoso para o agricultor. Que medidas tenciona o Governo tomar para evitar esse desequilíbrio e que, simultaneamente, incentivem o granjeio das oliveiras e a apanha da azeitona, sabido que é ser desprezada e não aproveitada para o fabrico de azeite?

Embora não tão acentuado como a imprensa o tem empolado, o contrabando de gado existe na realidade. O gado, contrabandeado pode refrear-se se as autoridades assim o quiserem. Tenciona o Governo, mais uma vez e mais energicamente, pressionar as autoridades para pôr cobro a este desafioro?

Na região de Trás-os-Montes, nos meses mais próximos, vão agravar-se as pastagens e a própria reserva de feno. Ou baixam os efectivos, aumentando a comercialização, ou não chega o alimento para o gado. Tenciona o Governo tomar medidas de escoamento?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Justamente, não se podem criticar os governos da Aliança Democrática — tenhamos a coragem de o dizer —, não só devido à sua legitimidade democrática, mas ainda porque tem tomado medidas seguras e honestas, viradas para a realidade portuguesa e para a agricultura, herança de um passado catastrófico, arrivista e oportunista.

O Governo tem posto à disposição do seu país o seu maior esforço, inteligência e dedicação. Tem procurado resolver os problemas económicos dos agricultores, a quem a Natureza, por vezes impiedosa, danificou as sementeiras e pomares, destruindo quase totalmente as colheitas.

Os créditos são muitos e variados, embora os juros não sejam suficientemente bonificados, atendendo à quase situação de catástrofe.

Poderá, ocasionalmente, haver quem os conteste, porque, contrariamente às linhas de crédito anteriores, os créditos actuais só podem ser levantados trimestralmente, sendo os juros pagos aquando da liquidação total. Má medida para aqueles que teimam em desviar o crédito agrícola para as instituições que mais juros lhes paguem!

Mas, Srs. Deputados, o mal da lavoura actual não é só resultado da seca e das geadas, mas apenas agravado e reforçado por estas. Não é só por falta de créditos bonificados ou de subsídios chorudos.

Há que tomar medidas concretas para o futuro, pois a seca e as geadas relacionam-se com ele e os seus prejuízos só terão reflexo nos próximos anos, prevendo-se já negro o Outono próximo.

Estamos longe de admitir que o problema da agricultura se resolva com medidas de emergência, com créditos, subsídios ou seguros.

Contudo, pensamos serem positivas e suficientes as medidas já tomadas pelo Governo para acudir a esta primeira calamidade e ter contribuído para a sua gradual e global solução.

Mas, para que se desencadeie o processo agrícola em Portugal ou para que este comece a desenvolver-se com vista à entrada de Portugal na CEE, há que facilitar a fixação de pessoas à terra, através de uma conveniente política de incentivos em centros rurais que, por razões político-sociais, se pretende vir a incrementar.

Este desenvolvimento terá de ser visto como de interesse nacional, pois criará novos postos de trabalho, contribuirá para a recuperação económica do País e promoverá um desenvolvimento nacional que satisfaça os justos anseios da população rural.

Srs. Governantes, estamos naquele período de fazermos tudo pela agricultura portuguesa, naquele período de darmos às zonas rurais os benefícios e privilégios que outras zonas têm usufruído, naquele período de lutarmos pela agricultura nos nossos meios rurais, dando-lhes outra profundidade formativa.

É preciso dar aos agricultores aquilo a que têm direito. O direito ao trabalho, é certo, mas também o direito à terra, à paz, ao justo preço dos seus pro-

dutos, porque só assim se produzirá mais, tornando a terra mais aproveitada e melhor granjeada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se a união faz a força, os agricultores são uma força. Felizmente para todos, uma força da paz, de sacrifício, de trabalho, de humildade. Uma força democrática, livre compreensiva e justa.

Mas, Srs. Governantes, ajudem, efectivamente, como o têm feito até ao momento e, se possível, com mais intensidade, a alimentar e a encaminhar essa força para o bem.

Não consintam, com o vosso apoio e firme determinação em bem a servir, que se desgaste em vão ou se ponha ao serviço de quem não seja socialmente justo e profundamente democrático. Que o governo da Aliança Democrática governe por longos anos, para que também o agricultor tenha o direito de nascer, viver e morrer livremente e não volte ao passado das ilusões e das esperanças vãs.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sacramento Marques, para uma intervenção.

O Sr. Sacramento Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As intensas geadas ocorridas em Portugal continental entre os passados meses de Novembro e de Fevereiro, por si só ou conjugadamente com o regime de seca com que nos defrontamos, causaram já pesados prejuízos na agricultura, que certamente mais se avolumarão ao longo deste tão desfavorável ano agrícola.

Os prejuízos já registados respeitam à castanha, à azeitona, aos citrinos, aos cereais, praganosos tardivamente semeados, que não chegaram a germinar, bem como ao gado, sobretudo bovino, ovino e caprino, devido à falta de pastagens, que não nasceram ou foram queimadas pelas geadas.

Por outro lado, se até Maio a queda pluviométrica não corresponder, em quantidade e distribuição, às necessidades agrícolas, não se agravará somente a situação do gado, como ainda certamente serão afectadas, em maior ou menor escala, as produções de várias culturas. Entre as que mais poderão ser atingidas, citam-se os cereais praganosos, a batata — sobretudo no Nordeste Transmontano —, a amendoira — na terra quente — e outras fruteiras, a oliveira e a vinha. Também nas culturas de regadio se espera quebra de produção, em consequência de falta de água nas barragens.

A propósito da redução na área de cultura da batata, que não se plantou devido à seca, vem a talhe de foice referir que em Trás-os-Montes a batata-semente nacional não tem tido escoamento, o que, como é óbvio, se traduzirá em grandes prejuízos para os agricultores. E a situação mais se agudiza em consequência dos elevados contingentes de batata-semente estrangeira entrados no País, devido à recente publicação de uma portaria que liberalizou a sua importação.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Pode o Governo esclarecer-nos sobre este assunto? Por outro lado, que orientação se pretende imprimir à produção de batata-semente entre

nós? Finalmente, pensa-se reconverter esta cultura, passando a importar toda a batata-semente necessária à lavoura?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As medidas de emergência anunciamas distribuem-se por três modalidades: subsídios não reembolsáveis, linhas de crédito bonificado e intervenção através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários nos mercados de bovinos, ovinos e caprinos.

A modalidade dos subsídios não reembolsáveis aplicou-se apenas para os prejuízos registados na castanha, excluindo-se de tal modalidade casos semelhantes, como são os ocorridos nos citrinos e na azeitona que foram remetidos para as linhas de crédito bonificado. Que razões justificam esta diferença de tratamento?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Das três modalidades das medidas citadas consideramos como mais importante a referente à intervenção no mercado dos bovinos, ovinos e caprinos.

Receamos, porém, que as boas intenções postas pelo Governo na medida não venham a concretizar-se significativamente, o que será de lamentar.

Em nosso entender, para o plano ter êxito seria necessário contactar com associações e grupos de agricultores nas diversas aldeias, pois assim, sempre em aberto diálogo, pouco a pouco, se lhes transmitiriam os objectivos da medida e a sua justeza.

Mas não se ficaria por aqui. Com os agricultores se estimaria o gado existente e o número das reses a abater, se acordaria na modalidade do pagamento, se escolheria o local para a concentração dos animais destinados ao abate, se estudariam o calendário e as prioridades de intervenção, se discutiria a forma mais adequada para os delegados dos agricultores poderem controlar o peso dos seus animais, ou das respectivas carcaças, na altura do abate, etc. Mas, quanto ao aspecto do controle, já fomos esclarecidos pelo Sr. Ministro de que já está assegurado.

Para esta tarefa impunha-se, contudo, uma muito íntima colaboração entre os técnicos da Junta Nacional dos Produtos Pecuários e os dos serviços regionais de agricultura nela empenhados, complementando-se, assim, as acções de uns e outros.

O despertar dos agricultores para a intervenção não pode limitar-se aos anúncios publicados nos jornais e aos editais afixados nas juntas de freguesia ou na taberna. Se se ficar por aqui, muito pouco se aproveitará do que o Governo se dispôs a oferecer em favor do agricultor e da economia nacional.

O pequeno agricultor, o de economia mais frágil, perdido na extensa solidão do seu meio, em Trás-os-Montes, na Beira Baixa, na Beira Alta e noutras zonas do interior, continuará entregue a si próprio. Aguentará o gado, mesmo em perda de peso, enquanto dispuser de alguns alimentos para lhe fornecer; acabado este procurará, pressuroso, o marchante e já não discutirá preço: deixará o gado e trará para casa apenas parte do que justamente poderia receber.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Admitimos estar a ser demasiadamente pessimistas; porém, ficaremos satisfeitos — muito satisfeitos, sinceramente o confessamos — se nos de-

monstrarem que não se justifica tal estado de espirito.

Em todo o processo de apoio aos agricultores no sentido de minorar os prejuízos derivados da ocorrência das geadas e da seca que estamos sofrendo, os serviços de extensão rural teriam desempenhado uma importantíssima missão. E, estando já criada a Direcção-Geral da Extensão Rural há cerca de três anos, que falta para alargar a sua acção a todo o nosso mundo rural?

Que tem o Governo a dizer sobre as questões formuladas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As medidas de emergência divulgadas pelo Governo e destinadas a atenuar os prejuízos decorrentes das geadas e da seca dirigem-se apenas aos agricultores, esquecendo uma importante e muito desfavorecida classe social, a dos trabalhadores por conta de outrem e os assalariados rurais, que estão já a sofrer as consequências da seca, situação que, infelizmente, tende a agravar-se bastante.

O Sr. João Cravinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — De facto, a seca, pelo que atrás se referiu, vai certamente contribuir para uma redução de mão-de-obra nas tarefas agrárias, o que poderá vir a levantar delicados problemas de ordem social.

Todavia, não temos conhecimento de quaisquer diligências do Governo no sentido de nas regiões mais afectadas ter sido estudado o problema, a fim de, se for caso disso, estar já definida e programada a forma de mais ajustadamente garantir aos assalariados rurais, no mínimo, a magra jorna que a seca lhes possa vir a roubar.

Em nossa opinião — e para que as soluções não façam lembrar as «caridadezinhas» do passado, tão ao gosto de muita gente que só pensa em si e que há décadas vive à custa do trabalho dos outros —, o processo mais justo e humano de solucionar o problema consistiria na realização de pequenas obras de reconhecida utilidade local, a fim de cada um se sentir dignificado com o salário que lhe viesse a ser atribuído em pagamento do trabalho nelas realizado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Entre essas obras poderiam incluir-se bebedouros para o gado, com abastecimento de águas assegurado por furos ou por pequenas barragens de retenção, currais-abrigos colectivos para concentração dos animais com vista a vacinações ou à saída para abate, pequenas obras de drenagem, regadio ou de correção torrencial, despedregas, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A agricultura sempre estará sujeita à acção destruidora de determinados acidentes meteorológicos, pois é uma actividade que, na quase totalidade dos casos, se pratica a céu aberto.

Para muitos desses acidentes, o homem, pouco a pouco, foi encontrando defesa, «fabricando» novas variedades de formas culturais, modificando ou substituindo processos de cultivo, etc., mas contra outros acidentes meteorológicos que surgem fortuitamente,

de quando em vez, a única solução residirá em adequadamente sistema de seguros para as produções agrárias.

Todavia, para que o sistema possa ser alargado a toda a produção agrícola e possa ser economicamente viável, tem de se enquadrar a nossa agricultura no ambiente natural em que ela se pratica, isto é, ajustá-la o mais possível às condições e recursos que o meio lhe ofereça, que o mesmo é dizer que precisamos, sem demora, de integrar a nossa agricultura nas grandes manchas de ordenamento ecologicamente definidas.

Nesta conformidade, para valorização da agricultura nacional e para defesa da produção agrária, do que mais precisamos é de definir e pôr em execução medidas de fundo, completadas com um sistema de seguros baseado no ordenamento agrário.

Entre tais medidas, tendo em mente a seca que assola o País, ocorre-nos citar o caso do aproveitamento dos nossos recursos hídricos, que está ainda longe de se ter esgotado. Na verdade, muita da água dos nossos rios continua correndo, livre e desaproveitadamente, para o mar, quando poderia ser aproveitada para a produção de energia e em benefício da agricultura e das populações, sobretudo nas zonas de pluviosidade mais escassa e, portanto, mais flageladas pelas secas.

Que poderá o Governo dizer-nos sobre o assunto?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No país ecologicamente desarrumado e de contrastes em que vivemos, as queixas hoje clamadas pelos agricultores quanto aos prejuízos da seca deixam ainda ouvir o eco das que ontem se faziam, de propósito, das cheias de 1978 e de 1979. Quer dizer, ontem, o Governo gastou milhões de contos com medidas de emergência, devido ao excesso de água, hoje gastará milhões de contos com medidas de emergência, por falta de água.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Apesar desta anómala e tão angustiante situação, não fui a confessar que o «Sr. Contente» e o «Sr. Feliz», atónitos, se interrogariam assim: «Como vai este país?» — mas com música, evidentemente!

Retomando o problema das cheias, diremos que aqui reside outra importante prioritária medida de fundo. Pensa o Governo avançar com o plano de regularização do rio Tejo? Ou continuaremos a contar apenas com as medidas de emergência quando surgirem novas cheias?

Em complemento das obras nesse plano contempladas, há toda uma importante reconversão a fazer na agricultura praticada na parte mais acidentada da bacia hidrográfica do Tejo.

Esta reconversão terá em vista a luta contra a erosão, para proteger os solos e evitar o grave assoreamento que o rio vem sofrendo, assoreamento esse que nas cheias de 1978 e 1979 soterrou vinhas e pomares de pessegueiros.

Como a referida reconversão será, por natureza, forçosamente lenta, pois nela se contemplarão extensas áreas para arborizar e revestir de pastagens naturais, está nos planos do Ministério da Agricultura avançar com algumas dessas acções já em 1982? Que

nos pode dizer o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A nossa agricultura encontra-se numa preocupante fase de estagnação, que já vem dos anos 40. Daí que tenha vindo a ser insignificante a sua participação na constituição do produto nacional bruto.

É altura de emancipar a agricultura, de a tornar «maior», de a libertar do paternalismo, integrando-a num correcto ordenamento, corrigindo-lhe a estrutura fundiária nos termos constitucionais, libertando-a dos subsídios de favor, mas oferecendo-lhe crédito fácil, enfim, harmonizando-lhe os contornos, para que possa usar as vestes da Europa.

Para essa tão difícil e morosa, como aliciante, transformação necessita-se, para além de vultosos investimentos de capital, de importante investimento humano, jovem e bem preparado.

Esqueçamos as medidas de emergência e optemos já hoje pelas grandes medidas de fundo para podermos apostar na agricultura de amanhã.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Américo Matias.

O Sr. Américo Matias (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A interpelação feita pela oposição ao Governo tem, pelo menos no que concerne ao problema energético, um sabor a hipocrisia.

Seria uma atitude dignificante se a oposição aqui viesse fazer, de preferência, uma autocrítica pelos seus actos enquanto ocupou o poder e que tiveram, no campo energético bastante más repercussões.

O Governo está consciente da gravidade que representa para o País, em termos sociais e económicos, o mau ano hidrológico que estamos atravessando. E o Governo, como lhe compete, soube assumir as suas responsabilidades, tomando medidas apropriadas e oportunas por forma a salvaguardar o futuro, seja qual for a evolução pluviométrica.

E mais do que isso, o Governo decide com competência e autoridade, fazendo-se respeitar nas suas decisões, cujos resultados são bem visíveis e quantificáveis.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas o Governo não pode assumir responsabilidades pela actual situação no campo da energia eléctrica — que é efectivamente deficiente —, porque essa situação é resultante de erros de concepção e falhas na execução do planeamento da produção dessa forma de energia cometidos alguns anos atrás, alguns ainda durante o regime anterior outros no tempo em que a oposição governou.

A quem se deve o atraso no lançamento de novos centros produtores hidroeléctricos, nomeadamente daqueles que poderiam optimizar o aproveitamento das nossas bacias hidrológicas com recurso a bombagem, turbinagem e acumulação de reserva, particularmente nos afluentes do rio Douro e nos rios Mondego, Lima e Minho?

A quem se deve o atraso na realização dos empreendimentos que estavam em curso, designadamente

no centro hidroeléctrico da Aguiaria que vai já com um atraso de quatro anos?

A quem se deveu o arrastamento na decisão sobre o Alqueva, cujo projecto estava já quase concluído antes do 25 de Abril e só recentemente foi retomado?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Isso é com o PPM!

O Orador: — A quem se devem os atrasos e as deficiências verificadas na conclusão e no funcionamento dos dois principais centros produtores termoeléctricos do Carnegado — com deficiências em dois grupos geradores — e Setúbal — atraso de cerca de três anos e deficiências detectadas nos dois grupos já montados, um dos quais está fora de serviço?

A quem se deve a existência de um acordo entre a EDP, a Mague e a Brown-Boveri que confere a estas empresas o monopólio na construção de todas as nossas centrais térmicas, tornando os preços quase arbitrários e os prazos, na prática, indefinidos?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A quem se deve o protelamento de uma decisão — positiva e negativa — sobre a construção de uma central nuclear para a produção de energia eléctrica?

Também aqui o actual Governo soube encarar o problema, criando as condições para que o País possa conscientemente tomar uma decisão sobre o complexo problema da energia nuclear que salvaguarde os nossos interesses, a nossa independência e a nossa segurança.

A crise do petróleo teve o seu início em 1973, mas há muito que a elevação acentuada do seu custo era previsível. Essa circunstância justificava que medidas tendentes ao aproveitamento integral das nossas bacias hidrográficas fossem imediatamente tomadas já que, mesmo em termos simples de custos comparativos, os empreendimentos hidroeléctricos ainda não realizados se tornavam viáveis. E quase nada foi feito! Acresce ainda que nos centros produtores hidroeléctricos a incorporação de materiais nacionais ronda os 80 %, um valor muito superior a centrais térmicas, aspecto que não deveria ser ignorado.

Mas países da Europa há, como a Suíça e a França, que, independentemente da evolução dos custos do petróleo, souberam optimizar o aproveitamento total das suas bacias hidroeléctricas, apesar do custo elevado da mão-de-obra nesses países. E além disso, a França avançou decididamente também na produção de energia eléctrica pelo processo nuclear.

Hoje, Portugal é um dos países da Europa que tem um dos menores índices de captação de energia e o nosso consumo tem duplicado em cada sete ou oito anos. O País, para se desenvolver e para ter bem-estar social, carece de energia abundante e acessível.

Ao Governo se apela para que envide os melhores esforços no sentido de o País poder ser dotado, a curto prazo, de meios energéticos de nível europeu.

A oposição apenas dizemos que não lhe resta autoridade para dar lições ao Governo em matéria de energia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a pa'avra o Sr. Deputado Soares Cruz, também para uma intervenção.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Também nós não queremos deixar passar esta ocasião sem apresentar os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Deputado Lopes Cardoso e à UEDS pela oportunidade que deu ao governo da AD — que apoiamos — de mais uma vez tornar públicas as medidas que em devido tempo tomou e que visam minimizar, junto da população portuguesa, os prejuízos causados pela seca que assola o nosso país.

Serviu-se a UEDS do mecanismo regimental de interpelação para questionar o Governo acerca da sua operacionalidade face à adversidade. Só não percebemos a razão porque referindo desconhecimento, acaba por passar à crítica das medidas que diz desconhecer. Em que ficamos?

Processou-se ou não a divulgação das medidas de uma forma atempada e concreta?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E a portaria de hoje?

O Orador: — É inegável que a crise assentou arraiais na agricultura portuguesa, mas esse acontecimento já ocorreu há alguns anos, quando a inveja cega e a injustiça sedenta invadiram os nossos campos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Actualmente, esta situação viu-se agravada pela adversidade dos agentes climáticos, o que de algum modo, vem dificultar a cruzada de legalidade encetada pela Aliança Democrática e seu governo.

Foi minha vontade deixar que o silêncio, da nossa parte, permitisse mostrar que «o rei vai nu» a propósito do vazio inqualificável desta interpelação.

Srs. Deputados das oposições, não acham melhor que o Governo trabalhe e em simultâneo tentasse que a seca não invadisse as vossas bancadas?

Risos do CDS.

No entanto, verifico que terá alguma utilidade, mais uma vez, recapitular as principais medidas tomadas, em especial as que dizem respeito à produção animal.

Logo em Janeiro, poucos dias após a tomada de posse, face à situação preocupante gerada pela falta de chuva, o Governo anunciou um conjunto de medidas que se destinaram fundamentalmente a atenuar os efeitos sobre as sementeiras de Outono e, em simultâneo, a suportar parcialmente os prejuízos financeiros causados pela geada que então se havia feito sentir.

Como a situação não melhorasse — antes pelo contrário, ela veio a agravar-se significativamente — de pronto se verificou a assunção de uma nova série de medidas, as quais, objectivamente, visaram impedir que o armamento nacional, uma vez mais, sofresse depauperamento.

Para tal, iniciou-se um programa de intervenção, através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, com os seguintes preços de garantia:

Ovinos	
Extra	210\$00
De 1.ª	195\$00
Corrente	185\$00
Bovinos	
Jovens:	
De 1.ª	195\$00
De 2.ª	180\$00
Adultos:	
Machos de 1.ª	180\$00
Machos de 2.ª	165\$00
Fêmeas de 1.ª	165\$00
Fêmeas de 2.ª	155\$00
Machos e fêmeas de 3.ª	120\$00

É atribuído ainda um subsídio de 3 000\$ por animal, a pagar no acto do pagamento dos animais. Aquando do abate de animais abrangidos por esta intervenção podem agora os criadores fazer-se representar nas operações de pesagem no matadouro, sendo-lhes também facilitado o pagamento imediato de 70 % do valor das reses.

Para além de a seca que se tem sentido em todo o País ter contribuído para uma redução drástica na produção de elementos forrageiros, há ainda a ter em conta que a situação se agravou substancialmente com a contenção de gados, em virtude do surto de febre aftosa que teve um especial desenvolvimento na região de Trás-os-Montes.

A este propósito convém referir a campanha que se levou a efecto logo que foi possível, a qual se pensa proporcionou a vacinação gratuita a cerca de 30 000 bovinos.

Para além de mérito incontestável que teve a oportunidade intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, uma preocupação se nos levanta: o abate indiscriminado de animais, com total esquecimento pelo seu potencial genético, resultado de um trabalho que dura há já longas dezenas de anos e que constitui, conforme o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas bem sublinhou, um insubstituível capital.

Para acautelar tal situação foi posto em prática um conjunto de medidas, que vão desde a criação de linhas de crédito especial para armazenagem e conservação de forragens até ao estabelecimento de créditos de longo prazo para aquisição de estruturas para aproveitamento dos recursos hídricos, créditos estes que tratam diferencialmente as várias estruturas empresariais, dedicando acentuados benefícios àqueles que menos poder económico possuem.

Ainda dentro destas referências, e a título de exemplo, apontaremos a proibição do trânsito de palhas, bem como da sua utilização industrial e a abertura de créditos especiais para aquisição de rações, com o lançamento de uma ração especial de manutenção.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A terminar, e com a sensação da grande seca que tem sido esta interpelação, arriscamo-nos a tirar como lição do debate que as oposições,

sem real capacidade para apresentar políticas alternativas às que vêm sendo prosseguidas pelo Governo da Aliança Democrática, usarem esta figura regimental com o mero intuito de, a propósito de um real problema nacional, encontrarem, pela negativa, um oásis de convergência no deserto das suas contradições.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Álvaro Figueiredo (PSD): — Sr. Presidente, creio que agora era a minha vez.

O Sr. Presidente: — Mas, como depois do Sr. Deputado estão dois Srs. Ministros inscritos de seguida, para se cumprir o Regimento darei primeiro a palavra ao Sr. Ministro da Indústria e Energia e só depois ao Sr. Deputado.

O Sr. Álvaro Figueiredo (PSD): — Com certeza. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer uma breve intervenção para abordar algumas das questões que foram levantadas no decorrer do debate.

Em primeiro lugar, regozijo-me com o facto de o Sr. Deputado João Cravinho concordar pelo menos com duas das medidas que o Governo tomou. Já não é mau. Foram as únicas com que os governos anteriores conseguiram esgotar a sua imaginação, e talvez por não terem conseguido pô-las em prática sejam agora apreciadas.

Abordando agora outras questões, direi algumas palavras sobre a filosofia das medidas que o Governo tomou.

Neste debate tem surgido uma grande confusão entre os problemas dos cortes e não cortes de energia eléctrica e o problema das medidas pontuais. É evidente que a filosofia das medidas que o Governo tomou visa fundamentalmente a poupança de energia, tendo a situação de cortes como uma situação de emergência que o Governo tem obrigação de prever. Se o Governo não a previsse e não estudasse o plano de emergência em tempo oportuno, estaria agora aqui a oposição — e nessa altura com muita razão — a perguntar: e então, se houver um acidente no transporte de importação de energia eléctrica, o que é que sucede? O Governo não tem nada com que possa actuar?

Relativamente à filosofia trata-se, portanto, de uma filosofia de incentivar a poupança. E nesse sentido se insere a diminuição da tensão de abastecimento, que um Sr. Deputado — já não me lembro qual foi — classificou de ridícula. O Governo está perfeitamente consciente de qual é o valor relativo de cada uma das medidas. Mas tratando-se desta filosofia de incentivar a poupança, pensa que mesmo algumas medidas que possam não ter um efeito muito significativo em termos de números devem ser tomadas, porque compõem todo um conjunto de incentivos que nos parece

importante. Talvez seja essa diferença de abordagem que distingue o êxito das medidas que o Governo tomou do inêxito de medidas semelhantes que governos anteriores tentaram tomar.

Quanto ao modo de, financeiramente, dominar a situação, de novo a confusão é grande: umas vezes diz-se que a seca não é tão grande como o Governo está a dizer, pois até é muito vulgar, outras diz-se que as consequências financeiras da seca são terríveis.

Eu próprio tive oportunidade de explicar ao Sr. Deputado João Cravinho, na reunião da Comissão de Indústria, Energia e Transportes — que foi realizada a meu pedido expresso —, algumas das medidas financeiras que estavam em curso. É evidente que a situação será dominada, como ele próprio disse há pouco, uma parte através do Fundo de Apoio Térmico e outra parte através do Fundo de Abastecimento. A EDP tem crédito suficiente, quer em mercados internos, quer em mercados externos, e a situação, no aspecto financeiro, está sob controle. Não será por aí que haverá qualquer problema.

Também relativamente a um Sr. Deputado que fez umas contas sobre o preço do fuelóleo importado e sobre o valor do kilowatt importado, refiro que essas contas não são legítimas. O kilowatt importado está a substituir o kilowatt hidroeléctrico que, obviamente, não tem de ser comparado com o que custaria fazer com fuelóleo e depois fazer raciocínios complicados relativamente às divisas. Estamos a produzir o máximo da capacidade hidroeléctrica e, portanto, o problema não é esse.

Finalmente, abordando o problema dos investimentos e dos atrasos dos investimentos, queria tranquilizar os Srs. Deputados, porque precisamente por este Governo não actuar da mesma forma que actuaram os anteriores é que os riscos, de futuro, vão ser menores.

Peço vénia para referir que não foi o Governo que puxou este problema dos atrasos anteriores, com muita intensidade, para o debate. O Governo está virado para a solução dos problemas do futuro. O Governo utiliza a herança que outros governos lhe deixaram — refere esse facto mas não se queixa tanto disso. O Governo está virado para o futuro e é nessa base que temos de resolver os problemas do País.

É evidente que bastam os números que tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial — em que mencionei que só no ano de 1979-1980 o esforço de investimento para produção de energia eléctrica aumentou tanto como nos cinco anos anteriores, de 1975 a 1979 —, para demonstrar a diferente abordagem do problema.

Portanto, é evidente que o atraso é grande. O atraso foi acumulado ao longo de anos. O Governo está consciente do problema, e desde que o I Governo da Aliança Democrática tomou posse tomou medidas para atenuar essa situação.

Continuando a este ritmo de investimento, prevê-se que os atrasos com que começámos devem poder ser atenuados por volta de 1986-1987, estando prevista a entrada em funcionamento do grupo de 300 MW. do Sines 1 em 1984 e o Sines 2 em 1985 ou 1986.

Para terminar, direi que na realidade este debate, no que diz respeito à energia eléctrica, tem sido bastante confuso: estrutura com conjuntura, seca com

não seca e outras confusões deste género. O Governo está consciente — apesar das observações um pouco incorrectas, na minha opinião, que aqui foram feitas —, não perde a noção dos problemas reais do País e é no sentido de os resolver e de tomar as medidas adequadas a isso que continuará a trabalhar

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Figueiredo.

O Sr. Álvaro Figueiredo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Entendeu, por bem, a UEDS interpelar o Governo sobre as medidas adoptadas e a adoptar no que concerne às graves seca e geadas a que o País, de há uns tempos a esta parte, tem estado sujeito e que estão causando graves dificuldades aos agricultores e ao País em geral.

E fê-lo usando um direito regimental perfeitamente legítimo que ninguém poderá contestar. Alguns pontos há, todavia, que, a meu ver, deverão ser realçados no início desta intervenção, independentemente, embora, da consideração da importância da sua própria discussão.

Um primeiro ponto diz respeito a que a situação de seca, na Europa, não é exclusiva do nosso país. Também a Espanha e, sobretudo, o Norte de Itália lhe sentem os efeitos nocivos. Todavia, ao contrário do que se passa no nosso país, onde o Governo procurou atempadamente, muito embora dentro das suas possibilidades, ajudar os agricultores portugueses, naqueles países nenhuma medida excepcional foi tomada, a não ser em Espanha e relativas apenas à área restrita da própria pecuária.

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Deputados, que não é o facto de os outros não fazerem que deverá pesar na própria determinação das nossas condutas. O que esse facto deverá todavia é, quanto a mim, pesar, sim, na avaliação que deveremos ter em relação ao Governo, em termos de execução de uma política e da atenção que dá aos problemas muito complexos da nossa própria vida colectiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, também, da avaliação das prioridades que determinou em relação sobretudo aos estratos sócio económicos mais carenciados, isto é, portanto, no fundo da questão, da própria filosofia política que encerra a tomada de posição que efectuou. Em relação ao Executivo só nos devemos congratular, pois, com a sua própria atitude e iniciativa.

Outro ponto também deveremos pôr em realce. O Sr. Deputado Custódio Gingão, do PCP, numa intervenção feita há dias nesta Assembleia, e outros oradores do PCP hoje acusaram o Governo de empolar e aproveitar-se da seca em termos algo demagógicos, no sentido de, penso eu, esconder por detrás desse empolamento as suas próprias dificuldades e escamotear assim as suas, digamos, mais gritantes deficiências.

Pois bem, ao pedir-se esta interpelação ao Governo, e como se sugere no próprio pedido à Mesa desta Assembleia, empola-se implicitamente o problema da

seca para dele, pois, tirar os efeitos políticos que se pretendem.

Isto é, no fundo, estranhamente, utiliza-se precisamente o mesmo argumento com que se critica o Governo, por dele, como diz, o ter utilizado. Quer isto dizer que o que é perfeito e correcto para a oposição já o não é nem poderá ser para o Governo, que terá de se contentar em ver que os seus argumentos são considerados maus na sua própria boca e bons quando utilizados pela oposição. Não serão antes, pois, todas estas posições o resultado da ideia — essa sim, demagógica e maximalista — de que o Governo nunca tem razão e que terá de sofrer por ter ou por não ter cão?

Um outro ponto merece ainda, a meu ver, ser realçado. Independentemente da consideração da importância de um debate sobre este tema, parece-me que a sua própria gravidade justificaria por si só que o debate se não quedesse exclusivamente pela crítica mais ou menos forte, mais ou menos contundente, mais ou menos ácida, da política governamental neste contexto ou mesmo, pelo mero pedido de esclarecimentos ao próprio governo. É que, em meu modo de ver, a mera possibilidade de uma calamidade justificaria que a oposição se não confinasse à crítica pela crítica ou ao mero pedido de esclarecimentos — como tem acontecido — e desse de si um contributo bastante mais válido em termos de achegas, sugestões, alternativas.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esse seria, julgo eu, o melhor contributo que poderia dar ao povo português — que a oposição serve — num momento difícil da sua própria vida colectiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Deputados, deixemos a oposição e passemos antes aos problemas concretos que nos afligem e que foram alvo, atempadamente, das últimas medidas governamentais no sentido de ajudar a resolver pelo menos alguns dos mais gritantes problemas que aos agricultores portugueses se puseram. E fê-lo através de medidas sectorizadas e anunciadas, espaçadas no tempo, em duas fases principais.

A primeira abrangendo desde logo os problemas mais ingentes, sobretudo ocasionados pelas fortes geadas nos citrinos, oliveiros, castanhas, prados e pecuária, através da utilização de subsídios, institucionalizações de crédito a juros bonificados, intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários na aquisição de gado aos lavradores e criação de moratórias aos pagamentos dos créditos concedidos e não pagos ainda, sobretudo no que concerne às sementeiras não nascidas e semeadas ao abrigo de empréstimos concedidos.

Foram estas, enumeradas de um modo muito esquemático, as principais medidas tomadas numa primeira fase e consideradas como de grau 1. Todavia, perante o agravamento previsível das condições meteorológicas, pois as previsões que se iam conhecendo eram decepcionantes, o Governo, de imediato, tomou um novo conjunto de medidas que designou de grau 2

e que visam um largo espectro da própria actividade agrícola.

Assim, no sentido de preservar a manutenção dos efectivos pecuários adicionou à intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários um subsídio por cabeça de bovinos e ovinos, bem como estabeleceu um novo subsídio para o transporte de gado vivo.

Também no sentido de minorar o problema da falta de pastagens criou uma linha de crédito especial para a aquisição de rações de manutenção e grãos forrageiros a juros rebonificados e com amortizações a quatro anos.

Criou-se ao mesmo tempo uma acção de fomento do consumo de ramas e folhagens por bovinos, ovinos e caprinos, mediante acções de poda do tipo desladroamento a praticar em azinheiras, sobreiros e oliveiras, segundo normas técnicas adequadas, bem como o aproveitamento das ramagens dos sobreiros por desladroamento também.

Actuou-se também no fomento da produção de feno em regadio, mediante contrato, em todas as áreas regadas em que a produção de feno seja considerada alternativa adequada para as culturas aí habitualmente praticadas, da mesma forma que se procede ao condicionamento e fiscalização do trânsito de palhas, fenos e silagens para evitar a especulação.

Dado que se entendeu ser necessário também que as moratórias das primeiras medidas fossem extensivas a esta segunda fase, assim se procedeu, ficando os lavradores nas condições requeridas a continuarem a poder dispor dessa facilidade.

Um dos problemas fulcrais originados pela seca é, sem dúvida, o aproveitamento mais racional dos recursos hídricos. Nesse sentido é criada também uma nova linha de crédito para fomento da instalação de equipamentos de rega e armazenagem e conservação de forragens, bem como de maquinaria para o efeito, a juros bonificados e com amortizações a longo prazo.

Também no sentido de não permitir o aviltamento dos preços da carne no mercado interno se proíbe, durante este período, a sua importação, criando-se ao mesmo tempo um crédito especial à armazenagem de carcaças de bovinos, ovinos e caprinos abatidos pelo imperativo da seca.

Determina-se também o reembolso dos encargos despendidos com a preparação dos terrenos com impossibilidade de rega nos aproveitamentos hidroagrícolas do vale do Sado, Campilhos e S. Domingos.

Proíbe-se a exportação de subprodutos industriais com interesse forrageiro, bem como se proíbe também a industrialização da palha existente nas empresas públicas de celulose, que são canalizadas para a agricultura. Criou-se, finalmente, uma acção de fomento da produção de silagem de milho.

De forma muito esquemática enunciiei também as principais medidas desta segunda fase, para as quais se estão, neste momento, a receber sugestões dos serviços para o seu melhoramento e alargamento.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Com a extensão do seguro agrícola a outras culturas, como frutos secos, pronóideas, batata, azeitona de mesa, feijão, fava, grão-de-bico, ervilha, melão, lúpulo e tabaco, completou-se assim um quadro que julgo significativo das possibilidades postas à disposição dos lavradores portugueses para melhor passarem a crise

em que entrámos e que, por muito tempo ainda, se irá continuar a sentir.

É ele mais do que suficiente?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Não!

O Orador: — É ele o melhor?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Não!

O Orador: — Representa ele a totalidade daquilo que os lavradores necessitam para poderem passar a crise sem quaisquer sobressaltos?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Não!

O Orador: — Não haverá na sua aplicação quaisquer dificuldades, ou mesmo quaisquer atrasos?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Há!

O Orador: — Irá ele ser conhecido e pela totalidade dos lavradores?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Não!

O Orador: — É evidente que não, Srs. Deputados. Como obra humana que é, é evidente que não é nem poderá ser nunca uma obra perfeita.

Há pois, ainda muito, neste momento, que aperfeiçoar, limar e corrigir. Mas, pelo conhecimento que tenho das coisas e das pessoas, sei que a vontade política é a de fazer chegar estas medidas a todos os que careçam dela, sei que a vontade política é de melhorar o que se mostrar menos bom, sei que a vontade política é de corrigir o que se mostrar errado, sei ainda que a vontade política é, no fundo, de conseguir que os lavradores portugueses, todos eles, aproveitem o melhor possível o esforço financeiro que para eles foi feito.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Para este desiderato, todavia, julgo eu que a lavoura portuguesa deverá também dar um contributo importante, sobretudo aquele que decorre da consciencialização da necessidade de aproveitamento das facilidades concedidas e aquello que decorre da sua permanente inventiva para se adaptar às novas e difíceis situações criadas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

No fundo de tudo pela demonstração da sua capacidade — há séculos já tão bem demonstrada — de ultrapassar as dificuldades e os escolhos que no seu caminho tantas vezes têm aparecido. Assim, pois, com um Governo atento e operativo e lavradores conscientes e capazes ganharemos o desafio, tenho a certeza!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É para pedir esclarecimentos, Sr. Deputado?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Não é propriamente para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente. Seria mais para um protesto, embora o protesto tenha sempre uma carga que, frequentemente, me desagrada.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É que o Sr. Deputado do PSD, para criticar a interpelação da UEDS, utilizou as declarações feitas pelo Sr. Deputado Custódio Gingão — que, como sabe, é do PCP —, para pôr em causa as afirmações do Sr. Deputado Custódio Gingão, utilizou a interpelação da UEDS.

Isto chama-se, Sr. Deputado, a prática da amálgama. Amálga que se comprehende quando se não tem rigorosamente nada para dizer. Neste momento, a maioria tem sido o repetir, até à saciedade, das medidas anunciadas pelo Governo. Resposta às questões que aqui foram levantadas pela oposição, nem uma.

E nessa medida seria útil que o Governo, não só para esclarecimento da oposição, mas para que a maioria conhecesse a cartilha que terá de passar a recitar, desse resposta rapidamente para passarmos a ouvir, repetidamente, essa resposta em vez de continuarmos a ouvir, repetidamente, a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro ao País.

De facto, com uma maioria destas, veneradora e obrigada perante o Governo, o Governo não vai longe. E já que a maioria não dá a mão ao Governo nesta Assembleia, que o Governo dê a mão à maioria.

O Sr. Presidente: — Agora tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

Vozes do PCP: — Não pode, já são 21 horas!

O Sr. Presidente: — Nesse caso, encerramos aqui a sessão.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — Sr. Presidente, submeto-me à disciplina da Assembleia. Simplesmente tenho a preocupação de não deixar a ideia que perpassou por algumas das críticas da oposição de que o Governo estará interessado em diminuir a clareza da exposição. Mesmo que seja uma intervenção muito curta e sem prejuízo de ela continuar amanhã durante o tempo que reste, gostaria de a fazer ainda hoje, prometendo ser extremamente breve.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Ministro tem todo o direito de utilizar o tempo que proporcionalmente lhe cabe na sessão de hoje. Foi exactamente isso que ficou acordado na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e que consta da acta da respectiva reunião.

Havendo um tempo global, ele terá de ser distribuído — e foi dito expressamente na reunião — pelos dois dias na proporção das horas disponíveis em cada um dos dias. O que não quer dizer, adianto já, que não possa haver condescendência em relação a pessoas que não estão atentas nessas reuniões.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temo que gas-temos agora mais tempo nesta discussão do que aquele que se teria gasto na intervenção do Sr. Ministro.

Sr. Deputado Sousa Marques, tem V. Ex.^a a pa-lavra.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na conferência dos líderes dos grupos parlamentares ficaram estabelecidos os tempos para o Governo e para cada um dos partidos e também um critério que era o de encerrar a sessão de hoje às 21 horas.

Se qualquer dos partidos ou o Governo não tivesse a possibilidade de utilizar o tempo que tinha disponí-vel para hoje até às 21 horas, naturalmente que esse tempo transitaria para a sessão de amanhã e seria acumulado ao tempo que tivesse disponível amanhã.

Não sei se agora se está a pretender seguir outro critério, mas este é o critério que foi aprovado não só para este debate como até para o debate do Plano e do Orçamento, por proposta do Sr. Deputado Amândio de Azevedo, a menos que ele agora não esteja atento.

O Sr. Presidente: — Mais alguém deseja pronun-ciar-se?

Pausa.

Vou anunciar os diplomas entrados e depois encer-rei a sessão.

Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os segu-in-tes diplomas: proposta de lei n.º 20/II — delimitação de sectores —, do Sr. Primeiro-Ministro; proposta de lei n.º 21/II — declaração de utilidade turística — do Sr. Presidente da Assembleia Regional da Ma-deira; projecto de lei n.º 164/II — Lei da Nacionalida-de —, do Sr. Deputado Almeida Santos e outros (PS), e projecto de lei n.º 165/II — autoprodução e distribuição independente de energia eléctrica —, do Sr. Deputado Luís Coimbra (PPM).

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que em relação ao problema le-vantado pelo Governo, pela nossa parte não temos nada a objectar que o Governo utilize os cinco mi-nutos. Parece-nos, no entanto — mas isso só parcial-mente será o nosso problema —, que seria preferível transferir para amanhã o tempo de que o Governo dispõe hoje, que aliás é muito pequeno, para amanhã — e eu estou aqui antes de mais nada para escla-

reido, pois foi esse o objectivo fundamental da inter-pelação —, do que utilizar os cinco minutos neste momento.

Obviamente, se assim acontecer, penso que essa transferência terá de ser proporcionada a todos os grupos parlamentares. Pela nossa parte — não estou a defender os meus interesses —, não utilizaremos o tempo de que ainda dispomos amanhã. Não se podem fazer excepções nesta matéria. Portanto estamos de acordo com qualquer das duas soluções. No entanto a segunda parece-nos preferível.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Depu-tados: É também para esclarecer a posição do Grupo Parlamentar do PCP nesta questão.

Há pouco, por intermédio do meu camarada Sousa Marques, trouxemos à Assembleia o que foi a ideia com que ficou o nosso grupo parlamentar da confe-rença dos líderes dos grupos parlamentares relativa-mente à hora do termo dos trabalhos da reunião de hoje. Em todo o caso, o nosso grupo parlamentar não tem nada a opor. E se o Governo entender de todo em todo que deve aproveitar os cinco minutos de que dispõe para produzir esclarecimentos ainda nesta reunião, pelo nosso lado não faremos qualquer obs-trução e estaremos atentos à intervenção do Sr. Minis-tró e tomaremos nota dela para amanhã lhe puder-mos responder.

É esta a nossa posição.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para dizer que é muito mais importante esclarecer-nos do que seguir rígi-damente esta questão dos tempos.

Pontanto, pedia ao Sr. Presidente que transferisse os tempos disponíveis para amanhã e, dado que sobejam alguns minutos, que se visse isto com um certo espirito e nos entendêssemos em termos hábeis.

O Sr. Presidente: — Já gastámos mais do que os cinco minutos, Sr. Deputado.

Portanto, vou dar a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

Os tempos que não foram utilizados são transfe-ridos para amanhã.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Mi-nistro : — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Mi-nistro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo agradece a generosidade da Câmara, mas dado o inci-dente que se levantou e dado o adiantado da hora, amanhã prestará os esclarecimentos dentro do tempo que tem.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na sessão de amanhã, que tem início às 10 horas, far-se-á a votação do Conselho Directivo da União Interparlamentar.

Peço aos Srs. Deputados e aos Srs. membros do Governo que amanhã procurem estar aqui às 10 horas para podermos iniciar a sessão à hora marcada.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 10 minutos.

Rectificação

No n.º 32, de 20 de Fevereiro de 1981, p. 1084, col. 1.º, linhā 52, onde se lê «conheço-os» deve ler-se «conheça-os»; na col. 2.º, penúltima linha, onde se lê «abontade» deve ler-se «aboutade».

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
Américo Abreu Dias.
António Augusto Ramos.
António Duarte e Duarte Chagas.
António Maria de O. Ourique Mendes.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
Arménio Jerónimo Martins Matias.
Arménio dos Santos.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Dinah Serrão Alhandra.
Fernando José da Costa.
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condeesso.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Afonso Gonçalves.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto de Oliveira Baptista.
José Manuel Pinheiro Barradas.
José Mário de Lemos Damião.
José Theodoro da Silva.
José de Vargas Bulcão.
Júlio de Lemos Castro Caldas.
Manuel da Costa Andrade.
Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.
Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Rui Alberto Barradas do Amaral.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António de Almeida Santos.

António Marques Ribeiro Reis.
António de Sousa Gomes.
António Janeiro.
António José Sanches Esteves.
António José Vieira de Freitas.
António Manuel Maldonado Gonelha.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Fernando Torres Marinho.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Jaime José Matos da Gama.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Francisco Ludovico da Costa.
José Gomes Fernandes.
José Luís Amaral Nunes.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Luis Filipe Nascimento Madeira.
Luís Manuel César Nunes de Almeida.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Raul d'Assunção Pimenta Rego.
Teófilo Carvalho dos Santos.
Victor Brás.
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
Adriano José Alves Moreira.
Alberto Henriques Coimbra.
Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
Carlos Alberto Rosa.
Diogo Pinto Freitas do Amaral.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
Henrique Manuel Soares Cruz.
Isilda da Silva Barata.
João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
João Gomes de Abreu de Lima.
João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
João Lopes Porto.
José Girão Pereira.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
Luís Filipe Paes Beiroco.
Luísa Maria Freire Cabral Vaz Raposo.
Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
Maria José Paulo Sampaio.
Rogério Ferreira Monção Leão.
Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

António Dias Lourenço da Silva.
António da Silva Mota.
Domingos Abrantes Ferreira.
Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
Jerónimo de Carvalho Sousa.
Joaquim Gomes dos Santos.
José Manuel da Costa Carreira Marques.

Manuel Correia Lopes.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Popular Monárquico (PPM)
 António Borges Gonçalves de Carvalho.
 Eurico de Campos Gondim.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União da Esquerda para a Democracia Socialista
 (UEDS)
 César Oliveira.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.
 Helena Tâmega Cidade Moura.

União Democrática Popular (UDP)
 Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)
 Fernando José Sequeira Roriz.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS)
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 António Azevedo Gomes.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Emídio Teixeira Lopes.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Joaquim José Catano Menezes.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Mário Lopes Soares.
 Mário Manuel Cal Brandão.

Centro Democrático Social (CDS)
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)
 Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Armando Teixeira da Silva.
 Georgette Ferreira de Oliveira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Partido Popular Monárquico (PPM)
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)
 António Luciano P. Sousa Franco.

O REDACTOR DE 1.ª CLASSE, *Carlos Pinto da Cruz*.

